

Direção-Geral das Atividades Económicas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direção-Geral das Atividades Económicas

Ficha técnica**Autoria:**

Direção-Geral das Atividades Económicas

Data de edição:

Abril de 2014



GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

Unidades Orgânicas da DGAE

DCCO	Divisão da Competitividade do Comércio e do Ordenamento
DCMIE	Divisão da Competitividade, Mercado Interno e Emprego
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEAC	Divisão da Energia, Ambiente e Consumidor
DGDCC	Divisão da Grande Distribuição e dos Conjuntos Comerciais
DIPI	Divisão das Indústrias com Potencial de Inovação
DIPVE	Divisão das Indústrias e Projetos de Valor Estratégico
DOPTC	Divisão das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPEAE	Divisão das Políticas de Empresa e Auxílios de Estado
DPI	Divisão de Políticas de Inovação
DRAC	Divisão da Regulamentação e Acompanhamento do Comércio
DRAI	Divisão da Regulamentação e Acompanhamento da Indústria
DRASPCM	Divisão da Regulamentação e Acompanhamento dos Serviços e dos Preços Convencionados e dos Medicamentos
DREBM	Divisão das Relações Económicas Bilaterais e Multilaterais
DSCAEI	Direção de Serviços da Coordenação dos Assuntos Europeus e Internacionais
DSCD	Direção de Serviços do Comércio e Distribuição
DSCI	Direção de Serviços do Comércio Internacional, das Relações Bilaterais e Multilaterais
DSI	Direção de Serviços da Indústria
DSICE	Direção de Serviços da Inovação e Competitividade Empresarial
DSPSS	Direção de Serviços dos Preços e Serviços e da Sustentabilidade

Outras siglas internas

ASSDIR	Assessoria à Direção
NAT	Núcleo de Apoio Transversal

Outras siglas e acrónimos

AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ATIC	Associação Técnica da Indústria de Cimento
BdE	Balcão do Empreendedor
CE	Comissão Europeia
CELPA	Associação da Indústria Papeleira
CFM	Corredor Ferroviário de Mercadorias



CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CICL	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
CIP	Confederação Empresarial de Portugal
CNDH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
COMAC	Comissões de Autorização Comercial
COMPETE	Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade
CP	Comboios de Portugal
DGC	Direção-Geral do Consumidor
DGS	Direção-Geral de Saúde
DRE	Direções Regionais de Economia
ECHA	Agência Europeia de Produtos Químicos
EM	Estados Membros
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
GAN	Grupo de Alto Nível
GME	Gabinete do Ministro da Economia
GPEARl	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
GSEAE	Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia
GSEITC	Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações
GT	Grupo de Trabalho
GTMO 5+5	Grupo de Transportes do Mediterrâneo Ocidental
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IMO	International Maritime Organization
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INAC	Instituto Nacional de Aviação Civil
InCI	Instituto da Construção e do Imobiliário
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPQ	Instituto Português da Qualidade
LZ	Licenciamento Zero
MAM	Ministério da Agricultura e do Mar
ME	Ministério da Economia
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MODCOM	Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PT	Portugal
REACH	Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals
REFER	Rede Ferroviária Nacional
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
REUE	Rótulo Ecológico da União Europeia
RJACSR	Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
RTE-T	Rede Transeuropeia de Transportes
SBA	Small Business Act
SERAC	Single European Railway Area Committee
SGME	Secretaria-Geral do Ministério da Economia



SIR	Sistema da Indústria Responsável
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
TdP	Turismo de Portugal
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UO	Unidade Orgânica
UpM	União para o Mediterrâneo
ZER	Zona Empresarial Responsável



ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

QUADROS

Quadro I	Objetivos do QUAR-2014
Quadro II	Resultados dos indicadores do objetivo 1
Quadro III	Resultados dos indicadores do objetivo 2
Quadro IV	Resultados dos indicadores do objetivo 3
Quadro V	Resultados dos indicadores do objetivo 4
Quadro VI	Resultados do questionário de satisfação dos utentes
Quadro VII	Médias dos resultados do questionário de satisfação dos utentes
Quadro VIII	Resultados dos indicadores do objetivo 5
Quadro IX	Resultados do Questionário de Satisfação dos Trabalhadores
Quadro X	Avaliação global do serviço
Quadro XI	Recursos Humanos
Quadro XII	Estrutura da despesa em 2014
Quadro XIII	Comparação da despesa de 2013 e 2014
Quadro XIV	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional das Relações Bilaterais e Multilaterais (DSCI)
Quadro XV	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Coordenação dos Assuntos Europeus e Internacionais (DSCAEI)
Quadro XVI	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Coordenação dos Assuntos Europeus e Internacionais (DSCAEI)
Quadro XVII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio e Distribuição (DSCD)
Quadro XVIII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Indústria (DSI)
Quadro XIX	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Indústria (DSI)
Quadro XX	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Preços e Serviços e da Sustentabilidade (DSPSS)
Quadro XXI	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Preços e Serviços e da Sustentabilidade (DSPSS)
Quadro XXII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Inovação e Competitividade empresarial (DSICE)



Quadro XXIII	Atividades não previstas, realizadas pela assessoria à Direção (ASSDIR)
Quadro XXIV	Atividades não previstas, realizadas pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT)
Quadro XXV	Nível de realização das atividades previstas
QUADRO XXVI	Avaliação do sistema de controlo interno

GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de concretização dos objetivos
Gráfico 2	Taxa de concretização dos parâmetros
Gráfico 3	Percentagem de trabalhadores por escalão etário em 2012, 2013 e 2014



ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS	3
ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS	6
I. INTRODUÇÃO	9
1.1 Breve análise conjuntural	10
1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo	16
II. AUTOAVALIAÇÃO	18
2.1 Análise dos resultados alcançados	18
2.1.1. Resultados dos Indicadores	19
2.1.2. Resultados dos Objetivos	32
2.2 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades	36
2.3 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados	123
2.4 Avaliação do sistema de controlo interno	124
III. BALANÇO SOCIAL	130
IV. AVALIAÇÃO FINAL	132
4.1 Apreciação qualitativa dos resultados alcançados	132
4.2 Conclusões prospetivas	133



I. INTRODUÇÃO

Este é o segundo Relatório de Atividades elaborado sob a direção e orientação do signatário e, como se demonstra ao longo do mesmo, representa uma evolução positiva, que é fruto de um melhor conhecimento da realidade interna e das capacidades que esta Direção-Geral tem, nomeadamente ao nível dos seus Recursos Humanos, para poder ser considerada um serviço público de referência.

Durante o ano de 2014, a DGAE teve uma posição mais interventiva, consubstanciada, por um lado, na apresentação de propostas de políticas públicas, com o objetivo de facilitar a atividade económica, reduzir os custos de contexto e, assim, dinamizar a nossa economia, e, por outro, na apresentação de propostas visando defender os interesses da economia nacional nas várias instâncias internacionais onde Portugal está representado.

Para esse efeito, e com base nos recursos disponíveis, houve a necessidade de reorganizar internamente os serviços, de criar mecanismos de acompanhamento dos vários assuntos sobre as quais a DGAE é chamada a pronunciar-se com regularidade e de centrar o foco estratégico em questões substantivas, reduzindo, tanto quanto possível, as tarefas meramente administrativas.

Lisboa, 15 de abril de 2015

O Diretor-Geral,

Artur Lami

1.1 Breve análise conjuntural

O trabalho da Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), de acordo com a sua missão e atribuições, é muito vasto. Para além dos inúmeros pareceres que todos os dias os Gabinetes dos membros do Governo solicitam, sobre os mais diversos assuntos, é para esta Direção-Geral muito importante referir o seu trabalho num conjunto de atividades, ações, propostas legislativas ou reformas efetuadas durante o ano de 2014. Assim, nos parágrafos seguintes descrevem-se sucintamente as atividades que mais marcaram, de alguma forma, o ano passado.

Foram acompanhadas, em Bruxelas, as *Negociação da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)*, cujas negociações tiveram início em junho de 2013. Para além do acompanhamento do processo negocial junto das instâncias comunitárias, a DGAE participou ativamente na organização de sessões de esclarecimento, sensibilização e auscultação das empresas e associações sectoriais, em conjunto com a Direção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros (DGAE/MNE), sobre os interesses nacionais nesta negociação. Como resultado do conjunto de ações realizadas, salienta-se a definição de uma posição do Ministério da Economia (ME) sobre as questões em discussão.

Foi efetuada e apresentada à tutela uma proposta de atualização do modelo de *acordo bilateral de investimento (BIT) nacional*, cujos trabalhos decorreram ao longo de 2014, com especial incidência no segundo semestre. A DGAE foi responsável pela atualização do modelo de BIT nacional e propôs alterações às normas de proteção de investimento e ao mecanismo de resolução de litígios de investimento, consultando neste processo um número alargado de entidades públicas de vários Ministérios, académicos e a associação de arbitragem.

Foram acompanhados os trabalhos no Comité de Política Comercial – Serviços e Investimento (CPC-SI) da UE para a negociação de normas de *proteção de investimento* com Singapura, Canadá e Estados Unidos.

A DGAE, para além de acompanhar, ao longo de 2014, todas as negociações com países terceiros que incluam proteção de investimento (China, Vietname, Mianmar, Japão), consagrou especial atenção às negociações de investimento no âmbito do CETA (Canadá), do TTIP (Estados Unidos) e do acordo com Singapura.

Foram acompanhados, em Bruxelas, os processos de *Defesa Comercial* instaurados por Países Terceiros contra importações provenientes da União Europeia, assegurando-se a promoção e a salvaguarda dos interesses nacionais. Ao longo de 2014, assistiu-se a um aumento muito significativo dos casos de processos de Defesa Comercial – direitos anti-dumping e salvaguardas – iniciados por Países Terceiros contra importações provenientes da União Europeia com impactos potencialmente importantes nas exportações nacionais. Neste contexto, a DGAE teve um papel relevante e constituiu-se como parte interessada num dos processos em causa, com o intuito de evitar e/ou minimizar a aplicação de medidas penalizadoras das exportações nacionais.

No passado dia 18 de dezembro, foi aprovada, em Conselho de Ministros, a *Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração*, onde a DGAE teve uma forte participação na sua elaboração. A Agenda é uma ferramenta de consolidação, simplificação e desburocratização das atividades económicas. A Agenda congrega um conjunto de medidas que se encontram distribuídas por cinco eixos estratégicos: potenciar o conhecimento e o acompanhamento; reduzir custos de contexto e simplificação administrativa; incrementar a competitividade e acesso ao financiamento; capacitar a internacionalização e a economia digital; revitalizar e fomentar a restauração e similares. Entre as 36 medidas previstas, salientam-se aquelas cuja implementação recai, sobretudo, nas competências da DGAE: criação de um Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração (CCSR); Plataforma de Colaboração do Comércio, Serviços e Restauração; Boletim informativo com diagnóstico consolidado e regular dos Setores de Comércio, Serviços e Restauração; Via Verde para o Comércio, Serviços e Restauração (VVCSR); criação de uma rede de empresas de comércio, serviços e restauração com proximidade às atividades de investigação científica e de

desenvolvimento das universidades e politécnicos; *Novo Regime Jurídico de Acesso e exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR)*, o qual já foi implementado mediante a publicação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, tendo entrado em vigor no dia 1 de março de 2015. Este novo regime consolida, num único diploma, as regras de acesso e exercício de um conjunto de atividades cuja regulamentação se encontrava dispersa e cria, para a generalidade das atividades de comércio e serviços, procedimentos padrão sujeitos a trâmites de aplicação geral.

Foi concertado com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) a definição dos procedimentos associados à plataforma do licenciamento industrial (SIR), nomeadamente, no âmbito dos procedimentos para licenciamento das Zonas Empresariais Responsáveis, na definição de taxas a disponibilizar ao agente económico na plataforma, na definição dos pedidos de alteração aos estabelecimentos industriais no Balcão do Empreendedor (BdE) e, ainda, no esclarecimento aos industriais em matérias de natureza jurídica. Neste âmbito, procedeu-se ao acompanhamento, coordenado com a AMA, para a revisão do Regime de Licenciamento Industrial Responsável e do RJACSR. Foi, também, efetuada, ao longo do ano transato, a monitorização dos dados contidos na plataforma SIR e multicanal (comércio, serviços e restauração) em estreita colaboração com a AMA e de acordo com reportes periódicos. Foram elaboradas propostas de formulários associados aos diversos regimes que se encontram atualmente enquadrados no RJACSR. Foi efetuada a atualização dos conteúdos que estão disponíveis no Balcão do Empreendedor/ Portal da Empresa.

Foi submetida à tutela o *Plano Orientador para a Responsabilidade Social das Empresas*, o qual consubstancia a primeira iniciativa específica de política pública abrangente em matéria de Responsabilidade Social das Empresas (RSE). Direcionada para as empresas e alinhada com as diretrizes europeias e internacionais na matéria, esta iniciativa pretende dar os sinais certos para a adoção de uma estratégia de gestão socialmente responsável, veiculando um impulso gestor que possa estimular uma economia nacional assente numa conduta socialmente responsável.



A DGAE, como representante nacional no Grupo EPG (Diretores-Gerais da Empresa) da UE, assegurou a coordenação nacional da *Visita Técnica da então DG Empresa da Comissão Europeia (CE)*. Realizou-se em Lisboa, nas instalações da DGAE, no dia 30 de janeiro. Esta Direção-Geral negociou os temas propostos pela Comissão Europeia e a preparação interministerial (envolvendo os Ministérios das Finanças, Justiça, Negócios Estrangeiros e Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, para além de várias entidades do Ministério da Economia) da posição nacional para um grande bloco de temas, bem como de guiões orientadores para apresentar à CE. Numa segunda fase, foi articulada a posição nacional às respostas escritas, assegurando atempadamente a contribuição nacional para o exercício avaliativo em questão.

A DGAE tem assegurado a coordenação dos Assuntos Europeus no Ministério da Economia, salientando-se a correta notificação à CE dos projetos que consubstanciaram Auxílios de Estado, e apoiado os organismos do ME na adaptação ao novo quadro regulamentar Europeu. Acresce, ainda, o contributo de substância para a criação de uma Comissão Técnica do Sistema de Incentivos às Empresas, que, em 2015, analisará e dará parecer vinculativo aos projetos de regulamentos nesta área. A DGAE preparou a proposta de implementação da Resolução do Conselho de Ministros que formalizou a criação de *um Comité Técnico de Acompanhamento dos Auxílios de Estado*, tendo desenvolvido contatos exploratórios com as entidades nomeadas, antecipando a preparação da primeira reunião.

A DGAE, integrou um Grupo Interministerial para a elaboração de uma proposta de criação do “*Teste PME*”, onde participou ativamente com contributos substanciais que se verteram na proposta que veio a ser adotada já em 2015. A DGAE assegurou ainda a preparação técnica das reuniões da *Rede SME Envoy*.

Conforme previsto, a DGAE organizou a Reunião de Ministros dos Transportes do Mediterrâneo Ocidental (GTMO 5+5), que se realizou, em Lisboa, no dia 22 de outubro, a qual foi presidida por Sua Excelência o Ministro da Economia, e em que participaram os Ministros responsáveis pela área dos transportes, ou seus representantes, dos restantes 9 países da



região: Argélia, Espanha, França, Itália, Líbia, Malta, Marrocos, Mauritânia, Tunísia e, na qualidade de observadores, altos representantes da União para o Mediterrâneo, da União do Magrebe Árabe, bem como da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento, tendo sido reconhecida por todos os intervenientes a importância dessa Conferência Ministerial para o reforço do Diálogo 5+5 no setor dos transportes. Portugal, cujo trabalho de organização foi, também, amplamente elogiado, assumiu a presidência do GTMO 5+5 para o biênio 2014 – 2016, que será assegurada, a nível técnico, pela DGAE.

Na área das Contrapartidas Militares, 2014 foi um ano particularmente importante. Foram renegociados 3 dos 8 contratos que transitaram da extinta Comissão Permanente de Contrapartidas e publicados os Relatórios Anuais sobre a execução das contrapartidas militares. Simultaneamente, procedeu-se ao estudo e à consolidação do conhecimento sobre esta matéria, única na Administração Pública. Para apoio da ida de Sua Excelência o Ministro da Economia e do Diretor Geral à Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares, foi fornecido a essa Comissão um relatório semestral.

Na organização da informática e das telecomunicações, também a DGAE sofreu grandes transformações, de forma a modernizar a infraestrutura e a integrá-la na Secretaria Geral do Ministério da Economia (SGME). Para o efeito, foram tomadas, sucintamente, as seguintes medidas: levantamento da infraestrutura da DGAE, de modo a ser possível planear a referida integração; consolidação do *site* da DGAE e alteração de imagem (*layout*) então existente; implementação de rede *wireless*; descontinuação da central telefónica e implementação de tecnologia VOip, tendo sido instalados equipamentos dessa natureza em todos os postos de trabalho; substituição do sistema de assiduidade e instalação de um relógio de ponto com registo biométrico; migração de postos de trabalho, de caixas de email e de contas de utilizadores para o domínio da SGME; reorganização do *Data Center* da DGAE, descontinuação/migração de servidores; reconfiguração e instalação de novos servidores.

De destacar, também, na organização interna da DGAE, o início da elaboração de um Manual de Procedimentos que inclui procedimentos de controlo interno, cuja necessidade foi detetada

em diferentes auditorias. Este Manual contribuirá para uma melhor e mais rigorosa atuação de todos os trabalhadores da DGAE, contribuindo assim para o aumento da respetiva produtividade.

Apesar do bom desempenho dos serviços e do profissionalismo e empenho dos trabalhadores, alguma influência no trabalho da DGAE poderá ter resultado da incerteza de pelo menos uma parte dos trabalhadores quanto ao seu futuro, em resultado da alteração da Lei Orgânica do Ministério da Economia, que foi publicada a 22 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 11/2014, uma vez que transfere para outros serviços algumas das competências da DGAE. Essa situação só será ultrapassada quando for publicada a nova lei orgânica da DGAE e for concluído o processo de reestruturação, o que deverá acontecer durante o ano de 2015.

1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

A DGAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado no Ministério da Economia.

Durante o ano de 2014, a DGAE manteve a estrutura orgânica e o regime de organização e funcionamento previstos no Decreto Regulamentar n.º 42/2012, de 22 de maio, tendo como principais atribuições:

- Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas sectoriais relativas à indústria, ao comércio e aos serviços, acompanhando a execução das medidas delas decorrentes;
- Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE);
- Promover a articulação da política de empresa, visando o crescimento da produtividade e da competitividade;
- Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com os órgãos e serviços do MNE e com outros órgãos e serviços públicos competentes em razão da matéria;
- Coordenar a participação do ME no quadro dos assuntos europeus, designadamente através do acompanhamento dos processos de transposição das diretivas e de execução dos regulamentos, bem como dos processos de pré -contencioso e de contencioso comunitários;



- Coordenar, propor e desenvolver atividades no âmbito da cooperação internacional, europeia e bilateral, designadamente com os países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do MNE;
- Coordenar a operacionalidade da intervenção regional do ME, assegurando a sua unidade da ação, através da harmonização das práticas e dos procedimentos utilizados nas respetivas áreas geográficas, no domínio da indústria e do comércio;
- Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias -primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo na tomada de decisões no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência;
- Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos comités correspondentes do Alto Comité de Planeamento Civil de Emergência/Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), no âmbito das suas atribuições;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial celebrados entre o Estado Português e os fornecedores de material de defesa, no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa, incluindo a sua eventual renegociação, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

II. AUTOAVALIAÇÃO

2.1 *Análise dos resultados alcançados*

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho de cada serviço público assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) que é estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais, definidos anualmente.

Os objetivos operacionais são considerados segundo três níveis de parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade. Para o QUAR da DGAE de 2014¹ foram considerados dois objetivos de eficácia, um de eficiência e dois de qualidade, conforme se pode verificar no quadro I.

Quadro I - Objetivos do QUAR 2014

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
EFICÁCIA	
O1. Reforçar a presença da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais onde são decididas as políticas públicas relevantes	OE1
O2. Implementar, sem acréscimo de encargos, estruturas permanentes de representação de stakeholders para discussão, definição e propostas de políticas públicas dirigidas às atividades da indústria, do comércio, do turismo e dos serviços	OE1 e OE2
EFICIÊNCIA	
O3. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE	OE1 e OE2
QUALIDADE	
O4. Melhorar a qualidade da gestão, dos serviços prestados e das atividades da DGAE	OE1 e OE3
O5. Melhorar a qualificação, as competências e o grau de motivação das/os trabalhadoras/es da DGAE	OE3

OE - Objetivos Estratégicos

¹ Anexo 1.

2.1.1. Resultados dos Indicadores

Para cada objetivo foram definidos indicadores de desempenho e estabelecidas metas, para aferir em que medida os objetivos foram alcançados. Seguidamente, serão analisados, em detalhe, os resultados de cada objetivo e dos respetivos indicadores².

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

QUADRO II – Resultados dos indicadores do objetivo 1

O1. Reforçar a presença da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais onde são decididas as políticas públicas relevantes			Peso: 40%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 1. N.º de iniciativas / conferências de alto nível europeias e/ou internacionais efetuadas no âmbito das competências da DGAE	1	2	125%
Ind. 2. Taxa de participação efetiva nos grupos técnicos e de alto nível	[85%;95%]	91%	100%

Relativamente ao **indicador 1**, é de salientar que a DGAE tinha a responsabilidade da preparação da reunião de Ministros dos Transportes do Mediterrâneo Ocidental (GTMO 5+5), que se realizou em Lisboa, no dia 22 de outubro, tendo sido presidida por Sua Excelência o Ministro da Economia e na qual estiveram presentes os Ministros responsáveis pela área dos transportes, ou seus representantes, dos 10 países da região: Argélia, Espanha, França, Itália, Líbia, Malta, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. Participaram ainda na reunião Ministerial, na qualidade de observadores, altos representantes da União para o Mediterrâneo e da União do Magrebe Árabe, bem como representantes da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento. No dia anterior, realizou-se a reunião técnica, presidida pela DGAE, na qual foi fechado o texto da Declaração Final.

² Convém precisar uma questão metodológica: a taxa de realização de cada indicador foi calculada de acordo com o critério definido pelo GEE, nomeadamente no documento “SIADAP 1 - Orientações para a preparação do QUAR 2014”.



A Conferência Ministerial de Lisboa assinalou a passagem da presidência do Grupo da Argélia para Portugal, realizada pelo Ministro Amar Ghoul, e foi, ainda, marcada pela assinatura de uma Declaração Ministerial, que constitui a base do programa da presidência portuguesa do GTMO5+5 que irá decorrer até 2016.

Ainda no âmbito do indicador 1, a DGAE, enquanto entidade competente para a Diretiva Serviços em Portugal, organizou um *workshop*³, em colaboração com a Comissão Europeia, sobre a “Maximização do potencial da Diretiva Serviços: eliminação de barreiras à livre prestação de Serviços”, que se realizou no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, no dia 31 de outubro.

Este *workshop* reuniu um conjunto de *stakeholders*, públicos e privados, nacionais e de outros países coorganizadores do evento, Espanha e França, para debaterem um conjunto de temas importantes sobre a forma como estes olham para o Mercado Interno de Serviços e para o tipo de barreiras ainda existentes.

Os resultados do indicador 1 foram superados, na medida em que apenas estava prevista a realização de uma conferência ou iniciativa de alto nível organizada pela DGAE e, na realidade, realizam-se duas.

No que respeita ao **indicador 2**, deve ser referido que, no âmbito do Ministério da Economia, a DGAE é a entidade coordenadora dos assuntos europeus, das relações internacionais e das relações económicas bilaterais e multilaterais com países parceiros de Portugal, através da sua participação no quadro da União Europeia e noutras organizações internacionais.

Neste sentido, a DGAE tem o propósito de estar presente na generalidade das reuniões técnicas de alto nível onde são discutidas e tomadas decisões sobre questões importantes para a economia nacional. No ano de 2014, a DGAE deveria ter estado presente em 501 reuniões, mas, por razões diversas, só foi possível assegurar a participação em 452 dessas reuniões,

³ Este *workshop* não estava previsto aquando da elaboração do Plano de Atividades da DGAE para 2014.

correspondendo a uma participação de 91%, o que significa que a meta para este indicador foi atingida.

Quadro III – Resultados dos indicadores do objetivo 2

O2. Implementar, sem acréscimo de encargos, estruturas permanentes de representação de <i>stakeholders</i> para discussão, definição e propostas de políticas públicas dirigidas às atividades da indústria, do comércio, do turismo e dos serviços			Peso: 50%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 3. N.º de estruturas criadas	[1 a 3]	3	100%
Ind. 4. N.º de grupos de trabalho criados no âmbito do acompanhamento especializado dos dossiês europeus	[5 a 7]	7	100%

No âmbito das suas competências e atribuições, a DGAE é chamada a pronunciar-se sobre a conceção e a execução de políticas públicas dirigidas, nomeadamente, às atividades da indústria, do comércio e dos serviços, bem como a apresentar propostas que potenciem a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas.

Essas competências e atribuições só poderão ser exercidas com propriedade se houver um diálogo profícuo e frequente com os diferentes *stakeholders* (ou interlocutores) identificados com cada uma dessas matérias.

Neste sentido, estava prevista, no âmbito do **indicador 3**, a criação de estruturas, coordenadas pela DGAE, com a participação de entidades do setor público e/ou privado (academia, empresas, associações, confederações, etc.) para apoiar e colaborar na elaboração de propostas ou iniciativas que possam beneficiar a economia nacional ou para sustentar as posições a assumir pelo Ministério da Economia em diversas instâncias (nacionais ou internacionais).

Foram, assim, criadas as seguintes 3 estruturas de apoio: Rede de *Stakeholders* para a Responsabilidade Social das Empresas, Rede do Ministério da Economia para a

Responsabilidade Social das Empresas e Direitos Humanos e estrutura relativa ao Acesso ao Financiamento.

Todas estas estruturas integravam entidades diferentes e com propósitos distintos. Assim:

- a) No caso da Rede de *Stakeholders* para a Responsabilidade Social das Empresas, a mesma foi composta por entidades privadas e da sociedade civil e teve como principal objetivo colaborar com a DGAE na elaboração do Plano Orientador para a RSE, que foi concluído e submetido à apreciação da tutela.
- b) Já a Rede do Ministério da Economia para a Responsabilidade Social das Empresas e Direitos Humanos foi constituída por entidades do ME e visava assegurar uma resposta coordenada do ME no âmbito da sua participação na Comissão Nacional para os Direitos Humanos, permitindo, ainda, recolher contributos para o Plano Orientador para a RSE.
- c) A estrutura relativa ao Acesso ao Financiamento teve como propósito essencial identificar, conjuntamente com outras entidades da Administração Pública, quais as áreas de dificuldades no acesso ao financiamento, de forma a potenciar um melhor enquadramento nacional, europeu e internacional nesta área, tendo em vista potenciar um ganho à competitividade portuguesa.

Ainda relativamente ao objetivo 2, foi inscrito no QUAR o **indicador 4**, que previa a constituição de grupos de trabalho para acompanhamento dos dossiês europeus. Neste âmbito, foram constituídos sete grupos de trabalho, que se passam a discriminar:

- a) Grupo de Trabalho do “4.º Pacote Ferroviário”, em que participaram o IMT, a REFER, a CP e a DGAE/MNE, com o objetivo de acompanhar as negociações e definir a posição portuguesa a assumir nas instâncias europeias sobre o pacote legislativo apresentado pela Comissão Europeia, o qual previa a alteração de 3 diretivas e 3 regulamentos na área dos transportes ferroviários. Essas alterações dizem respeito a reformas técnicas e estruturais, ao nível da interoperabilidade e da segurança, assim como à construção de um mercado ferroviário europeu único.

- b) Grupo de Trabalho sobre “Energia Limpa para os Transportes”, com a participação de vários organismos da Administração Pública, tendo por objetivo acompanhar as negociações no âmbito da Comissão Europeia sobre o “Pacote Energia Limpa para os Transportes/Infraestrutura de Combustíveis Alternativos”, que consiste numa proposta de diretiva, que foi, entretanto, aprovada e publicada, tendo em vista a criação de uma infraestrutura mínima europeia para combustíveis alternativos, a fim de minimizar a dependência em relação ao petróleo e de atenuar o impacto ambiental dos transportes.
- c) Grupo de Trabalho sobre “Política Industrial”, envolvendo várias Direções de Serviço da DGAE, com o propósito de acompanhar as iniciativas da Comissão Europeia na área da Política Industrial e promover uma posição consolidada sobre os interesses do ME a defender nas diversas instâncias europeias, no âmbito do qual foi definida a posição da DGAE sobre a comunicação da Comissão sobre a reindustrialização na União Europeia.
- d) Grupo de Trabalho sobre o “Acesso ao Mercado”, incluindo a AICEP, o GPP/MAM, o IAPMEI e a DGAE/MNE, destinado a acompanhar as questões gerais de Acesso ao Mercado, decorrentes do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia e a coordenar a preparação da participação nacional nos Grupos de Trabalho sobre Têxteis, Automóveis e Pneumáticos, Serviços ou Químicos.
- e) Grupo de Trabalho sobre “Inovação”, composto principalmente pela DGAE/MNE, IAPMEI, COMPETE, FCT/ME e tendo como principais objetivos, em 2014, apoiar a visita técnica da Comissão Europeia a Portugal, que se realizou em 31 de janeiro, e elaborar um documento com a listagem das principais mensagens neste âmbito.
- f) Grupo de Trabalho sobre “Auxílios de Estado”, integrando a DGAE/MNE, IAPMEI, COMPETE, ANACOM, IMT, INAC, InCI e AICEP, tendo como principal objetivo identificar as áreas em que o processo de modernização dos auxílios de Estado necessitava de ajustamentos;
- g) Grupo de Trabalho sobre “Energia-Clima”, incluindo a ATIC, CELPA, CCP e CIP, que surgiu na sequência da discussão em torno do Quadro de Ação da União Europeia relativo à Energia e ao Clima para 2030 e destinou-se a analisar os possíveis impactos económicos das políticas daí decorrentes para a economia portuguesa.



OBJETIVO DE EFICIÊNCIA

Quadro IV – Resultados dos indicadores do objetivo 3

O3. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE			Peso: 30%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 5. % de pareceres emitidos dentro do prazo	[90%;95%]	98%	119%
Ind. 6. % de solicitações respondidas dentro do prazo	[90%;95%]	98%	119%

Pretendeu-se com este objetivo que a DGAE emitisse pareceres técnico-jurídicos e correspondesse a outras solicitações claramente identificadas e enquadradas nas suas atribuições (análise de propostas, emissão de outro tipo de pareceres, preparação de dossiês, transposição de diretivas, etc.), dentro dos prazos estipulados ou que tivessem sido acordados com as entidades que os solicitaram, procurando garantir, em simultâneo, a qualidade do trabalho efetuado.

Nesse sentido, para o **indicador 5**, foram apurados os seguintes resultados globais, envolvendo as seis Direções de Serviço: dos 1751 pareceres que foram solicitados à DGAE, nas mais diversas áreas, 1728 foram respondidos nos prazos estipulados, o que corresponde a 98%, ou seja, um pouco acima do limite superior da meta que foi estabelecida no QUAR. Essa informação consta do sistema de gestão documental e do quadro que foi implementado (no caso dos pareceres jurídicos) para controlo específico destas situações.

No que diz respeito ao **indicador 6**, há a registar 4064 solicitações respondidas dentro dos respetivos prazos, de um total de 4109 solicitações dirigidas à DGAE, cumprindo-se assim, em 98% das situações, os prazos que foram fixados. Esses elementos foram recolhidos junto das seis Direções de Serviço e constam do sistema de gestão documental e/ou das listagens que foram preparadas com indicação das solicitações recebidas, prazos de resposta e as datas em que as mesmas foram respondidas.

OBJETIVOS DE QUALIDADE**Quadro V – Resultados dos indicadores do objetivo 4**

O4. Melhorar a qualidade da gestão, dos serviços prestados e das atividades da DGAE			Peso: 50%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 7. Grau de satisfação das/os destinatárias/os dos serviços	3	4,21	130%
Ind. 8. N.º de Direções de Serviço que implementaram o Sistema de Gestão em conformidade com o Referencial ISO 9001:2008	1	1	100%
Ind. 9. Data de construção e implementação do manual de controlo de gestão	30-dez-14	26-dez-14	100%

Relativamente ao **indicador 7**, foi feito um inquérito de satisfação aos destinatários dos serviços que se dirigem à DGAE para tratar de assuntos do seu interesse. As condições de realização do inquérito foram previamente estabelecidas no despacho n.º 49/2014/DGAE⁴.

Com o lançamento desse inquérito pretendeu-se aferir o grau de satisfação dos utentes com três aspetos considerados fundamentais: tipo de acessibilidades aos serviços, qualidade desses serviços e o tipo de atendimento, tendo-lhes sido também solicitado que apresentassem sugestões para melhoria dos serviços.

Para que os resultados do inquérito fossem o mais representativos possíveis do universo de utentes, o mesmo foi disponibilizado durante um período alargado, entre 20 de outubro e 19 de dezembro de 2014, embora fossem ainda aceites os questionários entregues até 23 de dezembro de 2014.

Foi preservado o anonimato de quem respondeu ao questionário que, após o preenchimento do mesmo, o depositou numa urna fechada, que só foi aberta após o final do período acima referido.

⁴ Anexo 2.



Foram preenchidos 56 questionários, cujos resultados são apresentados no quadro VI.

Quadro VI - Resultados do questionário de satisfação dos utentes

Satisfação com...	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
1. Acessibilidades	5,9%	3,8%	8,9%	18,0%	37,5%	25,9%
1.1 Localização do serviço (proximidade de transportes públicos)	3,6%	5,4%	12,5%	26,8%	42,9%	8,9%
1.2 Facilidade de estacionamento do automóvel perto do local de atendimento	17,9%	16,1%	16,1%	19,6%	14,3%	16,1%
1.3 Horário de atendimento	1,8%	1,8%	12,5%	25,0%	53,6%	5,4%
1.4 Informações disponíveis no local de atendimento	3,6%	3,6%	7,1%	19,6%	58,9%	7,1%
1.5 Facilidades de efetuar o pagamento dos serviços solicitados	3,6%	1,8%	5,4%	12,5%	30,4%	46,4%
1.6 Existência de uma linha telefónica para esclarecimentos de dúvidas	5,4%	0,0%	8,9%	17,9%	28,6%	39,3%
1.7 Nível de simplificação dos formulários (clareza da linguagem, acessibilidade e facilidade de preenchimento)	3,6%	1,8%	7,1%	19,6%	53,6%	14,3%
1.8 Esclarecimentos de dúvidas através de correio eletrónico	5,4%	1,8%	3,6%	14,3%	26,8%	48,2%
1.9 Informações disponíveis on-line	5,4%	3,6%	8,9%	12,5%	30,4%	39,3%
1.10 Disponibilidade de formulários on-line	8,9%	1,8%	7,1%	12,5%	35,7%	33,9%
2. Serviços prestados	3,9%	3,9%	7,7%	13,7%	48,2%	22,6%
2.1 Satisfação global com os serviços prestados	1,8%	5,4%	10,7%	19,6%	53,6%	8,9%
2.2 Clareza das informações	3,6%	1,8%	10,7%	12,5%	60,7%	10,7%
2.3 Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone	3,6%	3,6%	7,1%	16,1%	33,9%	35,7%
2.4 Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente	3,6%	5,4%	5,4%	14,3%	62,5%	8,9%
2.5 Tempo de resposta às solicitações	7,1%	5,4%	3,6%	14,3%	53,6%	16,1%
2.6 Tempo de resposta às reclamações	3,6%	1,8%	8,9%	5,4%	25,0%	55,4%
3. Satisfação com o atendimento	3,6%	1,1%	6,8%	18,6%	55,4%	14,6%
3.1 Cortesia das/os trabalhadoras/es que lidam com as/os clientes	3,6%	0,0%	5,4%	17,9%	64,3%	8,9%
3.2 Identificação das/os trabalhadoras/es	1,8%	0,0%	12,5%	17,9%	44,6%	23,2%
3.3 Clareza do atendimento	3,6%	0,0%	3,6%	25,0%	57,1%	10,7%
3.4 Tempo de espera para atendimento	3,6%	3,6%	7,1%	17,9%	58,9%	8,9%
3.5 Tempo de resposta às solicitações	5,4%	1,8%	5,4%	14,3%	51,8%	21,4%
TOTAIS	4,8%	3,1%	8,1%	16,9%	44,8%	22,3%

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não sabe/Não responde

Da análise a estes resultados, constata-se que, em relação à generalidade das questões colocadas, o nível de satisfação foi bastante elevado. Com efeito, agrupando os valores percentuais de quem considerou estar “satisfeito” ou “muito satisfeito”, o resultado obtido com a *acessibilidade aos serviços* foi de 55,5%, com os *serviços prestados* de 61,9% e com o *atendimento* de 73,9%. No total, revelaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos 61,7% dos inquiridos.

Os níveis de insatisfação (resultando do somatório dos “muito insatisfeitos” com os “insatisfeitos”) foram mais elevados na *facilidade de estacionamento do automóvel perto do local de atendimento*, com 33,9% (situação, que, apesar de tudo, não depende da DGAE), no *tempo de resposta às solicitações*, com 12,5%, e na *disponibilidade de formulários “on-line”*, com 10,7%. Todos os restantes itens tiveram respostas inferiores a 10%.

Para apuramento da média ponderada de cada item, apenas foram consideradas as respostas válidas (excluindo, portanto, a opção “não sabe/não responde”. Os resultados constam do quadro VII.

Quadro VII - Médias dos resultados do questionário de satisfação dos utentes

Grupos	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Médias
Acessibilidades	7,95%	5,06%	12,05%	24,34%	50,60%	4,05
Serviços prestados	5,00%	5,00%	10,00%	17,69%	62,31%	4,27
Satisfação com o atendimento	4,18%	1,26%	7,95%	21,76%	64,85%	4,42
TOTAL	6,13%	4,05%	10,39%	21,77%	57,66%	4,21

A média total de satisfação dos utentes da DGAE que participaram neste inquérito foi de 4,21, numa escala de 1 a 5. Como a meta prevista era de 3 e o valor crítico para este indicador de 4, o resultado foi largamente superado.

Para a melhoria da qualidade dos serviços, considerou-se que seria importante a implementação do sistema de gestão em conformidade com o Referencial ISO 9001:2008, em

pelo menos uma Direção de Serviços, conforme previsto no **indicador 8**. A Direção de Serviços dos Preços e Serviços e da Sustentabilidade cumpriu os requisitos para a implementação desse sistema de gestão, tendo sido identificados e elaborados 29 procedimentos e 75 modelos e documentos de apoio.

Para além disso, quanto aos registos nas bases de dados (registo de estabelecimentos de restauração e bebidas e registo de estabelecimentos que envolvam risco para a saúde), bem como ao processo de prestação de contas das equipas de inserção de dados, foi implementado um sistema de acompanhamento, que permite a análise crítica e uma melhoria dos resultados, bem como uma melhor gestão dos recursos humanos.

No que diz respeito ao **indicador 9**, foi sendo realizado, ao longo do ano, o trabalho de preparação do manual de procedimentos da DGAE, que culminou com a publicação, em 26 de dezembro, do despacho n.º 56/2014/DGAE⁵, determinando a implementação do referido manual e aprovando o índice com as matérias constantes desse manual. Nessa mesma data, foram aprovados os primeiros procedimentos, nomeadamente, o que estabelece o modelo de elaboração e organização do manual, assim como o que define a forma e a estrutura dos procedimentos que devem integrar o manual.

Estava previsto no QUAR que a data de construção e implementação do manual de procedimentos (que inclui procedimentos de controlo interno, sendo mais abrangente do que o inicialmente previsto) ocorresse entre 1 e 30 de dezembro. Tendo o manual sido implementado nesse intervalo de tempo, o resultado deste indicador foi atingido.

⁵ Anexo 3

Quadro VIII – Resultados dos indicadores do objetivo 5

O5. Melhorar a qualificação, as competências e o grau de motivação das/os trabalhadoras/es da DGAE			Peso: 50%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 10. Taxa de execução do Plano de Formação	[85%;95%]	95%	100%
Ind. 11. Grau de satisfação e motivação das/os trabalhadoras/es através de inquérito CAF.	3	3,36	100%

O **indicador 10** diz respeito à taxa de execução do plano de formação para 2014. O plano aprovado previa a realização de ações de formação nas seguintes áreas: formação de dirigentes, tecnologias da informação (especialmente no sistema de gestão documental a implementar na DGAE), língua inglesa e formação especificamente dirigida a determinadas áreas de atividade. Tratou-se de um plano de formação flexível, particularmente nesta última área, que permitiu a possibilidade de adequar as ações de formação às necessidades específicas dos trabalhadores e de cada uma das unidades orgânicas da DGAE.

Das 19 ações de formação realizadas, que foram frequentadas por 70 trabalhadores e dirigentes⁶, apenas a formação no sistema documental não se realizou, uma vez que o mesmo não veio a ser implementado, por razões alheias à própria DGAE. Tendo-se realizado menos uma ação de formação do que o inicialmente previsto, o resultado alcançado foi de 95%, atingindo-se assim a meta prevista para este indicador.

Dando cumprimento ao previsto no **indicador 11**, foi colocado à disposição dos trabalhadores da DGAE, no período de 30 de março a 10 de abril, um questionário de satisfação, tendo-se utilizado o modelo da *Common Assessment Framework* (CAF) de 2006, da DGAEP, com algumas adaptações⁷.

⁶ O Balanço Social contém algumas imprecisões, quer no número total de participantes, quer na sua repartição por grupos ou cargos.

⁷ Anexo 4.

Esse questionário foi colocado no sítio da internet da DGAE, com o apoio dos serviços de informática da SG, ao qual cada trabalhador poderia aceder, através de uma palavra passe, procedendo assim ao seu preenchimento de forma anónima.

Foram registadas 36 respostas, sendo 3 de dirigentes intermédios e as restantes 33 de outros trabalhadores, o que, tendo em conta os trabalhadores ao serviço nesse período (126), representa uma taxa de participação baixa (28,6%) e inferior à do ano transato (com 37%).

No questionário, foram colocadas à apreciação dos trabalhadores as seguintes dimensões: satisfação global dos trabalhadores com a organização; satisfação com a gestão e sistemas de gestão; satisfação com as condições de trabalho; satisfação com o desenvolvimento da carreira; níveis de motivação; satisfação com o estilo de liderança de topo; satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio; satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços; satisfação com o questionário de 2013.

Na avaliação foi utilizada uma escala de *Likert* com cinco níveis de satisfação:

- 1 - Muito Insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Pouco Satisfeito
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

Os resultados globais do inquérito, considerando as percentagens por grupos de questões, constam do quadro IX.

Quadro IX - Resultados do Questionário de Satisfação dos Trabalhadores

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
Satisfação global dos trabalhadores com a organização	7,72%	17,90%	25,93%	25,00%	9,57%	13,89%
Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	10,19%	18,21%	18,21%	30,25%	11,42%	11,73%
Satisfação com as condições de trabalho	10,07%	14,58%	20,83%	27,08%	14,93%	12,50%
Satisfação com o desenvolvimento da carreira	11,67%	17,78%	20,00%	25,56%	14,44%	10,56%
Níveis de motivação	6,11%	4,44%	15,56%	37,78%	27,22%	8,89%
Satisfação com o estilo de liderança de topo	8,08%	12,37%	17,93%	28,28%	14,90%	18,43%
Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	7,32%	10,35%	15,66%	37,63%	16,16%	12,88%
Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	2,31%	6,94%	21,30%	38,43%	17,59%	13,43%
Satisfação com o questionário de 2013	10,19%	10,19%	9,26%	18,52%	13,89%	37,96%
Total	8,13%	13,06%	18,91%	30,47%	15,01%	14,43%

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não sabe/Não responde

Do conjunto de respostas, assinalam-se aquelas que apresentam resultados percentuais mais elevados em cada um dos níveis de aferição:

- Muito satisfeito: a percentagem mais elevada (27,22%) verificou-se com os *níveis de motivação*;
- Satisfeito: 38,43% dos trabalhadores consideram-se satisfeitos com as *condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços*;
- Pouco Satisfeito: foi na *satisfação global dos trabalhadores com a organização* que se registou um resultado mais elevado (25,93%);
- Insatisfeito: o item que mereceu uma maior percentagem foi o relativo à *gestão e sistemas de gestão*, com 18,21%;
- Muito insatisfeito: o nível de insatisfação mais elevado verificou-se com o *desenvolvimento da carreira* (11,67%).

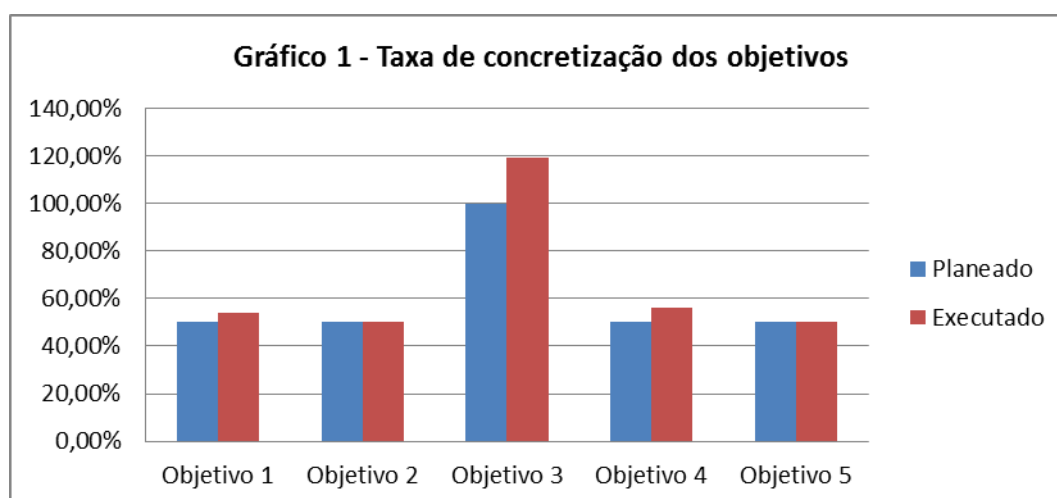
Analisando a média aritmética ponderada obtida em cada um dos grupos, verificou-se que a mesma foi superior a 3 em todas as situações. As mais baixas registaram-se na *satisfação global dos trabalhadores com a organização* (com 3,13) e na *satisfação com o desenvolvimento*

da carreira (3,15). As mais elevadas ocorreram nos *níveis de motivação* (3,83) e na *satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços* (3,72).

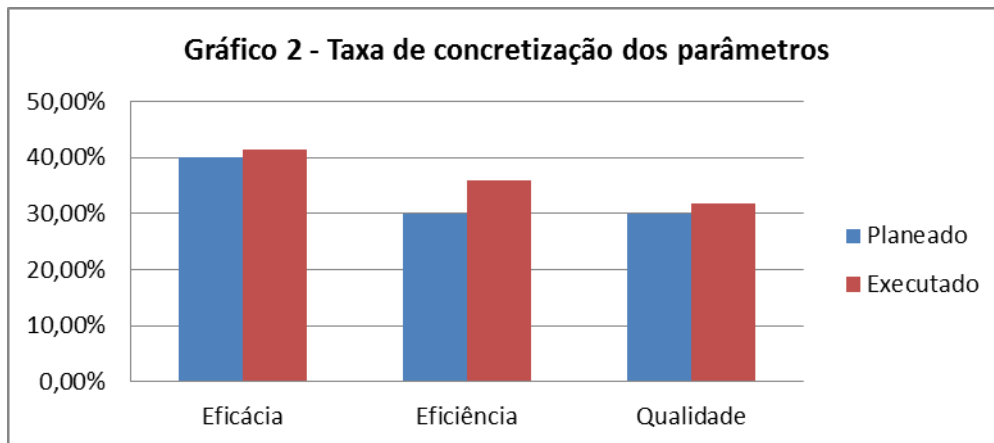
A média global foi de 3,36, acima da meta estabelecida e aquém do valor crítico, pelo que o resultado deste indicador foi atingido.

A partir da taxa de realização dos indicadores, foram apuradas as taxas de concretização dos objetivos, que são ilustradas no gráfico 1, da análise do qual se pode concluir que os objetivos 2 e 5 foram atingidos e os objetivos 1, 3 e 4 foram superados.

2.1.2. Resultados dos Objetivos



No que diz respeito aos parâmetros eficácia, eficiência e qualidade, as taxas de concretização foram superiores ao que foi planeado, como se poderá verificar no gráfico 2.



Os resultados globais do serviço, tendo em conta os objetivos operacionais que foram definidos para 2014, constam do quadro X, muito embora tenham sido realizadas muitas outras atividades, como será detalhado no ponto seguinte deste relatório, que podem não ter contribuído diretamente para estes objetivos, mas que foram essenciais para o desempenho positivo dos serviços.

QUADRO X - Avaliação global do serviço

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Planeado	40%	30%	30%
Executado	42%	36%	32%
Avaliação global	109%		

Como conclusão da autoavaliação, é de referir que todos os objetivos previstos no QUAR foram atingidos ou superados e que a taxa de concretização global foi de 109%.

De acordo com os dados do Balanço Social, a DGAE tinha, no final do ano de 2014, 132 postos de trabalho ocupados, correspondendo a uma redução de 3,65% em relação ao ano transato e de 15,38% em relação aos efetivos necessários, que foram aprovados e planeados no QUAR (vide quadro XI).

Quadro XI - Recursos Humanos

Grupo de Pessoal Cargo/Carreira	Planeados (QUAR)	Efetivos (31/12/2014)	Desvios	
			Planeado	2013
Direção Superior	2	2	0	0
Direção intermédia	21	21	0	0
Técnico Superior ^(*)	96	80	-16	1
Assistente Técnico ^(**)	28	23	-5	-5
Assistente Operacional	9	6	-3	-1
Total	156	132	-24	-5

^(*) - Inclui especialistas de informática^(**) - Inclui técnicos de informática

Por outro lado, durante o ano de 2014, e à semelhança do que se verificou no ano de 2013, registou-se uma elevada movimentação de saídas (31) - as com maior representatividade foram por motivos de reforma/aposentação (38,7%) e de mobilidade interna para outros serviços (35,5%) - e entradas (26) de trabalhadores, o que sempre provoca alguma quebra na realização dos trabalhos que estão em curso nas unidades orgânicas onde essa situação é mais significativa.

O valor da despesa da DGAE em 2014 atingiu os 5,9 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 8,2% em relação ao ano transato, ou seja, cerca de 531 mil euros a menos (quadros XII e XIII).

As despesas com *pessoal* são as que têm maior peso (81,43%). As despesas com *transferências correntes*, outras *despesas correntes* e as *aquisições de bens de capital* têm pouco significado na estrutura de despesa da DGAE.

A taxa de execução do orçamento foi elevada (89%), embora inferior à do ano passado, que se tinha situado nos 93,25%. A poupança registada foi de 733.689,70 €.



Quadro XII - Estrutura da despesa em 2014

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2014						
	Inicial		Disponível		Executado		Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Despesas com pessoal	5.208.785,00	78,21%	5.327.829,00	79,74%	4.843.481,61	81,43%	90,91%
Aquisição de bens e serviços	1.325.418,00	19,90%	1.221.472,00	18,28%	1.011.507,08	17,01%	82,81%
Transferências correntes	15.759,00	0,24%	15.759,00	0,24%	13.564,49	0,23%	86,07%
Outras despesas correntes	18.288,00	0,27%	38.584,00	0,58%	28.799,56	0,48%	74,64%
Aquisições de bens de capital	91.379,00	1,37%	77.761,00	1,16%	50.362,56	0,85%	64,77%
TOTAL	6.659.629,00	100,00%	6.681.405,00	100,00%	5.947.715,30	100,00%	89,02%

Quadro XIII - Comparação da despesa de 2013 e 2014

GRUPOS DE DESPESA	Díspnível		Executado	
	Desvio	%	Desvio	%
Despesas com pessoal	454.943,00	9,34%	-14.626,08	-0,30%
Aquisição de bens e serviços	-634.265,00	-34,18%	-428.459,15	-29,75%
Transferências correntes	0,00	0,00%	-1.574,33	-10,40%
Outras despesas correntes	6.786,00	21,34%	1.444,88	5,28%
Aquisições de bens de capital	-94.006,00	-54,73%	-87.722,17	-63,53%
TOTAL	-266.542,00	-3,84%	-530.936,85	-8,20%



2.2 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades

No âmbito da persecução dos seus objetivos, a DGAE tinha inscrito no seu Plano de Atividades para 2014 um conjunto de atividades, a realizar pelas diversas Unidades Orgânicas e pelos serviços de apoio, relativamente às quais há que aferir da sua realização e dos resultados alcançados.

Por outro lado, durante o ano, houve a necessidade de realizar outras atividades que não tinham sido previstas (e que, como tal, não constavam do referido Plano) de modo a ser possível corresponder a solicitações de diversa índole ou a orientações que foram dirigidas à DGAE pela tutela.

Uma parte significativa de todas essas atividades contribuiu decisivamente para o cumprimento dos objetivos constantes do QUAR da DGAE, enquanto outras, embora possam não estar traduzidas nesses objetivos, foram essenciais para o desempenho dos serviços.

Nos quadros seguintes apresenta-se, por Unidade Orgânica, uma síntese dos resultados alcançados em cada uma dessas atividades. Para adequada leitura desses quadros, deve ser tida em consideração a seguinte legenda correspondente à coluna dos níveis de realização respeitante a cada atividade:

- R - Realizada
- NR - Não realizada
- T - Transferida para outra Unidade Orgânica ou para o ano seguinte
- CA - Cancelada

QUADRO XIV
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS RELAÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS (DSCI)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPCE	1	Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do ME na área do comércio internacional (preparar documentos de apoio/contributos para a intervenção da Tutela nos diversos fora).	X		X			R	O grau de realização desta atividade pode considerar-se elevado, tendo a DGAE participado em todas as reuniões relevantes para o desempenho das suas atribuições, de acordo com uma gestão criteriosa dos recursos humanos e orçamentais disponíveis. Note-se que, em regra, se estima um número de reuniões superior àquele que efetivamente se verifica ou, verificando-se, justifica a participação da DGAE.
DPCE	2	Coordenar e definir a contribuição do ME para a posição nacional na vertente do comércio internacional, em diversos fora da UE (Comité Política Comercial: Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, Comité do Aço, Têxteis e outros Sectores Industriais-STIS, Questões Comerciais), noutros Comitês/Grupos do Conselho. Elaboração atempada de relatórios com indicação de <i>follow-up</i> .	X		X			R	Foi coordenada, da melhor forma possível, a formação da posição do ME na vertente do comércio internacional, nos diversos fora da UE em que a mesma é discutida, tendo assegurado a elaboração atempada dos relatórios de participação e o respetivo <i>follow-up</i> das questões em discussão.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPCE	3	Contribuir para a definição da posição de Portugal em questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento (Acordos de Comércio Livre com Capítulos de Proteção de Investimento; Acordos de Investimento da UE com Países Terceiros).	X		X			R	Foi coordenada, da melhor forma possível, a formação da posição do ME nos domínios da política europeia de investimento, nos diversos fora da UE em que a mesma é discutida, tendo tido uma participação ativa na definição da posição nacional nas diversas questões em discussão, nomeadamente no âmbito da negociação de Acordos de Investimento da UE com Países Terceiros.
DPCE	4	Assegurar, sempre que possível, a Delegação Nacional no Comité do Comércio e no Comité do Investimento da OCDE e representar o ME nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio e do Grupo de Trabalho do Investimento; elaboração atempada de relatórios com propostas de follow-up. Coordenação da elaboração de informação sobre Portugal constante da base de dados do Índice de Restritividade no Comércio de Serviços (STRI) da OCDE.	X		X			R	A DGAE deu continuidade ao acompanhamento dos Comités do Comércio e do Investimento da OCDE, assegurando a respetiva Delegação nacional, contribuindo ativamente para as discussões e atividades destes órgãos, e deles colhendo contributos imprescindíveis ao acompanhamento da política comercial europeia e à política europeia de investimento, bem como, à defesa dos interesses nacionais neste âmbito.
DPCE	5	Definir e defender a posição de Portugal, assegurando a titularidade nos seguintes Comités da Comissão: Comité Anti-Dumping, Comité Anti-Subvenções, Comité de Salvaguardas, Comité Consultivo e de Regulamentação SPG; Comité Têxtil, Comité Consultivo de Acesso ao Mercado e Comité Consultivo de Acordos de Investimento. Elaboração atempada de relatórios com medidas de follow-up.	X		X			R	A DGAE assegurou a participação no Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial, no Grupo de Peritos SPG, no Comité Consultivo de Acesso aos Mercados, e ainda, no Comité Consultivo dos Acordos de Investimento da Comissão Europeia, de que é titular e onde contribuiu para a definição da posição europeia defendendo os interesses nacionais no âmbito das questões neles discutidas.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPCE	6	Analisar e implementar as disposições do Tratado de Lisboa no processo de decisão (comitologia) dos Instrumentos de Defesa Comercial e de Ajuda ao Desenvolvimento (SPG), efetivada através dos Regulamentos <i>Trade Omnibus I e II</i> .	X		X			R	A DGAE deu continuidade ao acompanhamento da implementação das alterações decorrentes do Tratado de Lisboa no processo de decisão dos Instrumentos de Defesa Comercial e de Ajuda ao Desenvolvimento, procurando acautelar a sua correta e estrita implementação, nomeadamente no âmbito dos processos de codificação dos diferentes regulamentos em vigor.
DPCE	7	Elaborar contributos e/ou pareceres para a implementação do novo Regulamento do SPG. Definir e defender a posição de Portugal assegurando a titularidade do Comité das Preferências Generalizadas e do Grupo de Peritos do SPG.	X		X			R	Ao longo de 2014, foram apreciadas e analisadas diversas questões suscitadas pela implementação do novo Regulamento SPG tendo assegurado a elaboração dos contributos necessários à definição da posição nacional, em coordenação com a DGAE/MNE, sobre as questões em apreço.
DPCE	8	Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação da estratégia UE de acesso ao mercado.	X		X			R	Ao longo de 2014, foi acompanhada a implementação da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE tendo assegurado a elaboração dos contributos pertinentes e a divulgação da informação sobre as barreiras de acesso ao mercado discutidas no âmbito do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPCE	9	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres sobre propostas apresentadas relativas às negociações de Acordos da UE com países terceiros (acordos de comércio livre - FTA, acordos de comércio livre aprofundados - DCFTA, de associação - AA, de parceria económica- APE, de parceria e cooperação - APC), tendo presente os interesses nacionais identificados, em matéria de comércio de mercadorias, comércio de serviços e comércio eletrónico, investimento, concorrência, facilitação do comércio, IDC e desenvolvimento sustentável (ambiente e questões sociais).	X		X			R	Ao longo de 2014, foram acompanhadas as negociações em curso de diversos Acordos de Comércio Livre entre a UE e diferentes parceiros comerciais, assegurando a formação da posição nacional e a defesa dos interesses nacionais em cada etapa negocial, em coordenação com a DGAE/MNE, consultando para o efeito os diversos organismos competentes do ME e as associações empresariais representativas dos diferentes sectores de atividade envolvidos. Salienta-se neste domínio a negociação da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento.
DPCE	10	Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos para fundamentar a posição do ME na agenda de comércio internacional - OMC, OCDE e UNCTAD-, nas áreas do comércio de mercadorias, comércio de matérias-primas; comércio de serviços e comércio eletrónico, comércio e desenvolvimento, regras, investimento, facilitação do comércio, comércio e ambiente, concorrência, mercados públicos, normas sociais/laborais, litígios comerciais, regulamentação interna, regras GATS e novas adesões à OMC. Elaboração atempada de relatórios com medidas de follow-up.	X		X			R	EM 2014, foi assegurada a elaboração dos contributos necessários à fundamentação da posição do ME na agenda do comércio internacional, nomeadamente no âmbito das organizações multilaterais internacionais que dele se ocupam, mau grado a ainda lenta reanimação do sistema multilateral de comércio após a X Conferência Ministerial da OMC, que se realizou em Bali, no final de 2013, e que deveria ter sido decisiva para a reanimação da Ronda de Doha.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPCE	11	Elaborar contributos para as pastas de apoio à Tutela, em matéria de comércio internacional, tendo em vista a participação nas reuniões informais de Ministros de Comércio da UE, na Conferência Euromed de Ministros do Comércio e nas reuniões do Conselho de Ministros e do Comité Executivo em Sessão Especial da OCDE.	X		X			R	Procurou-se assegurar a satisfação de todas as solicitações da tutela, em matéria de comércio internacional e política europeia de investimento, tendo não só contribuído para as pastas de apoio às deslocações externas, mas também promovido a produção dos instrumentos necessários a uma política económica, comercial e de investimento mais dinâmica e eficaz, entre os quais se salienta o novo modelo para os Acordos de Promoção de investimento a celebrar por Portugal com Países Terceiros.
DPCE	12	Contactar diversas entidades (Organismos, Agências, Associações empresariais e outros Agentes económicos) para definir a posição nacional a defender na agenda de comércio internacional, nas instâncias comunitárias, na OMC, OCDE e UNCTAD.	X		X			R	Foi assegurada a definição das posições do ME em coordenação com diversas entidades, públicas e privadas, por forma acautelar adequadamente os interesses nacionais na agenda do comércio internacional, nas instâncias comunitárias e internacionais.
DPCE	13	Contactar as partes interessadas nos processos anti-dumping, anti-subsvenções e salvaguardas (advogados, industriais dos diversos sectores, representantes de Associações de produtores /utilizadores/consumidores) sobre as questões mais pertinentes, visando a defesa do interesse nacional identificado.	X		X			R	A DGAE assegurou de forma proactiva o envolvimento das partes interessadas nos processos anti-dumping e anti-subsvenções e salvaguardas por eles visadas, tendo recebido e contactado diversos <i>stakeholders</i> nacionais e de outros EM, procurado conhecer as diferentes perspetivas em causa e defender os interesses da indústria nacional neste âmbito.
DPCE	14	Esclarecimento e/ou resolução, com carácter pontual, sobre questões de natureza económica colocadas por associações e empresas ou outras entidades.	X		X			R	Ao longo de 2014, procedeu-se a diversos esclarecimentos sobre questões de natureza económica que foram colocadas por associações e empresas ou outras entidades, tendo-se contribuído para a solução de diversos casos concretos que foram apresentados.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRBM	15	Elaborar pastas de apoio (proposta de agenda, tópicos de intervenção, proposta de mensagens a transmitir, notas de enquadramento, ficha institucional, informação complementar estatística e empresarial) para encontros bilaterais e visitas oficiais, tanto em Portugal como no exterior (com ou sem participação direta da DGAE).	X		X			R	O grau de realização desta atividade pode considerar-se elevado, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados.
DRBM	16	Preparar, nas áreas de competência do ME, a vertente económica de Cimeiras, Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outras reuniões bilaterais de alto nível (proposta de agenda, notas de enquadramento e tópicos de intervenção, negociação de Ata Final, contributos para a Declaração Conjunta).	X		X			R	Foram cumpridos, na generalidade, os prazos previstos para envio de contributos, salvo poucas exceções (que se deveram a atrasos no envio de informação por parte de alguns organismos do ME).
DRBM	17	Preparar e participar em reuniões de coordenação intra ME, com Embaixadas e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.	X		X			R	A DGAE participou em praticamente todas as reuniões para as quais foi convocada (exceção a duas reuniões no CICL, devido a sobreposição com outros compromissos - foram enviados contributos por escrito).
DRBM	18	Acompanhar a negociação de instrumentos jurídicos nas áreas de intervenção do ME (Acordos Bilaterais, Memorandos de Entendimento, Protocolos de Cooperação, Termos de Referência para Grupos de Trabalho, entre outros).	X		X			R	A DGAE procurou coordenar, da melhor forma possível, a negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área do ME. São de notar alguns constrangimentos resultantes de nem sempre se obter informação atempada sobre a negociação de alguns instrumentos. Acresce que, sempre que foi chamada a fazê-lo por parte da tutela, a DGAE apresentou projetos de texto de instrumentos bilaterais.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRBM	19	Elaborar e solicitar pareceres nas áreas de competência do ME, tanto ao nível das relações económicas bilaterais e multilaterais, como da vertente económica das relações externas da UE.	X		X			R	Procurou-se ir de encontro ao pretendido, sempre que recebemos solicitação por parte da Tutela e de outras entidades (MNE/DGPE, CICL).
DRBM	20	Participar, enquanto Ponto Focal do ME, nas reuniões semestrais do Grupo de Peritos UE-China.	X		X			R	A DGAE participou nas duas reuniões anuais do Grupo de Peritos.
DRBM	21	Preparar a participação de representantes da Tutela em reuniões ministeriais de carácter económico, nomeadamente no âmbito do Fórum Macau, da CPLP, da Cimeira Ibero-Americana e da Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	X		X			NR	Em 2014, não se realizaram reuniões ministeriais de carácter económico no âmbito multilateral (no que respeita aos espaços multilaterais acompanhados pela DRBM). Apenas a registar a realização da XXIV Cimeira Ibero-americana em dezembro (Veracruz, México) que não contou com a participação de representantes da tutela ME.
DRBM	22	Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões técnicas e outras iniciativas de carácter económico desenvolvidas ao nível do Fórum Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	X		X			R	Em particular no que respeita à Conferência Ibero-americana, a DGAE remeteu diversos contributos, nomeadamente para preparação das reuniões dos Pontos Focais de Cooperação.
DRBM	23	Coordenar, enquanto Ponto Focal, a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito do Plano anual de Atividades do Fórum Macau, nomeadamente no que respeita à formação de recursos humanos.	X		X			R	A DGAE foi responsável pela gestão da participação portuguesa em sete Colóquios realizados no âmbito do plano de formação do Fórum Macau em 2014. De referir que um dos Colóquios teve lugar em Portugal.
DRBM	24	Participar, enquanto Ponto Focal, nas reuniões do Secretariado Permanente do Fórum Macau.	X		X			R	A DGAE participou na reunião anual do Secretariado Permanente do Fórum Macau.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRBM	25	Acompanhar a execução de projetos e programas de cooperação de organismos do ME, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.	X		X			R	A DGAE reportou ao CICL, no dia 6 de março, a execução de projetos desenvolvidos pelos organismos do ME, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.
DRBM	26	Preparar e participar nas reuniões da Comissão Interministerial para a Cooperação, organizadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.	X		X			NR	A DGAE não foi chamada a contribuir para a preparação de reuniões da CIC, desconhecendo se foi realizada alguma reunião em 2014.
DRBM	27	Preparar e participar, enquanto membro, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras, coordenado pela AICEP e GPEARI-MF.	X		X			R	A DGAE participou na reunião anual da Comissão de Acompanhamento (5 de março).
DRBM	28	Atualizar, de forma permanente e pró-ativa, as Fichas de Relacionamento Económico Institucional.	X		X			R	Durante o ano de 2014, foi atualizado um número significativo de fichas DGAE.
DRBM	29	Divulgar informação relevante aos organismos do ME, quer na vertente das relações bilaterais e multilaterais, quer na vertente económica das relações externas da UE.	X		X			R	Procurou-se divulgar informação relevante aos organismos do ME, nomeadamente no que respeita aos resultados de Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível.
DRBM	30	Participar em eventos nacionais e internacionais relevantes de caráter económico e, sempre que necessário, preparar a participação da DGAE nestas iniciativas.	X		X			R	De destacar a preparação da participação do Sr. DGAE no Almoço de celebração do Ano Novo Chinês (CCIP, 7 de março), e a gestão da participação portuguesa (incluindo da DGAE) nos Colóquios organizados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China, destinados aos Países de Língua Portuguesa.

AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS RELAÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS (DSCI)

Atividades ou projetos cujos resultados tiveram maior relevância ou impacto para a atuação da DGAE, para a concretização dos objetivos previstos no QUAR ou para a atividade económica do país

DRBM

- Preparação e acompanhamento da deslocação a Portugal do Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações e do Sr. Ministro das Obras Públicas e Habitação de Moçambique (respetivamente, 5 a 7 de fevereiro, e 12 a 14 de fevereiro).

A DGAE foi responsável pela elaboração dos programas das visitas e pelo acompanhamento de todas as visitas e reuniões realizadas. Preparou também elementos de apoio (incluindo mensagens a transmitir) para os encontros que o Sr. Ministro da Economia manteve com os seus homólogos moçambicanos. Produziu ainda um relatório global de balanço das duas visitas, o qual incluiu diversas sugestões de seguimento.

- Elaboração de pastas de apoio para deslocações oficiais do Sr. Ministro da Economia e de outros membros da Tutela.

Destacamos a informação de apoio transmitida ao Gabinete do Ministro da Economia para as deslocações realizadas a Espanha, França, Reino Unido, China, Brasil, Perú e Colômbia, Angola, México e EUA. Quanto aos restantes membros da Tutela, salientamos: SEAE (Moçambique, Coreia do Sul, Tunísia, França), SEIC (Venezuela, Argélia, Qatar, Turquia), SEITC (encontros bilaterais com homólogos da Bulgária, Turquia, e São Tomé e Príncipe). Referência ainda para a preparação dos encontros bilaterais com homólogos de Timor Leste, Itália, Argélia e Tunísia (à margem da Conferência Ministerial 5+5 sobre Transportes).

- Elaboração de pastas de apoio para participação do Sr. Ministro da Economia (e outros membros da Tutela) em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível.

Relevamos os elementos de apoio preparados para os seguintes eventos: 2.ª Cimeira Luso-Moçambicana, 8.ª Comissão Mista Económica Luso-Chinesa, XXVII Cimeira Luso-Espanhola, 2.ª Comissão Mista Económica e Comercial Portugal-Turquia, 3.ª Cimeira Luso-Cabo-Verdiana. Acrescem os contributos preparados para a 4.ª reunião do Grupo de Trabalho Económico Luso-Argelino, 1.ª reunião da Comissão Mista com a Arábia Saudita, com o Qatar e com os Emirados Árabes Unidos, 2.ª reunião da Comissão Mista com o Senegal, 1.ª reunião da Comissão Mista Económica e Comercial com a Turquia, 10.ª Cimeira ASEM, 3.ª reunião da Comissão Mista com Macau. De referir ainda o trabalho de análise das relações económicas de Portugal com o Continente Africano (pedido do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro).

DPCE

- Acompanhamento das Negociação da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), cujas negociações tiveram início em Junho de 2013.

Para além do acompanhamento do processo negocial junto das instâncias comunitárias – a Comissão Europeia, a quem cabe a condução das negociações sob mandato do Conselho, e os grupos do Conselho onde a evolução das negociações é acompanhada e discutida com os Estados-membros – a DSCI/DPCE participou ativamente na organização de sessões de esclarecimento, sensibilização e auscultação das empresas e associações sectoriais, em conjunto com a DGAE/MNE sobre os interesses nacionais nesta negociação. Como resultado do conjunto de ações realizadas salienta-se a definição de uma posição ME sobre as questões em discussão, traduzidas em diversos contributos não apenas para a Tutela, mas também para a DGAE/MNE a quem cabe, a nível nacional, a coordenação da posição nacional na área da política comercial externa. A Parceria Transatlântica entre os dois blocos comerciais, que representam 1/3 do comércio global e 50% do PIB mundial, deverá potenciar não só a recuperação da economia a nível europeu e mundial, como também a nível nacional.

- Atualização do modelo de acordo bilateral de investimento (BIT) nacional, cujos trabalhos decorreram ao longo de 2014, com especial incidência no 2º semestre de 2014.

A DGAE foi responsável pela atualização do modelo de BIT nacional e, em articulação estreita com o Gabinete do SEAE, propôs alterações às normas de proteção de investimento e ao mecanismo de resolução de litígios de investimento e consultou um número alargado de entidades públicas de vários Ministérios, académicos e a associação de arbitragem. Em resultado, a atualização do modelo foi concluída no final de 2014 permitindo que Portugal avance com negociações de acordos bilaterais de investimento (solicitámos, a esta data, autorização da Comissão para negociar acordos bilaterais de investimento com 5 países terceiros).

- Condução e acompanhamento do processo de emendas dos BIT nacionais com Senegal, República Democrática do Congo e República do Congo (1º e 2º semestre de 2014).

O processo de emendas necessárias, à luz do direito da União, aos BIT assinados pelo Estado português com Senegal, República Democrática do Congo e República do Congo motivou uma intervenção direta da DGAE, enquanto titular do Comité Consultivo de Acordos de Investimento, na condução do processo, levando a reuniões bilaterais com a Comissão em Bruxelas, à resposta a esclarecimentos solicitados e à estreita colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em resultado, o Colégio de Comissários autorizou Portugal a renegociar estes acordos a 18 de Março de 2015.

- Acompanhamento dos trabalhos no Comité de Política Comercial – Serviços e Investimento (CPC-SI) para a conclusão do Regulamento de Responsabilidade Financeira em Litígios Investidor-Estado.

Depois de várias Presidências e de uma prolongada discussão no CPC-SI e com o Parlamento Europeu e a Comissão nos trílogos, o Regulamento de Responsabilidade Financeira, o qual permitirá a repartição de responsabilidade financeira entre Estados Membros e a União em futuros litígios de investimento que advenham dos acordos da UE, foi adotado enquanto processo legislativo ordinário – Regulamento EU 912/2014 publicado a 28 de Agosto de 2014 em Jornal Oficial. A DGAE acompanhou, desde o início, toda a discussão do Regulamento, tanto no CPC-SI como em reuniões técnicas específicas, oferecendo um valioso contributo para a análise das disposições e para a negociação do texto com o Parlamento Europeu.

- Acompanhamento dos trabalhos no Comité de Política Comercial – Serviços e Investimento (CPC-SI) para a negociação de normas de proteção de investimento com Singapura, Canadá e Estados Unidos.

A DGAE, para além de acompanhar todas negociações com países terceiros que incluam proteção de investimento (ao longo de 2014, China, Vietname, Mianmar, Japão), consagrou especial atenção às negociações de investimento no âmbito do CETA (Canadá), do TTIP (Estados Unidos) e do acordo com Singapura. Estes acordos, por diferentes motivos, exigiram a atenção, o acompanhamento e o contributo da DGAE: o CETA e Singapura por serem os primeiros acordos concluídos pela Comissão com Países Terceiros (2014) e que integravam normas de proteção de investimento; o TTIP, pela discussão, tanto política como na opinião pública, que se gerou com a inclusão de um mecanismo de resolução de litígios (ISDS) no acordo com os americanos, o que motivou a consulta pública que a Comissão Europeia efetuou até 13 de Julho de 2014. Estes acordos motivaram o melhor empenho técnico da DGAE para a definição de uma posição nacional nas variadíssimas discussões no Comité de Política Comercial, tanto nos Titulares como nos Serviços e Investimento.

- Acompanhamento dos processos de Defesa Comercial instaurados por Países Terceiros contra importações provenientes da União Europeia assegurando a promoção e a salvaguarda dos interesses nacionais

Ao longo dos últimos anos, e muito em particular ao longo de 2014, assistiu-se a um aumento muito significativos dos casos de processos de Defesa Comercial – direitos anti-dumping e salvaguardas – iniciados por Países Terceiros contra importações provenientes da União Europeia com impactos potencialmente importantes nas exportações nacionais de papel e aço, entre outros. Neste contexto, salienta-se a atividade da DSCI/DPCE na recolha de informação sobre os referidos dos processos junto das autoridades de Países Terceiros e da Comissão Europeia, na disponibilização dessa informação e apoio às empresas diretamente afetadas, e até, pela primeira, na constituição como parte interessada num dos processos em causa, com o intuito de evitar e/ou minimizar a aplicação de medidas penalizadoras das exportações nacionais.

QUADRO XV
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS EUROPEUS E INTERNACIONAIS (DSCAEI)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	1	Preparação da Conferência Ministerial do GTMO 5+5	X					R	Desenvolvidas com sucesso todas as atividades e contactos necessários à preparação da Conferência Ministerial GTMO 5+5. Participação nas reuniões do grupo de pontos focais nacionais do diálogo 5+5, coordenado pelo MNE, respondendo pelas áreas dos transportes e das telecomunicações. A DOPTC participou, ainda, no 2.º Fórum Económico e Empresarial do Diálogo 5+5, realizado pelo MNE, em Maio.
DOPTC	2	Preparação e participação no grupo técnico GTMO 5+5	X					R	A DGAE detém a representação nacional no grupo técnico do GTMO 5+5 e participou nas duas reuniões do Grupo, assim como nas Jornadas de Trabalho relativas à segurança marítima e à gestão rodoviária, eventos realizados em Barcelona, respetivamente, em Fevereiro, Setembro e Maio.
DOPTC	3	Coordenação da organização da Conferência GTMO 5+5	X					R	Foi criado um Grupo de trabalho (DGAE, SGME, GME, GSEITC e AICEP) para organização da Conferência Ministerial, coordenado pela DOPTC. O Grupo reuniu regularmente para definição de tarefas e tomadas de decisão quanto à logística da Conferência Ministerial. Foram, também, realizadas reuniões com a empresa de eventos e com os responsáveis do local da Conferência e do jantar oficial, assim como com as Embaixadas dos países participantes.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	4	Participação na Conferência GTMO 5+5	X					R	A Conferência Ministerial realizou-se nos dias 21 e 22 de Outubro. Participaram os Senhores ME e SEITC e representantes dos respetivos Gabinetes, assim como o DG da DGAE e os técnicos da DOPTC. Participação no Fórum Empresarial Transportes, realizado a 22 de Outubro à margem da Conferência Ministerial GTMO 5+5, organizado pela AICEP com o apoio da DGAE.
DOPTC	5	Assegurar o seguimento das conclusões da Conferência GTMO 5+5	X					R	Foram desencadeadas todas as diligências necessárias à prossecução do programa de trabalhos estabelecido na Conferência Ministerial, designadamente, a divulgação dos resultados e contactos com as instituições intervenientes no Diálogo 5+5 e prosseguiram os trabalhos com o Secretariado Técnico do GTMO 5+5, o CETMO e União para o Mediterrâneo (UpM), tendo em vista iniciar o programa de trabalhos em 2015, que continuará em 2016. Participação na Conferência de Alto Nível sobre o Financiamento da futura Rede Transmediterrânea de Transportes, Roma – 9 e 10 de Dezembro, na qual o DG fez uma intervenção em representação do GTMO 5+5.
DCMIE	6	Preparação dos elementos de apoio para a participação ME nos Conselhos Competitividade			X	X		R	Foram preparadas pastas de apoio para todas as sessões do Conselho, que tiveram lugar a 20 de fevereiro, 12 de maio, 27 de maio, 21 de julho, 25 de setembro e 4 de dezembro, para apoiar a participação do membro do Governo.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	7	Preparação dos elementos de apoio para a participação ME nos Conselhos Transportes			X	X		R	Foram preparadas pastas com os elementos de apoio para todas as 7 sessões do Conselho Transportes, que tiveram lugar em 14 de março, 7 e 8 de maio, 5 de junho, 16 e 17 de setembro, 8 de outubro, 6 e 7 de novembro e 3 de dezembro.
DOPTC	8	Preparação dos elementos de apoio para a participação ME nos Conselhos Telecomunicações			X	X		R	Foram preparadas pastas com os elementos de apoio para todas as sessões do Conselho Telecomunicações que se realizaram a 6 de junho, 2 e 3 outubro e 27 novembro.
DOPTC	9	Preparação dos elementos de apoio para a participação ME no Fórum Internacional de Transportes da OCDE			X	X		R	Foi preparada pasta, com os elementos de apoio para a participação do Senhor SEITC no Fórum Internacional de Transportes da OCDE, realizado em Leipzig, em 21 e 22 de Maio.
DEAC	10	Preparação dos elementos de apoio para a participação ME na Conferência ministerial da OCDE			X	X		R	Foram preparados os elementos de apoio relativamente aos pontos da competência do ME para apoiar a participação do membro do Governo que participou na Reunião Ministerial da OCDE (MCM - 2014), que teve lugar em Paris, em 6 e 7 de maio. A DGAE/ME participou, ainda, numa reunião de coordenação interministerial preparatória, realizada no MNE em 28 de março, que iniciou o processo de distribuição de tarefas, de acordo com as respetivas competências de cada Ministério, para a elaboração por parte do MNE da pasta de apoio à Reunião Ministerial da OCDE, de 2014.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	11	Preparação e participação no Conselho Executivo do Corredor Ferroviário de Mercadorias nº 4	X					R	A DGAE detém a representação nacional no Conselho Executivo do CFM n.º 4 e participou em todas as reuniões realizadas - 11 de março (Paris), 29 de abril (Bruxelas), 26 de junho (videoconferência) e 13 de novembro (Bruxelas), tendo organizado reuniões nacionais preparatórias.
DOPTC	12	Preparação e participação no Grupo dos Corredores Ferroviários de Mercadorias do SERAC	X					R	A DGAE tem a representação de PT no GT dos Corredores Ferroviários de Mercadorias do SERAC (<i>Single European Railway Area Committee</i>) e participou nas duas reuniões realizadas em Bruxelas: 30 de abril e 14 de novembro.
DCMIE	13	Preparação dos elementos de apoio para a participação DGAE no GAN Competitividade e Crescimento	X					R	Foram preparadas pastas para as 3 reuniões que tiveram lugar em 2014, a 31 de janeiro, 13 de junho e 6 de novembro para apoiar a participação do representante da DGAE.
DOPTC	14	Participação no GT Infraestruturas e questões de regulação do Fórum Euromed Transportes	X					R	Participação nas duas reuniões realizadas em Bruxelas a 17 de junho e a 17 de novembro.
DOPTC	15	Preparação e participação no Comité de Assistência Financeira da RTE-T	X					R	Acompanhamento da atividade do Comité de Assistência Financeira da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), que reuniu pela última vez a 8 de julho, em Bruxelas, com a participação da DGAE.
DOPTC	16	Preparação e participação no Comité de Acompanhamento das Orientações e Intercâmbio de Informação da RTE-T	X					R	Foi realizado o acompanhamento das atividades relacionadas com a RTE-T

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DCMIE, DOPTC, DEAC	17	Preparação dos elementos de apoio para a participação DGAE na CIAE	X					R	Foram preparados os elementos de apoio, sob a forma de agenda anotada para todas as reuniões da CIAE, que tiveram lugar a 22 de janeiro, 19 de fevereiro, 12 de março, 9 de abril, 14 de maio, 18 de junho, 9 de julho, 17 de setembro, 15 de outubro, 12 de novembro e 4 de dezembro, para apoiar a participação do representante da DGAE.
DCMIE, DEAC, DOPTC	18	Acompanhamento da negociação, coordenação e dinamização da posição ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER no Grupo Competitividade e Crescimento		X				R	Foram enviadas contributos para os seguintes dossiês em negociação: Política industrial horizontal e sectorial; Turismo - Estratégia Europeia para o sector costeiro e marítimo; <i>Mainstreaming</i> da política industrial; Melhor regulamentação; Agenda para a competitividade industrial; Proposta de regulamento sobre fiscalização do mercado de produtos.
DCMIE	19	Acompanhamento da negociação, coordenação e dinamização da posição ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER no Grupo Harmonização Técnica		X				R	Foram enviadas contributos para os seguintes dossiês em negociação: transferência de registos de veículos a motor; implantação do sistema <i>e-call</i> nos veículos; equipamentos de rádio; equipamentos e recipientes sob pressão, instalações por cabo; equipamentos de proteção individual; aparelhos a gás; limites de emissão de motores para máquinas móveis não rodoviárias

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	20	Acompanhamento da negociação, coordenação e dinamização da posição ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER no Grupo Transportes Terrestres		X				R	Foi acompanhada e dinamizada a negociação e enviados contributos no âmbito dos dossiês em negociação no GT Transportes Terrestres, com destaque para o Quarto Pacote Ferroviário, que motivou a criação de um Grupo de Trabalho coordenado pela DGAE. Relativamente a este Pacote, o pilar técnico foi aprovado em Conselho e encontra-se em fase de tríplice e no pilar mercado foi aprovada em Conselho apenas a Proposta de regulamento que revoga o Regulamento (CEE) n.º 1192/69 do Conselho relativo às regras comuns para a normalização de contas das empresas de caminho-de-ferro. Destaca-se, ainda, a negociação da proposta de Diretiva Pesos e Dimensões; proposta de Decisão para Implantação do Sistema <i>E-Call</i> ; proposta de Regulamento <i>Joint Undertaking Shift2Rail</i> ; Segurança Rodoviária; etc.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	21	Acompanhamento da negociação, coordenação e dinamização da posição ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER no Grupo Aviação		X				R	Foi acompanhada a negociação e enviados contributos no âmbito dos dossiês em negociação no GT Aviação, destacando-se a revisão do Pacote Céu Único Europeu, com a aprovação, no Conselho Transportes de 3 de dezembro, de duas propostas legislativas do Pacote SES2+: Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a Implementação do Céu Único Europeu e aprovação parcial da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 216/2008, no que se refere aos aeródromos, à gestão do tráfego aéreo e aos serviços de navegação aérea. Outros dossiês que importa destacar referem-se à revisão dos direitos dos passageiros do transporte aéreo; à proposta de regulamento relativa aos aeródromos, à gestão de tráfego aéreo e aos serviços de navegação aérea; à Comunicação da COM sobre a abertura do mercado da aviação à utilização civil de sistemas de aeronaves telepilotadas de forma segura e sustentável; o Pacote Aeroportuário (Slots e Assistência em Escala nos Aeroportos da União); proposta de Regulamento relativo ao estabelecimento de Regras e Procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos da União no âmbito de uma abordagem equilibrada. Nas relações externas, destaque para a negociação difícil do Acordo Aéreo UE-Brasil.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	22	Acompanhamento da negociação, coordenação e dinamização da posição ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER no Grupo Transportes Marítimos		X				R	Foi acompanhada e dinamizada a negociação e enviados contributos no âmbito dos dossiês em negociação no GT de Transportes Marítimos, com matérias da competência do ME e do MAM. Destacam-se os dossiês referentes ao Pacote Política Portuária: Comunicação da Comissão sobre Portos: um motor para o crescimento-Regulamento sobre acesso ao mercado dos serviços portuários e a transparência financeira dos portos; Comunicação da Comissão "Cintura Azul"; Comunicação da COM sobre Segurança dos Navios Passageiros; Projeto de Conclusões do Conselho sobre a revisão intercalar da política de transportes marítimos da EU até 2018 e as perspetivas para 2020; Proposta de Diretiva relativa aos Equipamentos Marítimos e que revoga a Diretiva 96/98/CE; Regulamento Financeiro Plurianual das Atividades da EMSA-Agência Europeia de Segurança Marítima; Implementação da Convenção de Trabalho Marítimo (MLC) da IMO; Pacote relativo à qualidade da navegação interior - NAIADES II; Implementação das Convenções IMO. Regista-se, ainda, participação na Conferência sobre "Sustainable shipping for reduction of emissions", a 18-19 de novembro, Gothenburg-Suécia e na Conferência "Lisboa - Capital do Atlântico", 16 dezembro, na Gulbenkian.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	23	Acompanhamento da negociação, coordenação e dinamização da posição ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER no Grupo Questões Intermodais e Redes		X				R	Destaca-se o acompanhamento do Pacote Energia Limpa para os Transportes - Diretiva para a criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, que motivou a criação de um Grupo de Trabalho nacional, coordenado pela DGAE, para preparação da posição portuguesa no âmbito da negociação. Esta Diretiva - 2014/94/UE, de 22-10-2014 - foi publicada no JOUE (Jornal Oficial da União Europeia) a 28 de outubro. Outros dossiês: Proposta de Regulamento de Implementação e exploração dos Sistemas Globais de Navegação por Satélite - GNSS e Proposta de Regulamento relativo à GSA (Agência do GNSS).

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	24	Acompanhamento da negociação, coordenação e dinamização da posição ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER no Grupo Telecomunicações e da Sociedade de Informação		X				R	Foi acompanhada a negociação dos seguintes dossiês: Proposta de Diretiva Medidas sobre Segurança das Redes e da Informação; Proposta Regulamento que estabelece medidas respeitantes ao mercado único europeu das comunicações eletrónicas e destinadas a criar um continente conectado; Proposta de Regulamento sobre Medidas de Redução de Custos de Implementação Infraestrutura de Banda Larga; Proposta de Diretiva sobre Acessibilidade dos Sítios Web do Setor Público; Proposta de Regulamento relativo à Identificação Eletrónica e aos Serviços de confiança para as Transações Eletrónicas no Mercado Interno (eIDAS); Pacote de Reforma sobre Proteção de Dados; Estratégia de Cibersegurança; Proposta de Regulamento relativo à ENISA (Agência Europeia Segurança das Redes). Participação na reunião anual com a Comissão para preparação do Relatório de Progresso sobre o Mercado Único Europeu das Comunicações Eletrónicas, realizada a 18 de Março no Gabinete do SEITC.
DOPTC	25	Acompanhamento da negociação, coordenação e dinamização da posição ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER no Grupo dos Serviços Postais		X				R	Participação no Workshop sobre "Que futuro para o Serviço Postal Universal", organizado pela ANACOM, com a intervenção da Comissão e do Grupo de Reguladores Europeus dos Serviços Postais (ERGP).

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DEAC	26	Acompanhamento da negociação, coordenação e dinamização da posição ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER no Grupo Consumidores		X				R	Foi acompanhada e dinamizada a negociação e enviados contributos consolidados do ME no âmbito dos dossiês em negociação no Grupo de Trabalho Consumidores, sobre a proposta de diretiva relativa às viagens organizadas e aos serviços combinados de viagem e sobre o pacote legislativo relativo à segurança dos produtos. A proposta das "viagens organizadas" exigiu uma intensa coordenação, designadamente com a DGC e o TdP para a definição da posição ME e o pacote da "segurança de produtos" com a DGC, ASAE e DSI (DGAE/ME).
DEAC	27	Acompanhamento da negociação e dinamização da posição do ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER para Grupo Energia		X				R	Foi realizado o acompanhamento e dinamização da negociação de dossiês da área da energia com impacto e relevantes para as atividades económicas. Foram ainda enviados diversos contributos do ME, designadamente no âmbito do dossiê "Ecodesign" - atos delegados específicos e Exercício Anual de Fiscalização do Mercado e Quadro Clima e Energia em 2030.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DEAC	28	Acompanhamento da negociação e dinamização da posição do ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER para Grupo Ambiente		X				R	Foi acompanhada e dinamizada a negociação e enviados contributos consolidados do ME no âmbito dos dossiês em negociação no Grupo de Trabalho Ambiente. Destacam-se, em particular, os dossiês referentes ao Quadro Clima e Energia em 2030, Reforma ETS - Reserva de Estabilização do Mercado, Comércio de Emissões UE/Suíça, ETS Aviação; "Carbon Leakage" - Fuga de Carbono, proposta de diretiva "Médias Instalações de Combustão", proposta de diretiva "Sacos de Plástico", Pacote legislativo Economia Circular, Embalagens e Resíduos de Embalagens, Reciclagem de Navios, Redução das Emissões de CO2 dos Transportes Marítimos, Rótulo Ecológico - atos delegados, proposta de diretiva Tetos de Emissões Nacionais (NEC), Conclusões sobre Greening do Semestre Europeu e da Estratégia 2020
DCMIE, DEAC, DOPTC	29	Acompanhamento da negociação e dinamização da posição do ME a enviar para a DGAE/MNE/REPER para outros GT da competência de outros Ministérios mas que envolvem interesses ME (ex: GT Questões Fiscais - Tributação Energética, Alargamento, Investigação)		X				R	Foram enviados contributos para as negociações no âmbito do Alargamento (União Aduaneira com Turquia e Montenegro), do GT Investigação (conclusões sobre I&I como fonte de crescimento) do GT das Questões fiscais - Tributação Energética (vários contributos ME sobre a proposta de diretiva "Tributação Energética") e dos seguintes dossiês: Segredos comerciais, Pagamentos no mercado interno, Fundos de investimentos a longo prazo, adaptação do procedimento de regulamentação com controlo ao art.º 290.º relativo aos atos delegados, Nova diretiva dos produtos de Tabaco.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DCMIE, DEAC, DOPTC	30	Participação em reuniões interministeriais convocadas pelo MNE para coordenação de posições nacionais sobre medidas em negociação na U.E.		X				R	Participação em reuniões sobre a negociação dos seguintes dossiês: E-call, Segredos comerciais, Pagamentos no mercado interno, Fundos de investimento a longo prazo, Consulta pública UE2020, Diretiva Mediação de seguros, Transposição de diretivas, Pré-contencioso, Tributação Energética; Sacos de Plástico, Comércio de Emissões ETS Aviação, Médias Instalações de Combustão, Energia e Alterações Climáticas
DCMIE, DEAC, DOPTC	31	Convocação de reuniões de coordenação intra-ministerial para o acompanhamento de negociações internacionais em curso que envolvam vários departamentos do ME		X				R	Foram convocadas reuniões para coordenação de posições do ME para os seguintes dossiês em negociação, Política Industrial, Segredos comerciais, Conformação de diretivas ao novo enquadramento legislativo (aparelhos a gás e equipamentos de proteção individual), Serviços de pagamento no mercado interno, Reunião Ministerial da OCDE (Paris, 6 e 7 de maio), Viagens Organizadas, Tributação Energética.
DEAC	32	Coordenação e dinamização do acompanhamento das negociações em organizações internacionais, nomeadamente OCDE e ONU		X				R	Foi coordenado e dinamizado o acompanhamento de negociações no âmbito da OCDE e remetidos ao MNE contributos consolidados do ME. Destacam-se, em particular, os seguintes: Revisão Económica Anual da OCDE, Estratégia Global da OCDE, G20/OCDE estratégia de Financiamento a Longo Prazo, OCDE - Rede para a Produtividade.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	33	Coordenação das atividades de natureza técnica e financeira relacionadas com a Rede Transeuropeia de Transportes		X				R	Participação na reunião do Comitê de Assistência Financeira da RTE-T e nas reuniões dos Comitês do Mecanismo Interligar Europa (Connecting Europe Facility): MIE-Coordenação e MIE-Transportes; Participação na reunião com a COM sobre Projetos RTE-T e nas reuniões com o MNE e com os representantes nos Comitês do MIE nas vertentes Telecomunicações e Energia. Validação de dez candidaturas, com participação nacional, aos Concursos RTE-T – Programas Anual e Plurianual, apresentadas em 2014. Comunicação pela DGAE, na qualidade de representante do Estado-Membro no Comitê de Assistência Financeira da RTE-T, dos resultados de nove candidaturas, com participação nacional, no âmbito dos referidos Concursos RTE-T. No âmbito do Programa RTE-T realizou-se: Comunicação das Decisões da Comissão relativas à concessão de apoio financeiro da União; Acompanhamento do processo de submissão, à Agência de Execução da RTE-T, de um Plano de Ação Estratégica; Apreciação de quatro Planos de Ação Estratégica; Análise e validação de nove <i>Action Status Report-2014</i> ; Análise e submissão à Agência de Execução da RTE-T, de um Pedido de Pagamento Intermédio; Submissão à Agência de Execução da RTE-T, após a respetiva análise e validação, de dois Pedidos de Pagamento Final; Remessa, às entidades beneficiárias, das validações da participação nacional em dois Pedidos de Pagamento Final. Divulgação junto de potenciais beneficiários de diversa informação relativa aos Concursos/2014 no âmbito do Mecanismo Interligar Europa - Transportes. Prestação de esclarecimentos, junto de potenciais beneficiários, relativos aos Concursos/2014 no âmbito do Mecanismo Interligar Europa - Transportes, bem como preparação dos procedimentos de validação.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	34	Acompanhamento das iniciativas de cooperação no âmbito do Fórum Euromed e da UpM no setor dos transportes		X				R	Acompanhamento das iniciativas de cooperação no âmbito da UpM no setor dos transportes e das telecomunicações. Preparação/Coordenação da Ministerial UpM sobre Economia Digital - 30 de Setembro 2014 - Bruxelas, na qual participou o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.
DCMIE, DOPTC	35	Acompanhamento, dinamização e apoio aos organismos do ME (incluindo serviços da DGAE) na transposição de diretivas			X			R	Este acompanhamento inclui, no quadro das competências de coordenação, a participação em reuniões convocadas pelo MNE (em janeiro, junho e setembro), e no acompanhamento dos processos de transposição desde a data de publicação da Diretiva em JOUE até à publicação do diploma de transposição em DR, nas áreas da concorrência, metrologia, brinquedos, equipamentos e recipientes sob pressão, instrumentos de pesagem e de medição, compatibilidade eletromagnética, embarcações de recreio, transportes, contratos públicos e telecomunicações.
DCMIE, DOPTC	36	Acompanhamento, dinamização e apoio aos organismos do ME (incluindo serviços da DGAE) nos processos de pré-contencioso e contencioso europeu				X		R	Acompanhamento dos desenvolvimentos nos processos relativos a: Práticas comerciais desleais, Publicidade enganosa e comparativa. Acompanhamento e coordenação dos processos de pré-contencioso e contencioso europeu nas áreas dos transportes, infraestruturas e telecomunicações.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DCMIE, DOPTC	37	Acompanhamento, dinamização e apoio aos organismos do ME (incluindo serviços da DGAE) relativamente aos pedidos de esclarecimento da COM no âmbito do EU-PILOT				X		R	Acompanhamento dos desenvolvimentos nos processos relativos a: Publicidade enganosa e comparativa, Metais preciosos, conformação do estatuto das ordens com Diretiva Serviços, Contratos de créditos aos consumidores. Participação em reuniões no MNE e no Gabinete SEAE. Acompanhamento dos Projetos-Piloto no âmbito das Infraestruturas, transportes e telecomunicações.
DCMIE, DEAC, DOPTC	38	Recolha, tratamento no sistema de gestão documental e distribuição pelos técnicos da informação internacional em áreas de interesse para ME			X			R	Tratamento diário da documentação recebida na DSCAIE enquanto ponto de contacto do ME para os assuntos europeus e internacionais, inserção no sistema de gestão documental e difusão pelos técnicos de acordo com os assuntos.

QUADRO XVI
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS EUROPEUS E INTERNACIONAIS (DSCAIE)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DCMIE	1	Colaboração na preparação da Conferência EuroMed Indústria (com DSICE)			X			R	Elaboração de elementos de apoio à participação PT
DCMIE	2	Contributos para Conselhos Europeus			X			R	Envio de comentários do ME ao MNE
DCMIE	3	Apoio à participação PT no Comité Consultivo do Reconhecimento Mútuo (Reg. 764)			X			R	Preparação de elementos de apoio para suportar a participação PT (assegurada por REPER por orientação superior)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DCMIE	4	Participação em reuniões sobre Tabaco, Balanço da participação PT na aplicação do Reg. 2679/98 e do Reg. 89/34 e 98/48			X			R	Reuniões convocadas por entidades externas, tendo sido solicitada a participação da DGAE
DOPTC	5	Acompanhamento de temas de natureza transversal como o H2020 (quando envolvidos organismos dos setores transportes e telecomunicações) e o Programa para a Eficácia da Regulamentação - REFIT na área dos Transportes.			X			R	Dinamização da participação das entidades do setor dos transportes e telecomunicações e participação em reuniões no âmbito do Programa H2020. Dinamização da participação do setor dos transportes no exercício do REFIT-Transportes.
DOPTC	6	Conferência Internacional organizada pelo Governo francês denominada "Transporte rodoviário de mercadorias: em direção a uma harmonização social europeia", realizada, em Paris, a 16 de Abril 2014			X			R	Desenvolvimento das necessárias diligências inerentes à preparação da participação de PT nesta Conferência, o que incluiu uma reunião com a Embaixada de França em Lisboa. PT fez-se representar pela Embaixada de PT em França.
DOPTC	7	Comentários à proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre a revisão do regime jurídico aplicável às estradas que constituem a rede rodoviária nacional.			X			R	Solicitação pelo GSEAE de comentários sobre a proposta de lei no próprio dia, uma vez que o diploma se encontrava agendado para a R.S.E. do mesmo dia (1-12-2014).
DOPTC	8	Apreciação e elaboração de comentários ao documento "Manual de Boas Práticas sobre Transposição diretivas da UE", que foi a RSE de 9-06-2014			X			R	Solicitação do GSEAE com prazo para o dia seguinte.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	9	Análise e comentários sobre 3 propostas a ser apreciadas na Comissão de Economia e Obras Públicas da AR: 1-projeto de resolução n.º 1062/XII/3.ª, relativa à proposta do Bloco de Esquerda para que «a Assembleia da República recomende ao Governo que recuse a introdução de portagens na Autoestrada Transmontana, que faz ligação entre Vila Real e Bragança, protegendo os interesses da população e da região»; 2-projeto de resolução nº 1017/XII/3.ª, relativa à proposta do Partido Socialista que «recomenda ao Governo que assegure a amarração a Portugal do cabo submarino de fibra ótica, que ligará o Brasil à Europa e promova as condições necessárias para o aproveitamento das potencialidades desta ligação»; 3-projeto de resolução nº 1069/XII/3.ª, relativa à proposta do Partido Comunista sobre a «intervenção com caráter de urgência na recuperação do IC1 – troço Alcácer do Sal/Grândola», que propõe que seja recomendado ao Governo que «promova, com caráter de urgência, as medidas necessárias para garantir que a recuperação e beneficiação do IC1, no troço Alcácer do Sal/Grândola, seja realizada com a máxima rapidez, promovendo as condições de circulação em plena segurança de forma consentânea com o nível de serviço exigível a um eixo viário fundamental e salvaguardando o interesse público, no plano judicial se necessário».			X			R	Solicitação do GSEAE ao final do dia, com prazo para o final da manhã do dia seguinte.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DOPTC	10	Apoio ao dossiê Espanha nas áreas: ferrovia e aviação, envolvendo a preparação de contributos para a Cimeira Luso-Espanhola de 2014, reuniões bilaterais Ministeriais e Técnicas.			X			R	Preparação de contributos para a Cimeira Luso-Espanhola de 2014, reuniões bilaterais Ministeriais e Técnicas.
DOPTC	11	Encontro bilateral entre o Senhor SEITC e o Secretário de Estado dos Transportes, do Mar e da Pesca, Frédéric CUVILLIER, à margem do Conselho de Transportes do dia 5 de junho.			X			R	Desenvolvimento de contactos com o Ministério francês e com a REPER para preparação do Encontro e respetiva Agenda.
DOPTC	12	Apoio ao Gabinete de Planeamento e Políticas do MAM sobre a posição do ME sobre a "Comunicação da Comissão relativa à Mobilidade Urbana"			X			R	Envio ao MAM de contributo com a posição do ME para o Conselho de Ambiente de abril.
DOPTC	13	Apoio à DS do Comércio Internacional, Relações Bilaterais e Multilaterais na preparação da Agenda e dos elementos de apoio ao Encontro do Senhor ME com o Ministro dos Transportes de Itália, em Lisboa, no dia 19 de setembro			X			R	Preparação da Agenda e dos elementos que constituíram a pasta de apoio ao Encontro.
DOPTC	14	Acompanhamento da situação dos transportadores rodoviários, no âmbito da proibição da importação russa de certos produtos da EU			X			R	Este assunto foi ao Conselho de Transportes de Outubro.
DOPTC	15	Processo C-160/14 - Queixa dos trabalhadores da Air Atlantis contra a TAP			X			R	Participação em reunião de coordenação realizada no MNE sobre este processo do Ministério do Trabalho.
DOPTC	16	Participação nas reuniões do Agrupamento Europeu de Interesse Económico, Alta Velocidade Espanha-Portugal			X			R	Reuniões não previstas no Plano de Atividades, nas quais foi necessário participar tendo em conta a representação no CFM n.º 4.
DEAC	17	Workshop sobre as Instituições e o Processo de Decisão na UE					X	R	Realização de duas sessões do Workshop sobre as Instituições e o Processo de Decisão na UE. A primeira sessão teve lugar em 4 de abril e a segunda em 9 de maio.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DEAC	18	Acompanhamento das negociações da preparação do Acordo de Parceria (Quadro Financeiro Plurianual - QFP)			X			R	Elaboração de contributos consolidados da DGAE sobre as condicionalidades ex-ante.
DEAC	19	Comentários sobre proposta de regulamento Benchmarks "sustainability assessment"			X			R	Envio de comentários do ME a solicitações do Ministério das Finanças
DCMIE, DEAC, DOPTC	20	Balanço da participação de PT na UE 2013			X			R	Consolidação do contributo do ME para os capítulos da respetiva competência. Por lapso, não foi identificado no Plano de Atividades previsto para 2014

AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS EUROPEUS E INTERNACIONAIS (DSCAEI)

1 - Atividades e projetos de maior relevância ou impacto:

- Apoio à participação do membro do Governo nas reuniões ministeriais a nível da EU e da OCDE, bem como em sessões especiais, temáticas ou regionais.

De maior destaque a preparação e realização da Conferência Ministerial 5+5 na área dos Transportes, que reúne os 5 Estados membros da UE e os 5 países de África que circundam o mar Mediterrâneo.

Foi preparado o dossier de apoio para 100% das reuniões ministeriais, sendo ao nível da EU:

- 6 Conselhos Competitividade,
- 7 Conselhos Transportes
- 3 Conselhos Telecomunicações.

Na OCDE, a reunião ministerial e a Cimeira Ministerial do Fórum Internacional dos Transportes.

- Apoio à participação dos membros da Direção da DGAE em reuniões de alto nível, da UE e noutras Organizações Internacionais.

Foram preparadas pasta de apoio para as 3 reuniões do Grupo Alto Nível Competitividade e Crescimento e 4 reuniões do Conselho Executivo do Corredor Ferroviário de Mercadorias do Atlântico.

- Coordenação dos procedimentos de transposição de diretivas, processos de pré-contencioso (piloto e clássico) e de contencioso da EU-
- Coordenação do acompanhamento das negociações em Grupos da Comissão e do Conselho da EU das medidas e políticas da EU.

Acompanhamento das negociações nos Grupos de Trabalho Consumidores, Competitividade e Crescimento, Harmonização Técnica, Transportes Terrestres, Transporte Aviação e Transporte Marítimo.

- Coordenação das atividades de natureza financeira e técnica do ME relacionadas com a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).

As ações mais relevantes prenderam-se com:

Participação em reuniões do Comité de Assistência Financeira da RTE-T;
Validação de 10 candidaturas no âmbito do concurso 2014 da RTE-T;
Comunicação das Decisões da Comissão relativas à concessão de apoio financeiro aos projetos de interesse comum
Acompanhamento dos processos, decisões, exercícios de reporte, avaliação, planeamento e execução, entre PT e a Agência de Execução da RTE-T.

2 - Atividades ou projetos cujos objetivos não foram cumpridos ou que apresentam resultados insuficientes e análise das respetivas causas internas e externas.

Se bem que a missão envolva trabalhos de elevada complexidade e dimensão e o serviço tenha de responder a um considerável número de solicitações externas, os objetivos foram plenamente atingidos, com resultados reconhecidos, se bem que continuando a registar-se um funcionamento no limite dos recursos humanos disponíveis. Devo pois salientar que a missão foi cumprida com grande sacrifício e dedicação dos funcionários do serviço, motivado pelo sentido de dever.

QUADRO XVII
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO (DSCD)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAC/ DGDCC/ DCCO	1	Contribuir para a posição nacional relativamente a matérias em negociação, a nível comunitário, e que tenham implicações para o setor do comércio	X					R	Foram elaborados diversos contributos sobre vários documentos designadamente sobre serviços de pagamento no mercado interno, comissões de intercâmbio nas operações de pagamento associadas a cartões, práticas comerciais desleais, economia circular, bebidas alcoólicas, contributos para o Conselho de Competitividade, comércio eletrónico, notificação sobre publicidade enganosa e comparativa, segurança dos produtos, segurança das redes de informação, sacos de plástico leves, <i>peer review</i> sobre comércio a retalho, segredos comerciais, Estratégia Europa 2020, semestre europeu, entre outros.
DRAC/ DGDCC/ DCCO	2	Emissão de pareceres no âmbito do acompanhamento de iniciativas legislativas comunitárias	X					R	Este ponto está relacionado com o anterior.
DRAC/DGDCC	3	Resposta a questionários internacionais sobre o setor do comércio	X					R	Resposta <i>on line</i> ao questionário da HVG para Estudo de direito comparado entre 28 EM sobre o comércio a retalho e análise da base de dados STRI da OECD no que respeita aos serviços de logística.
DRAC	4	Contributos para a posição nacional no âmbito das negociações internacionais	X					T	Não houve pedidos em 2014.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DGDCC	5	Participar em Grupos de Trabalhos cujo objeto tenha implicações, direta ou indiretamente, no setor do comércio	X					R	Participação na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI).
DRAC	6	Grupo de Trabalho para implementação da estratégia para a valorização da produção agrícola local - GEVPAL-IMP	X					CA	O Grupo de trabalho terminou a sua missão.
DCCO	7	Grupo de Trabalho para Constituição de um Ficheiro Único para o Sistema Estatístico Nacional (GT FUESEN)	X					T	Transferido para a DSI.
DRAC	8	Subcomissão “Regulação e Fiscalização da Oferta de Substâncias Lícitas”	X					R	A subcomissão reuniu 2 vezes para analisar o plano de atividades para 2015.
DGDCC	9	Grupo de Trabalho para a monitorização e acompanhamento da seca em Portugal	X					T	Não houve reuniões em 2014.
DRAC/ DGDCC/ DCCO	10	Criar uma plataforma de acompanhamento do setor do comércio que suporte propostas de definição de políticas eficazes		X				R	Foi criado o Conselho para o Comércio Serviços e Restauração no âmbito da Agenda para a Competitividade destes setores.
DRAC/ DGDCC/ DCCO	11	Recolha de contributos das entidades que irão integrar a Plataforma em matérias estruturantes para a definição de uma política para o comércio		X				T	Transferido para 2015.
DRAC	12	Recolha de contributos sobre os estudos de benchmarking realizados		X				R	Foram solicitados contributos através da AICEP e de representantes de outros países na OCDE.
DCCO	13	Assegurar os contributos na definição da política de cidade e do ordenamento do território, em articulação com o desenvolvimento urbano o setor do comércio		X				R	Os contributos foram integrados na proposta de Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração.
DCCO	14	Apreciação de planos municipais na ótica do comércio e serviços e emissão de parecer sectorial		X				R	Apreciação de 3 planos de urbanização, 1 plano de pormenor e participação em 1 reunião de concertação de um plano de pormenor.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DCCO	15	Representação da DGAE nas Conferências de Serviços, como entidade de interesses públicos (ERISP), para acompanhamento e aprovação dos planos municipais de ordenamento do território		X				T	Transferido para a DSPSS, embora a DSCD continue a emitir parecer setorial.
DCCO	16	Assegurar o funcionamento da Comissão de Investimentos do Fundo de Modernização do Comércio	X					R	Realização de 1 reunião preparatória e representação da DGAE em 2 Comissões de Investimento do FMC
DCCO	17	Preparação das reuniões da CI, designadamente das listas de projetos a submeter a apreciação dos membros e reafecção da dotação orçamental	X					R	Realização de 1 reunião preparatória com o IAPMEI.
DCCO	18	Elaboração das atas das reuniões da CI a submeter a homologação da tutela e envio ao IFDR, no âmbito do controlo de minimis, a informação sobre os incentivos aprovados	X					R	Elaboração de 2 atas e desenvolvimento de toda a tramitação inerente e de 2 notas explicativas para o GSEAE.
DRAC/DGDCC	19	Assegurar a coordenação e harmonização dos procedimentos em matérias delegadas nas DRE	X					R	Com vista à harmonização dos procedimentos foi dada resposta a questões várias das DRE. Foi proposta uma atuação harmonizada respeitante ao regime excecional de autorização comercial.
DRAC/DGDCC	20	Resposta a questões colocadas pelas DRE's relativas à interpretação e aplicação da legislação	X					R	Foi dada resposta a várias questões das DRE relativas ao regime de autorização comercial, ao regime do comércio a retalho não sedentário (relativamente ao qual foram designadamente enviadas as FAQ para apoio às questões dos agentes económicos), e aos eventos de venda de penhores.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAC/DGDCC	21	Apresentação de propostas de atuação com vista à harmonização de procedimentos	X					R	Face à extinção das DRE foram elaboradas propostas de atuação no âmbito do regime de autorização comercial, foi proposta a passagem da competência para presença em eventos de venda de penhores para a ASAE e preparado o respetivo Despacho de delegação para assinatura do SEAE.
DGDCC	22	Assegurar a participação e o contributo da DGAE na Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar (PARCA)	X					R	Preparação da 12.ª Reunião Plenária da PARCA sobre Observatório de Preços e das reuniões das subcomissões.
DGDCC	23	Análise dos temas definidos na PARCA no âmbito das competências da DGAE e elaboração de propostas	X					R	Foram elaboradas propostas no âmbito do Observatório de preços da cadeia de abastecimento alimentar.
DGDCC	24	Elaboração de notas, pareceres, apresentações e pontos e situação sobre os trabalhos da PARCA	X					R	Elaboração de notas e análise de documentos sobre observatório de preços.
DGDCC	25	Participação nas reuniões da PARCA e das subcomissões	X					R	Participação na 12ª reunião da PARCA, em reuniões da Subcomissão Técnica para autorregulação e em reuniões com o GPP sobre observação de preços.
DRAC	26	Colaborar com a AMA na disponibilização e melhoria dos conteúdos relativos à atividade comercial a disponibilizar no BdE	X					R	Foi dada resposta a várias questões formulada pela AMA sobre a informação relativa a formalidades no BdE; foram elaboradas as especificações técnicas para formulários dinâmicos e efetuados testes no <i>backoffice</i> do BdE sobre os formulários dinâmicos desenvolvidos pela AMA (LZ, cadastro, comércio não sedentário e <i>sex shop</i>).

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAC/DGDCC	27	Elaboração /atualização de conteúdos para disponibilização no Balcão do Empreendedor	X					R	Foram atualizadas algumas Fichas de Serviço no BdE e enviadas as FAQ do comércio não sedentário para a AMA
DGDCC	28	Participação nas reuniões do Grupo de Trabalho LZ/SIR a apresentação de propostas	X					CA	Foram elaborados comentários relativamente à sumula de uma reunião sobre o BdE. Não houve participação em reuniões, porque o GT foi descontinuado
DGDCC	29	Assegurar o tratamento célere dos processos de autorização/licenciamento			X			R	A média de realização dos relatórios finais para proposta de decisão da COMAC foi de 4 dias (o prazo legal é de 30 dias). Face à extinção das DRE e à revogação do DL 21/2009, a DGAE passou a assegurar toda a coordenação do regime desde a tramitação dos processos à convocação e presença nas reuniões das Comissões de Autorização Comercial.
DGDCC	30	Elaborar os relatórios dos pedidos de autorização e modificação de estabelecimentos e conjuntos comerciais			X			R	Foram elaborados 204 relatórios finais de autorização comercial.
DGDCC	31	Verificar e validar as comunicações de estabelecimentos e conjuntos comerciais			X			R	Foram verificadas e validadas 138 comunicações de estabelecimentos e conjuntos comerciais (no âmbito da plataforma Fabasoft).
DGDCC	32	Atualizar e monitorizar o regime de autorização comercial através da plataforma informática do SIMEI			X			R	Toda a tramitação foi assegurada, incluindo a que estava afeta à DRE LVT, desde agosto, e às restantes DRE desde 26 de dezembro.
DRAC	33	Assegurar os procedimentos necessários ao licenciamento da atividade prestamista e respetivas filiais			X			R	Foi dada sequência aos 14 pedidos de licenciamento entrados, bem como às demais solicitações no âmbito deste regime.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAC	34	Organização do registo de empresas que exercem a atividade prestamista e respetivos estabelecimentos			X			R	O registo encontra-se atualizado.
DRAC	35	Emissão e envio dos comprovativos de apresentação da mera comunicação prévia de sex shop			X			R	Foi dada sequência aos 25 pedidos de licenciamento entrados, bem como às demais solicitações no âmbito deste regime.
DRAC	36	Organização do registo de sex shops			X			R	O registo encontra-se atualizado.
DGDCC	37	Aumentar a celeridade do processamento dos registos setoriais de comércio			X			R	O saldo dos registos no cadastro foi positivo permitindo colmatar o atraso. Entraram 8.148 processos, tendo sido processados 10.303 (saldo positivo de 2.155).
DGDCC	38	Organizar os ficheiros de monitorização do LZ e elaborar pontos de situação sobre o mesmo			X			R	A organização do ficheiro esteve sempre atualizada, tendo sido dada resposta a todos os pedidos de pontos de situação sobre o LZ.
DGDCC	39	Assegurar o registo das comunicações de instalação/modificação/encerramento de estabelecimentos e atividades comerciais			X			R	Relacionado com o ponto 36.
DRAC	40	Assegurar os procedimentos inerentes ao tratamento das meras comunicações prévias de comércio a retalho não sedentário (análise dos processos, controlo dos pagamentos, emissão de recibos e envio de valores para a SGME)			X			R	Foram enviados 2.415 comprovativos e 2.048 títulos de exercício de atividade, efetuados 1.750 pedidos de elementos e arquivados 254 processos.
DRAC	41	Organização do registo de feirantes e vendedores ambulantes, emissão dos títulos e letreiros identificativos e envio aos respetivos titulares			X			R	Registo organizado à medida que os processos vão sendo tratados.
DRAC	42	Assegurar a emissão de pareceres nos prazos solicitados			X			R	Todos os pareceres foram realizados no prazo à exceção de 2, que atrasaram um dia.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAC/DGDCC/DCCO	43	Elaboração de pareceres solicitados pela tutela			X			R	Foram efetuados todos os pareceres solicitados pela tutela.
DRAC/DGDCC/DCCO	44	Elaboração de pareceres solicitados por entidades públicas e privadas			X			R	Foram dadas sequência às solicitações das entidades públicas e privadas
DRAC	45	Elaboração de pareceres solicitados pelos organismos europeus			X			R	Resposta ao questionário sobre licenciamento do comércio a retalho.
DCCO	46	Encerrar os projetos MODCOM suspensos e emitir as respetivas ordens de pagamento			X			R	Foram encerrados 41 projetos suspensos da Ação C do MODCOM e emitidas 41 Ordens de Pagamento. Ficaram por encerrar os projetos cujas associações promotoras continuam em investigação no DCIAP.
DCCO	47	Análise técnica no SIGI dos Pedidos de Pagamento Finais e de toda a documentação de suporte à execução dos investimentos e do seu financiamento			X			R	Foram realizadas 32 vistorias conjuntamente com os representantes das estruturas associativas.
DCCO	48	Encerramento favorável de projetos e emissão das respetivas ordens de pagamento			X			R	Relativamente ao projeto da Ação B que se encontrava para encerramento foi proposta, ao IAPMEI, a rescisão do contrato de concessão de incentivos financeiros.
DCCO	49	Elaboração e envio ao IAPMEI de propostas de rescisão de contratos de concessão de incentivos financeiros e consequente pedido de devolução do incentivo já pago			X			R	Instrução técnica e elaboração de 10 propostas de rescisão de contratos de concessão de incentivos financeiros.
DCCO	50	Reduzir o prazo legal para emissão do parecer especializado de projetos do Comércio Investe, em 3 dias			X			R	Realizada em função dos técnicos analistas.
DCCO	51	Análise sobre a coerência dos projetos conjuntos e a capacidade técnica das associações promotoras para a sua implementação			X			R	Analizados 21 projetos conjuntos no âmbito da 1ª fase de candidaturas ao Comércio Investe.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DCCO	52	Emissão dos pareceres especializados no SIGI			X			R	Emitidos 21 pareceres especializados no âmbito do Comércio Investe.
DCCO	53	Reanálises no SIGI das candidaturas aos projetos conjuntos			X			CA	Os motivos da reanálise feita pelo IAPMEI de 2 projetos conjuntos não se fundamentaram no parecer especializado emitido pela DGAE.
DRAC/DGDCC/DCCO	54	Assegurar a celeridade na resposta aos agentes económicos			X			R	Foi assegurada a celeridade possível com os recursos humanos afetos ao serviço.
DRAC/DGDCC/DCCO	55	Elaboração de resposta aos pedidos de informação efetuados pelos agentes económicos sobre a atividade comercial			X			R	Foi dada sequência a centenas de pedidos de informação dos agentes económicos, por escrito e por telefone, sobre questões variadas relacionadas com a atividade comercial.
DRAC/DGDCC	56	Assegurar a qualidade das propostas de medidas de política setorial, de iniciativas legislativas e dos pareceres emitidos pela unidade orgânica				X		R	Foi aprovada a Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração, na qual constam diversas medidas de política para o setor do comércio. Participação em iniciativas legislativas diversas: RJACSR, regime aplicável à importação e exportação de diamantes em bruto (processo Kimberley); regime jurídico da atividade prestamista, regime jurídico da ourivesaria e da contrastaria, camaras de comércio e indústria e certificados de origem, mercado local de produtores; participação e seminários e workshops no sentido de valorizar o conhecimento do capital humano e, consequentemente, melhorar a qualidade de propostas de medidas de política setorial.
DRAC	57	Elaboração de estudos de Benchmarking				X		R	Estudo elaborado.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAC/DGDCC/DCCO	58	Melhorar a qualidade e atualização da informação disponibilizada sobre o setor do comércio				X		R	Atualização permanente do site (relacionado com os pontos seguintes)
DGDCC	59	Atualização do site da DGAE no que respeita às autorizações de estabelecimentos e conjuntos comerciais e autorizações cuja taxa foi paga				X		R	Atualização periódica
DRAC	60	Disponibilização e atualização da legislação setorial e informação estatística relevante para os agentes económicos				X		R	Realizada a atualização da legislação setorial no site.
DCCO	61	Garantir a qualidade do procedimento de encerramento dos projetos MODCOM suspensos				X		R	Uma proposta de metodologia de trabalho para encerramento dos projetos MODCOM suspensos.
DCCO	62	Reanálises no SIGI dos Pedidos de Pagamento Finais				X		CA	Não foram apresentadas reclamações pelos promotores, não havendo lugar a reanálise de pedidos de pagamento.
DCCO	63	Emissão de pareceres para decisão de encerramento dos projetos				X		R	Relacionado com os pontos 46 e 47

AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO (DSCD)

Entre as atividades realizadas pela Direção de Serviços de Comércio e Distribuição, destacam-se:

- A área da regulamentação, não só no que respeita a iniciativas legislativas como à emissão de pareceres sobre projetos de diploma de outras entidades, sobre variados temas, avaliando os seus impactos para as empresas do setor do comércio.

Entre as iniciativas legislativas salientam-se os trabalhos que conduziram à publicação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprovou o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR). Este diploma veio consolidar a disciplina de um vasto conjunto de atividades, simplificando e/ou

eliminado procedimentos, aumentando a responsabilização dos operadores económicos, com vista à criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento das atividades comerciais.

O RJACSR introduz, ainda, alterações noutros diplomas, designadamente no regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos, eliminando a respetiva obrigatoriedade de comunicação e, conseqüentemente, o pagamento das taxas.

Salientam-se, também, os trabalhos referentes às iniciativas legislativas sobre o regime jurídico da atividade prestamista, a revisão do regime de reconhecimento de camaras de comércio e industria e certificados de origem, bem como a colaboração ativa nos seguintes projetos de diploma: Lei 5/2015 de 15 de janeiro, que assegura a execução do Regulamento (CE) 2368/2012, relativo à aplicação do Sistema de Certificação do Processo Kimberley, regime jurídico da ourivesaria e da contrastaria, mercado local de produtores.

- Os trabalhos que conduziram à aprovação da Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração, na qual são elencadas um conjunto de 36 medidas enquadradas em 5 eixos estratégicos, que visam melhorar a competitividade das empresas, contribuir para o desenvolvimento equilibrado das atividades abrangidas e a sua adaptação às mudanças estruturais e conjunturais. Entre as medidas da Agenda destaca-se a constituição de um Conselho para potenciar o conhecimento e o acompanhamento destes setores, por forma a contribuir para a definição de políticas com base em informação sustentada; a publicação periódica de boletins informativos e de diagnóstico dos setores, bem como a via verde para o comércio, serviços e restauração (VVCSR) que visa fomentar uma relação mais direta entre a DGAE e os agentes económicos.
- A realização de um estudo comparado da regulamentação do comércio na UE, que teve como objetivo, identificar melhores práticas entre os Estados analisados.
- A participação nos trabalhos da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA).
- O acompanhamento de matérias comunitárias, destacando-se as seguintes: serviços de pagamento no mercado interno, comissões de intercâmbio nas operações de pagamento associadas a cartões, práticas comerciais desleais, economia circular, bebidas alcoólicas, comércio eletrónico, segurança dos produtos, segurança das redes de informação, sacos de plástico leves, *peer review* sobre comércio a retalho, segredos comerciais, Estratégia Europa 2020, semestre europeu.
- Relativamente aos registos setoriais salienta-se que se registou um saldo positivo de 2.155 no processamento dos registos no cadastro comercial, permitindo colmatar o atraso existente (entraram 8.148 processos, tendo sido processados 10.303).
- No âmbito do Fundo de Modernização do Comércio, a DSCD continuou a acompanhar os sistemas de incentivos aprovados, MODCOM e Comércio Investe.

- A DSCD deu resposta às solicitações (urgentes e pontuais), no entanto com esforço acrescido dos técnicos, quer pelo escasso prazo de resposta concedido, quer pela manifesta escassez de recursos humanos especializados nas matérias, que são muito diversificadas.

QUADRO XVIII

ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INDÚSTRIA (DSI)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAI	P1	Implementação do procedimento de licenciamento de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)				X		R	Foram elaborados os procedimentos e fluxogramas necessários ao licenciamento de instalação, exploração e conversão em ZER.
DRAI	A1	Preparação e elaboração de pareceres sobre matérias em discussão e participação no Comité do Aço no âmbito da OCDE	X					R	Foi prestado apoio e informação para as reuniões deste comité em que PT esteve representado pela delegação permanente em Paris.
DRAI	A2	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho do Comité da Diretiva n.º 2000/14/CE - Emissões Sonoras	X					NR	Não fomos convocados para nenhuma reunião durante o ano de 2014.
DRAI	A3	Contributos para as reuniões do Grupo Harmonização Técnica - NLF	X					R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A4	Preparação e elaboração de pareceres sobre matérias de política comercial			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A5	Preparação de contributos no âmbito da Política de Empresa - EPG			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A6	Intervir no âmbito do regime jurídico do licenciamento da atividade industrial (SIR)			X	X		R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A7	Contributos para as reuniões do Grupo Harmonização Técnica - Diretiva 2011/65/CE- ROOSH II	X					R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAI	A8	Assegurar a participação em GT, que no âmbito do SIR preconizam produzir licenças padronizadas e desmaterialização de procedimentos			X	X		R	Uma vez terminado o mandato do GT foram elaboradas as propostas de Despacho quer para publicação das LPI, quer para prorrogação do mandato ao GT, o que veio a acorrer em setembro e participamos também na 1ª reunião do GT Padronização em 7 de novembro de 2014.
DRAI	A9	Assegurar a coordenação dos procedimentos relativos à instalação e exploração das zonas empresariais responsáveis (ZER)				X		NR	Não foi efetivado nenhum pedido de instalação, exploração e ou conversão em ZER, embora tivéssemos participado numa reunião com representantes do município de Chaves que manifestaram interesse em converter o parque industrial em ZER.
DRAI	A10	Acompanhar o procedimento de acreditação de entidades no âmbito do Sistema da Indústria Responsável (SIR)				X		R	Articulamos com o IPAC para facilitar o acesso ao BdE/plataforma SIR para permitir a acreditação dos técnicos da Depomor.
DRAI	A11	Acompanhar as ações de coordenação operacional das intervenções regionais e a harmonização de práticas e procedimentos dos serviços periféricos do ME, nas respetivas áreas geográficas, no domínio da indústria			X	X		R	Foram realizadas reuniões com a DRELVT para tratar assuntos das ZER e foi efetivada uma articulação com todas as DREs sempre que fomos chamados a pronunciar-nos sobre despachos de laboração contínua, relevante interesse público, perguntas parlamentares e outras questões relacionadas com estabelecimentos industriais.
DRAI	A12	Acompanhar a definição de planos e instrumentos de ordenamento do território, assegurando a preservação e expansão harmoniosa da atividade industrial				X		R	Colaboração com outras DS da DGAE na elaboração de pareceres sempre que tal foi solicitado.
DRAI	A13	Preparação e elaboração de contributos para o GCC e Conselho Competitividade			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A14	Preparação e elaboração de contributos para outros Conselhos de Ministros da UE			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A15	Preparação e elaboração de posições negociais sobre propostas legislativas da Comissão			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAI	A16	Preparação e elaboração de pareceres sobre acordos de Comércio UE/Países Terceiros			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A17	Preparação e elaboração de pareceres sobre a revisão dos critérios e análise de novas candidaturas para atribuição de rótulo ecológico.			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A18	Preparação e elaboração de pareceres sobre processos de reorganização empresarial			X			NR	Matéria que não foi suscitada na Unidade Orgânica
DRAI	A19	Preparação e elaboração de pareceres sobre questões de natureza ambiental ou energética			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A20	Preparação e elaboração de pareceres em resposta a solicitações internas			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A21	Análise e elaboração de pareceres sobre propostas de legislação de outros Estados Membros e de países membros da OMC (exceto EU)			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A22	Acompanhamento do Decreto-Lei Objetos em Estanho			X			NR	Não foi suscitada nenhuma questão sobre esta matéria na UO.
DRAI	A23	Acompanhamento do Decreto-Lei ponteiros a laser			X			R	Foi preparada a alteração da legislação sobre esta matéria que se encontra desadequada e foi criado um GT para o efeito.
DRAI	A24	Acompanhamento do Decreto-Lei Compatibilidade Eletromagnética			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A25	Acompanhamento do Decreto-Lei Emissões Sonoras			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A26	Participação nos GT e Comissões técnicas de índole nacional (CTE 76, 210)			X			R	Participámos em 4 reuniões da CTE 210, não tendo participado em nenhuma reunião da CTE 76 por orientação superior.
DRAI	A27	Elaboração de documentos de informação sobre sectores da indústria			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRAI	A28	Preparação e elaboração de pareceres em resposta a solicitações externas, designadamente da tutela e agentes económicos			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	P2	Elaborar propostas de política industrial, até dezembro de 2014		X				NR	Não se realizou, por impossibilidade de afetar recursos humanos a este projeto, face às limitações existentes.
DRAI	A30	Atualização de conteúdos para o site da DGAE				X		R	Elaboração de conteúdos em articulação com a a DS que tem competências nesta área.
DRAI	A31	Balcão do Empreendedor: colaboração com a AMA na criação de conteúdos			X	X		R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A32	Preparação e elaboração de pareceres em cumprimento das obrigações decorrentes de legislação da responsabilidade de outros organismos.			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A33	Análise e parecer sobre propostas de legislação de outros organismos			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DRAI	A34	GT SNIERPA - Sistema nacional de inventário de emissões antropogénicas por fontes e remoção por sumidouros de GEE*			X			T	Este assunto, em 2014, passou a ser acompanhado pela DSPSS.
DRAI	A35	CCPCIP - comissão consultiva para a prevenção e controlo integrados da poluição*			X			T	Este assunto, a partir de outubro de 2014, passou a ser acompanhado pela DSPSS.
DRAI	A36	CNTMP - Comissão nacional do transporte de mercadorias perigosas*			X			R	Participação em 3 reuniões convocadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes.
DIPVE	P2	Transposição da Diretiva relativa às embarcações de recreio e às motas de água		X	X			R	Processo de transposição em curso, como planeado.
DIPVE	P3	Elaborar propostas de política industrial, até dezembro de 2014		X				T	Projeto em curso que transita para o ano seguinte
DIPVE	A37	Preparação e participação no Comité da Diretiva Embarcações de Recreio e Motas de Água	X					R	PT/DGAE participou na reunião realizada

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPVE	A38	Preparação e participação no Grupo de Peritos de emissões de Máquinas Móveis Não Rodoviárias (GEME)	X					NR	A DGAE não participou nas 2 reuniões realizadas - não autorizadas por orientação superior
DIPVE	A39	Preparação e participação no Grupo de Peritos em etiquetagem têxtil	X					R	A DGAE participou nas 2 reuniões realizadas
DIPVE	A40	Preparação e participação no Grupo de Preparação do Comité Permanente da Construção e Comité Permanente da Construção	X					R	Realizaram-se 3 reuniões: A DGAE participou na 1ª reunião (CPC). Na 2ª reunião (CPC) a representação de PT foi assegurada pela REPER, com contributos da DIPVE/DSI. Na 3ª reunião (AG) a DGAE não participou, por orientação superior, mas foram enviados contributos diretamente para a Comissão.
DIPVE	A41	Preparação e participação nas Reuniões da Comissão para preparação de atos delegados	X					R	A DGAE não participou na reunião realizada, por orientação superior, mas a DIPVE/DSI enviou contributos para a Comissão
DIPVE	A42	Preparação de reuniões Grupo Ambiente (discussão de proposta de diretiva de alteração da Diretiva 97/68 (MMNR)	X					R	A discussão está a fazer-se no Grupo de Trabalho de Harmonização Técnica. A DGAE não participou nas reuniões realizadas, mas foram preparados e enviados contributos para apoio do representante nacional (REPER)
DIPVE	A43	Preparação e participação nas reuniões do Grupo de trabalho da Comissão no âmbito da etiquetagem do couro	X					NR	A DGAE não participou na reunião realizada - não autorizada por despacho superior
DIPVE	A44	Preparação e participação nas reuniões do Grupo de Trabalho da Construção Naval (WP6) - OCDE	X					R	A DGAE não participou nas 2 reuniões realizadas. Foram elaborados contributos enviados à Delegação Permanente de PT na OCDE, que assegurou a participação nas reuniões.
DIPVE	A45	Pareceres sobre matérias de política comercial			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
DIPVE	A46	Contributos no âmbito da política de empresa - EPG			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPVE	A47	Contributos no âmbito da Iniciativa Comunitária Lead Markets (têxteis de proteção e construção sustentável)			X			NR	Inexistência de solicitações
DIPVE	A48	Contributos para GCC e CCOMPET			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
DIPVE	A49	Contributos para outros Conselhos Ministros UE			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
DIPVE	A50	Pareceres sobre propostas legislativas da Comissão			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
DIPVE	A51	Pareceres sobre acordos de comércio UE/países terceiros			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
DIPVE	A52	Pareceres sobre revisão de critérios e candidaturas para atribuição do rótulo ecológico			X			NR	Inexistência de solicitações
DIPVE	A53	Pareceres sobre processos de benefícios no âmbito da reorganização empresarial			X			R	Elaboração de pareceres sempre que solicitados
DIPVE	A54	Pareceres sobre matérias de natureza ambiental ou energética			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
DIPVE	A55	Pareceres sobre solicitações internas			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
DIPVE	A56	Análise de propostas de legislação de outros EMs e outros membros OMC (regras técnicas)			X			R	As regras técnicas notificadas (mensalmente) são apresentadas às diversas associações do sector, de forma a emitirem observações ou pareceres, seguida da respetiva transmissão.
DIPVE	A57	Pareceres sobre cumprimento de obrigações decorrentes de legislação da responsabilidade de outros Organismos			X			T	Atividade transitada para a DSPSS
DIPVE	A58	Acompanhamento de novos desenvolvimentos sectoriais			X			NR	Inexistência de solicitações
DIPVE	A59	Acompanhamento e emissão de informação sobre o desenvolvimento do sector automóvel			X			R	Tratamento e publicitação dos dados estatísticos mensais sobre produção e venda de veículos

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPVE	A60	Participação em grupos de trabalho e comissões sectoriais de índole nacional				X		R	A DGAE participou em: 1 reunião da Comissão de Fiscalização do CTIC; 1 reunião da Comissão Técnica de Normalização; 1 reunião do Grupo Técnico de Acompanhamento da Aplicação do RPC; 3 reuniões do GONP; 3 reuniões do GT sobre produtos de construção fabricados em estaleiro.
DIPVE	A61	Elaboração de documentos de informação sobre sectores industriais			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
DIPVE	A62	Emissão de pareceres sobre projetos de legislação proveniente de outros Organismos			X			R	Análise de propostas legislativas e elaboração de pareceres sempre que solicitados.
DIPVE	A63	Acompanhamento e prestação/troca de informação e no âmbito do planeamento industrial de emergência.			X			R	A DGAE participou em 8 reuniões da CNPC e articulação ANPC/DGAE realizadas
DIPVE	A64	Acompanhamento e fiscalização dos projetos de contrapartidas ou de cooperação industrial - F-16			X			R	O acompanhamento e a fiscalização foram executados nos termos previstos.
DIPVE	A65	Acompanhamento e fiscalização dos projetos de contrapartidas ou de cooperação industrial- helicópteros			X			R	O acompanhamento e a fiscalização foram executados nos termos previstos.
DIPVE	A66	Acompanhamento e fiscalização dos projetos de contrapartidas ou de cooperação industrial- Viaturas blindadas de rodas			X			R	O acompanhamento e a fiscalização foram executados nos termos previstos.
DIPVE	A67	Acompanhamento e fiscalização dos projetos de contrapartidas ou de cooperação industrial Aviões C-295			X			R	O acompanhamento e a fiscalização foram executados nos termos previstos.
DIPVE	A68	Acompanhamento e fiscalização dos projetos de contrapartidas ou de cooperação industrial-Aviões P3			X			R	O acompanhamento e a fiscalização foram executados nos termos previstos.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPVE	A69	Acompanhamento e fiscalização dos projetos de contrapartidas ou de cooperação industrial - Targeting Pods			X			R	Não houve solicitações neste programa
DIPVE	A70	Acompanhamento e fiscalização dos projetos de contrapartidas ou de cooperação industrial - Torpedos			X			R	Embora Programa concluído, realizou-se o acompanhamento jurídico pós-resolução.
DIPVE	A71	Acompanhamento e fiscalização dos projetos de contrapartidas ou de cooperação industrial - Submarinos			X			R	O acompanhamento e a fiscalização foram executados nos termos previstos.
DIPVE	A72	Acompanhamento da legislação DGAE Embarcações de Recreio			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPVE	A73	Acompanhamento da legislação DGAE Emissões de motores de MMNR			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPVE	A74	Acompanhamento da legislação DGAE Produtos pré-embalados						R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPVE	A75	Acompanhamento da legislação DGAE Etiquetagem têxtil			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPVE	A76	Acompanhamento da legislação DGAE Produtos de Construção			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPVE	A77	Acompanhamento da legislação DGAE Calçado						R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPVE	A78	Outros pareceres sobre solicitações externas e da Tutela			X			R	Elaboração de comentários e pareceres sempre que solicitados
DIPVE	A79	Atualização dos conteúdos técnicos no site da DGAE			X	X		R	Atualização dos conteúdos do site da DGAE sempre que necessário
DIPVE	A80	Colaboração e prestação de informação à AMA para Balcão do empreendedor			X	X		R	Colaboração com a AMA e elaboração de contributos sempre que solicitados.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPI	P4	Implementação do diploma relativo a matérias fertilizantes				X		NR	O projeto não se realizou visto o diploma não ter sido aprovado, transitando para 2015. Em 2014, na sequência da revisão do projeto de diploma, foram analisadas as questões e sugestões de alteração recebidas do Gabinete SEAE, resultando em nova versão, a qual foi notificada à Comissão, tendo sido prestados os esclarecimentos solicitados por esta. O processo de notificação ficou concluído em junho de 2014. Ainda durante 2014 foram emitidos diversos pareceres em resposta às solicitações recebidas do Gabinete do SEAE, na sequência de comentários de outros organismos.
DIPI	P5	Elaborar propostas de política industrial, até dezembro de 2014		X				NR	O projeto não se realizou por limitações de recursos humanos face à necessidade de resposta às solicitações que se colocaram à Divisão.
DIPI	A82	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho do Comité da Diretiva n.º 2006/42/CE - Máquinas	X					T	Transitou para a DRAI.
DIPI	A83	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho da Comissão/Comité Adubos (Regulamento (CE) n.º 2003/2003)	X					R	Realizaram-se 6 reuniões - 3 do GT e 3 do Comité. A DGAE participou nas quatro primeiras. Nas duas últimas a participação da DGAE não foi autorizada.
DIPI	A84	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho Harmonização Técnica Adubos	X					CA	A Comissão não apresentou a proposta de regulamento, pelo que não houve lugar a reuniões deste grupo, tendo ainda em 2014 continuado o debate entre a Comissão e os Estados membros a nível do Comité Adubos (atividade n.º 83) e em reuniões promovidas pelos Estados membros, tendo a DGAE participado em duas reuniões.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPI	A85	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho da Comissão/Comité Detergentes (Regulamento (CE) n.º 648/2004)	X					NR	A DGAE não participou na reunião realizada (a 05/12) devido a restrições financeiras.
DIPI	A86	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Comité REACH (Regulamento (CE) n.º 1907/2006)	X					R	Realizaram-se 5 reuniões. A DGAE participou nas duas primeiras. Das restantes, em duas não foi autorizada a participação e numa não foi feita proposta de deslocação por incompatibilidade de agenda (coincidente com a data da Conferência de Lançamento da Campanha de apoio aos Técnicos de Segurança e Ambiente no Trabalho na implementação do REACH pelos utilizadores a jusante). Em todas as 5 foram preparados contributos para concertação de posição PT entre as três Autoridades Competentes para o REACH e CLP - DGAE, APA, DGS.
DIPI	A87	Preparação das reuniões e representação de Portugal nas reuniões das Autoridades Competentes para o REACH e CLP (CARACAL)	X					R	A DGAE participou em todas as reuniões realizadas (três) e preparou contributos, nos pontos da agenda considerados relevantes, para concertação de posição PT entre as três Autoridades Competentes para o REACH e CLP - DGAE, APA, DGS.
DIPI	A88	Preparação das reuniões e representação de Portugal nas reuniões do Grupo de Trabalho do REACH/CLP do ESPG	X					R	Realizaram-se 3 reuniões. A DGAE participou na primeira. A participação na segunda não foi autorizada. Não se participou na terceira por incompatibilidade de agenda.
DIPI	A89	Preparação das reuniões e representação de Portugal nas reuniões dos correspondentes nacionais dos helpdesks do REACH e CLP (HelpNet Steering Group)	X					R	A DGAE participou na reunião realizada.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPI	A90	Acompanhamento, preparação de contributos e participação nas reuniões do SEAC - Comité de Análise Socio Económica da ECHA - Agência Europeia de Produtos Químicos	X					R	Realizaram-se 4 reuniões. O membro do SEAC proposto por PT/DGAE participou em 3. Numa das reuniões não foi autorizada a participação.
DIPI	A91	Preparação de contributos para as reuniões do Grupo de Diretores das Autoridades Competentes / ECHA - Agência Europeia de Produtos Químicos	X					R	A DGAE participou na reunião realizada.
DIPI	A92	Preparação de contributos no âmbito da Política de Empresa - ESPG			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DIPI	A93	Preparação e elaboração de contributos para o GCC e Conselho Competitividade			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DIPI	A94	Preparação e elaboração de contributos para outros Conselhos de Ministros da UE			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DIPI	A95	Preparação e elaboração de posições negociais sobre propostas legislativas da Comissão			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DIPI	A96	Preparação e elaboração de pareceres sobre acordos de Comércio UE/Países Terceiros			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DIPI	A97	Coordenação e gestão do helpdesk nacional do REACH e CLP			X			R	161 respostas dadas registadas na base de dados da plataforma do Helpdesk REACH&CLP; atualização de conteúdos de informação; atualização da legislação publicada; tradução e disseminação semanal de notícias relevantes.
DIPI	A98	Preparação das reuniões da CCREACH e coordenação/implementação das ações a desenvolver		X				NR	Não se realizaram reuniões.
DIPI	A99	Análise e decisão de pedidos de autorização e de renovação de autorização de colocação no mercado de matérias fertilizantes			X			R	Foram analisados 88 processos relativos a pedidos de autorização de colocação no mercado para matérias fertilizantes. Foram concedidas a 10 empresas autorizações relativas a 14 produtos.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPI	A100	Acompanhamento da Diretiva Máquinas			X			T	Transitou para a DRAI.
DIPI	A101	Acompanhamento da Diretiva Preparações Perigosas			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPI	A102	Receção de Fichas Dados de Segurança			X			R	Foram recebidas 6830 Fichas de dados de Segurança.
DIPI	A103	Acompanhamento do Regulamento Adubos			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPI	A104	Acompanhamento do Regulamento Reach			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPI	A105	Acompanhamento do Regulamento CLP			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPI	A106	Acompanhamento do Regulamento Detergentes			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPI	A107	Acompanhamento do Decreto-Lei Comércio de Máquinas usadas			X			T	Transitou para a DRAI.
DIPI	A108	Acompanhamento do Decreto-Lei colocação no mercado de adubos e corretivos agrícolas			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPI	A109	Acompanhamento da Diretiva Embalagens Aerossóis			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPI	A110	Acompanhamento da legislação relativa a Precursores de droga			X			R	Elaboração de esclarecimentos e pareceres sempre que solicitados
DIPI	A111	Preparação e elaboração de pareceres sobre a revisão dos critérios e análise de novas candidaturas para atribuição de rótulo ecológico - grupo detergentes			X			R	N.º de pareceres emitidos sobre candidaturas para atribuição de rótulo ecológico - Detergentes (3)
DIPI	A112	Preparação e elaboração de pareceres sobre a revisão dos critérios e análise de novas candidaturas para atribuição de rótulo ecológico - grupo tintas e vernizes			X			R	N.º de pareceres emitidos sobre candidaturas para atribuição de rótulo ecológico - Tintas e vernizes (2)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPI	A113	Preparação e elaboração de pareceres sobre questões de natureza ambiental ou energética			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DIPI	A114	Preparação e elaboração de pareceres em resposta a solicitações internas			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DIPI	A115	Preparação e elaboração de pareceres em resposta a solicitações externas, designadamente da tutela e agentes económicos			X			R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
DIPI	A116	Análise de propostas de legislação de outros Estados Membros e de países membros da OMC (exceto UE)			X			R	As regras técnicas, notificadas no âmbito da UE e da OMC, são apresentadas às diversas associações do setor em causa de forma a emitirem eventuais observações ou pareceres, seguidos da respetiva transmissão para o IPQ.
DIPI	A117	Análise e parecer sobre propostas de legislação de outros organismos			X			R	Análise de propostas legislativas e elaboração de pareceres sempre que solicitados.
DIPI	A118	Elaboração de documentos de informação sobre sectores da indústria			X			R	Elaboração de documentos de informação sempre que solicitados.
DIPI	A120	Atualização de conteúdos para o site da DGAE			X	X		R	Atualização dos conteúdos do site da DGAE sempre que necessário
DIPI	A121	Balcão do Empreendedor: colaboração com a AMA na criação de conteúdos			X	X		R	Colaboração com a AMA e elaboração de contributos sempre que solicitados.

QUADRO XIX
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INDÚSTRIA (DSI)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DIPI	1	Campanha de apoio aos profissionais de segurança e saúde no trabalho. Iniciativa da Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA), que em Portugal foi organizada pela DGAE conjuntamente com a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e com a colaboração da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).			x			R	Coordenação da campanha, em colaboração com a ACT e em cooperação com a ECHA; reuniões internas e com os parceiros para delineamento das ações a incluir na campanha; contacto com entidades representativas dos interessados. Em outubro realizaram-se duas conferências de lançamento, uma em Lisboa e outra no Porto, que deram início à Campanha programada para Portugal. A DGAE participou no painel de oradores nas duas conferências.
DRAI	2	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho do Comité da Diretiva n.º 2006/42/CE - Máquinas	X					R	Foi preparada a participação na reunião de 25-26 de março, na qual não participamos por orientação superior. Foi preparada a participação na reunião do Comité de acompanhamento e na reunião do GT Máquinas respetivamente nos dias 5 e 6 de novembro cujo relatório se encontra vertido na IS nº 643/2014/DSI/DGAE.
DRAI	3	Acompanhamento da Diretiva Máquinas			X			R	Análise e elaboração de respostas a agentes económicos sempre que solicitado.
DRAI	4	Acompanhamento do Decreto-Lei Comércio de Máquinas usadas			X			R	Análise e elaboração de respostas a agentes económicos sempre que solicitado.

AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INDÚSTRIA (DSI)

1. Atividades e projetos com maior relevância e impacto positivo

Do conjunto das atividades realizadas em 2014 merecem especial destaque as seguintes:

- Transposição da Diretiva relativa às embarcações de recreio e às motas de água e da Diretiva relativa a embalagens aerossóis
Estes processos incluíram a criação de grupos de trabalho específicos para delinear e planear o seu desenvolvimento, contribuindo para a concretização do objetivo operacional 2 do QUAR 2014, na medida em que teve impacto positivo no indicador 4 daquele objetivo. Por outro lado contribuíram de forma positiva para a realização do indicador 6 do objetivo operacional 3 do QUAR, na medida em que a preparação e elaboração dos projetos de texto legislativo de transposição permitiu à Tutela a sua apreciação e submissão, para aprovação em Conselho de Ministros, dentro dos prazos estabelecidos. Assim contribuímos para assegurar uma melhor taxa de cumprimento de transposições de diretivas da EU.

- Matérias fertilizantes

Ao longo do ano de 2014 foi desenvolvido trabalho no âmbito da proposta de novo quadro legislativo relativo à colocação no mercado de matérias fertilizantes, visando agilizar e simplificar procedimentos administrativos, disciplinando o sector e promovendo a competitividade dos agentes económicos. O trabalho associado a este projeto resultou em nova versão, que foi notificada à Comissão, tendo o processo de notificação ficado concluído em junho daquele ano. O projeto “Implementação do diploma relativo a matérias fertilizantes” só viria a concretizar-se em março de 2015 com a aprovação do diploma.

No domínio das matérias fertilizantes destaca-se, ainda, análise de 88 pedidos de concessão de autorização de colocação no mercado de matérias fertilizantes, submetidos por 27 empresas, que resultaram na concessão de autorização a 14 produtos de 10 empresas.

- Implementação do procedimento de licenciamento de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)

Em 2014 foi definido o processo de licenciamento de ZER (descrição de procedimentos e fluxogramas), para que a DGAE, através da DRAI, estivesse devidamente preparada para receber eventuais pedidos de licenciamento para a instalação e exploração ou conversão em Zona Empresarial Responsável.

- Campanha “Riscos profissionais em máquinas e equipamentos de trabalho ”

A DGAE aceitou o convite que lhe foi dirigido pelo Inspetor-geral da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), para participar na Campanha “Riscos profissionais em máquinas e equipamentos de trabalho – 2015”. A participação da DGAE enquadra-se nas suas competências, enquanto entidade responsável por “assegurar a implementação da regulamentação nacional e europeia aplicável aos setores industriais (...), designadamente (...) a diretiva Máquinas e a legislação nacional relativa ao Comércio de Máquinas Usadas”. A campanha preparada em 2014 contará com a nossa participação em ações de divulgação e seminários em 2015.

- “Campanha de apoio aos profissionais de segurança e saúde no trabalho na implementação dos Regulamentos REACH e CLP”

Esta atividade não estava prevista no Plano de Atividades para 2014, resultando de uma iniciativa da ECHA. A Campanha foi organizada em Portugal pela DGAE conjuntamente com a ACT e com a colaboração da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT). A campanha visou apoiar os técnicos de segurança e saúde que junto das empresas, onde trabalham ou prestam apoio ou consultoria na área da segurança e saúde, contribuem para a adoção das obrigações dos utilizadores a jusante previstas no Regulamento REACH. A adesão dos interessados às duas conferências de lançamento realizadas em Lisboa e no Porto é demonstrativa do interesse da iniciativa para os operadores económicos. O trabalho desenvolvido pelas autoridades nacionais envolvidas mereceu o reconhecimento da ECHA neste projeto-piloto em que Portugal foi um dos seis países participantes.

- Planeamento Civil de Emergência

A DSI, através da DIPVE, participou em todas as Comissões Nacionais de Proteção Civil (onde o Sr. Diretor-Geral da DGAE é o delegado de Sua Excelência o Ministro da Economia) e colaborou noutros domínios no quadro de articulação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil. A representação da DGAE permite veicular as posições relevantes da economia na vertente da indústria.

- Atividades de fiscalização e acompanhamento dos projetos dos programas de contrapartidas

A execução dos projetos de prestação de contrapartidas, por entidades internacionais fornecedoras de equipamento para a Defesa, é acompanhada e fiscalizada pela DGAE. A boa condução destes processos tem permitido uma boa execução dos projetos e a obtenção de resultados com impacto positivo na economia, sendo reconhecido pelo Gabinete do SEAE o bom desempenho da DGAE neste domínio.

2. Atividades e projetos cujos objetivos não foram cumpridos ou tiveram resultados insuficientes

As limitações em termos de recursos humanos, conjugada com a necessidade de respostas inadiáveis às inúmeras solicitações externas que diariamente nos foram apresentadas, prejudicaram a realização dos projetos para a elaboração de propostas de política industrial, até dezembro de 2014.

Convirá referir que prevista extinção da DSI constituiu um fator de desestabilização em termos de motivação para os colaboradores da DSI, durante o ano de 2014, que exerceram as suas funções desconhecendo qual o destino que os espera no curto prazo, sem contudo terem claudicado, tendo aceite todos os desafios que se lhes colocou ao longo do ano.

QUADRO XX
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS PREÇOS E SERVIÇOS E DA SUSTENTABILIDADE (DSPSS)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRASPCM	1	Licenciamento Zero - Atividade relacionada com a sua implementação na área de competências atribuídas à DSPSS, nomeadamente ações que conduzam ao envolvimento dos diferentes atores institucionais			X			R	Foram realizadas diversas reuniões com a AMA e com os gabinetes SE, bem como elaborados diversos pontos de situação que fizeram o enquadramento e identificaram os principais constrangimentos e problemas decorrentes do não funcionamento pleno do Balcão do Empreendedor nas atividades abrangidas pelo Licenciamento Zero. Apesar dos progressos realizados, relativamente a 2013, ainda não se encontram sanados os problemas decorrentes do não funcionamento pleno do Balcão do Empreendedor.
DRASPCM	2	Elaboração/atualização de conteúdos no Balcão Único dos Serviços (Balcão do Empreendedor) e participar nos grupos de trabalho e elaboração de propostas, nomeadamente com a integração da informação relativa à Diretiva Serviços neste Balcão (benchmarking com Espanha, UK, Suécia e França).	X					R	Identificação de medidas para otimizar o funcionamento do BdE; Testes no backoffice do LZ/BdE; Propostas de alteração de formulários; Identificação de especificações técnicas para o Cadastro Único Empresarial; Elaboração de pontos de situação para ao Gabinete. Não foi feito o <i>benchmarking</i> previsto, por falta de meios.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRASPCM	3	Task Force para a Restauração e Bebidas - Registo de todos os estabelecimentos, nomeadamente, recuperação dos registos atrasados			X	X		R	Durante o ano 2014, foram rececionados na DS, 9.376 processos referentes a instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos de restauração e de bebidas, a que correspondeu uma média mensal de cerca de 780 processos. Foi constituída uma "task force" no final do ano 2013 para recuperação de atrasos no registo destes processos, tendo, no ano de 2014, sido registados na Base de Dados da Restauração e Bebidas 5.102 processos. Note-se que o nº de elementos que constituíam a "task force" foi significativamente reduzido por falta de meios.
DRASPCM	4	Registo dos estabelecimentos de serviços cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas e emissão do respetivo comprovativo			X	X		R	Durante o ano 2014, foram rececionados e tratados 1.136 processos referentes a instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos de serviços cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas, a que correspondeu uma média mensal de cerca de 95 processos. Estes processos deram origem à emissão de 942 comprovativos de entrega de declarações. Resposta a diversos pedidos de esclarecimentos por parte dos agentes económicos.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRASPCM	5	Atividade Funerária - Registo dos estabelecimentos e responsáveis técnicos, e outros procedimentos referentes à atividade.			X			R	Todas as notificações relativas a estes estabelecimentos (abertura e encerramento), bem como dos responsáveis técnicos, foram registadas na base de dados, num total de 192 registos. Emissão dos respetivos comprovativos (ofícios); Resposta a diversos pedidos de esclarecimentos e exposições por parte dos agentes económicos; Reuniões com Associações representativas do sector; Elaboração de informações e pontos de situação. Foi submetido para apreciação da tutela conjunta (saúde e economia) um projeto de portaria que regulamenta a formação dos responsáveis técnicos e que viria a ser publicada em 2015.
DRASPCM	6	Preparação e acompanhamento da implementação do novo Regime Jurídico da Atividade Comercial e de Serviços (RJACS)			X			R	A DS participou em diversas reuniões com os gabinetes dos Srs. SE e ME, emitiu diversas notas e memorandos sobre as matérias constantes deste Regime, tendo dado parecer sobre as várias versões do diploma que foram sendo elaboradas, até à versão definitiva do diploma, que veio a ser publicado em 10 de janeiro 2015. Elaborou propostas de portarias regulamentadoras do novo regime.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRASPCM	7	Assegurar as funções de coordenador nacional da Diretiva Serviços, nomeadamente, na definição de instrumentos de otimização desta política pública, no seu domínio económico.			X			R	A DS participou, em Bruxelas, em 8 reuniões de peritos da Diretiva Serviços; Resposta a diversos emails da Comissão sobre assuntos relacionados com a DS; Acompanhamento da Auditoria à DS realizada pela ECA – <i>European Court of Auditors</i> ; Sessão de esclarecimento na Comunidade Intermunicipal do Oeste; Realização, no Porto, de Workshop coorganizado com a CE, Espanha e França, sobre “Maximização do potencial da DS: eliminação de barreiras à livre prestação de serviços”.
DRASPCM	8	Assegurar as funções de ponto de contato nacional para a coordenação da assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI).			X			R	Registo no Sistema das entidades administrativas competentes; Encaminhamento dos pedidos efetuados a entidades administrativas competentes e seu acompanhamento e monitorização até à fase de encerramento; Resposta a pedidos efetuados à DGAE (enquanto entidade competente para o comércio e serviços) efetuados pelos EM; Acompanhamento e monitorização das notificações efetuadas pelos EM; Sessão de esclarecimento em Alenquer: “Cooperação Administrativa: o Sistema IMI como instrumento de operacionalização da DS”
DRASPCM	9	Apoio à área internacional no âmbito das negociações das Ofertas Comunitárias e outras matérias, nomeadamente, contributos para intervenção externa na área dos serviços.			X	X		R	Resposta a diversas solicitações de outras Direções de Serviços, nomeadamente, DSICE e DSCAEI, relativamente a contributos para intervenção externa na área dos serviços. Elaboração de contributos para o GAN.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRASPCM	10	Elaboração de projetos e emissão de pareceres relativos a diplomas relacionados com atividades de serviços e preços.			X	X		R	Durante o ano 2014, a DS elaborou ou participou na elaboração de 134 pareceres sobre projetos de diplomas (leis, decretos-lei e portarias), de RCM, de Despachos, de Despachos de Laboração Contínua, de pedidos de Relevante Interesse Público, de Perguntas Parlamentares, bem como apreciação de exposições apresentadas ao Sr. ME e pontos de situação relacionados com atividades de serviços e preços. Elaboração de 3 contributos para intervenções públicas do Sr. SEAE
DRASPCM	11	Manuais Escolares - Negociação e acompanhamento da Convenção aplicável ao ensino básico e secundário.			X	X		R	Negociação e acompanhamento da Convenção aplicável ao ensino básico e secundário, nomeadamente, publicitação da listagem com os PVP em vigor dos manuais escolares, resposta a pedidos de esclarecimento, apreciação da proposta de agravamento dos preços dos manuais escolares 2015/2016.
DRASPCM	12	Táxis - Negociação e acompanhamento da Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi.			X	X		R	Negociação e acompanhamento da Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi; Emissão de 128 tabelas e autocolantes relativos à Convenção de 2014; Reuniões com diversos organismos públicos e privados do setor, tendo em vista as alterações a introduzir na Convenção para 2015.
DRASPCM	13	Água - Negociação da Convenção de preços do abastecimento de Água pela EPAL			X	X		R	Negociação da Convenção de preços do abastecimento de Água pela EPAL, nomeadamente, reuniões e auscultação de <i>stakeholders</i> com vista à negociação da Convenção e elaboração de informação com vista à tomada de decisão.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRASPCM	14	Apoio a agentes económicos e associações empresariais, bem como resposta a pedidos de esclarecimentos sobre assuntos diversos.			X	X		R	Atendimento telefónico de numerosos agentes económicos, no sentido de esclarecimento de dúvidas; Respostas por email a um número não contabilizado, mas bastante numeroso, de pedidos de informação.
DDS	15	Ecodesign - Processo de análise e acompanhamento das medidas de execução			X	X		R	Participação no Comité Regulamentador Ecodesign (Diretiva 2009/125/CE) para discussão dos projetos de Regulamento "Solid Fuel Boilers-lot 15" e "Solid Fuel Local space-heaters- Lot 20" de 10/03/2014 a 11/03/2014. Participação no Comité Regulamentador Ecodesign para discussão e votação sobre o projeto de regulamento "Equipamentos de Refrigeração Profissional - Lot 1" de 28/04/2014 a 29/04/2014. Participação no Fórum Consultivo Ecodesign- Questões horizontais em 05/05/2014 e no Fórum Consultivo Ecodesign para discussão sobre o "ENTR Lot 5 - Máquinas ferramenta e e maquinaria relacionada" em 6/05/2014. Revisão linguística de vários projetos de regulamento Ecodesign.
DDS	16	Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE) - Processo de análise de candidaturas e definição dos critérios para cada grupo de produtos			X	X		R	Parecer sobre a definição dos novos critérios para a Decisão que atribui o REUE a serviços de alojamento turístico. Análise, parecer e atribuição do REUE de duas candidaturas a serviços de alojamento turístico: "Real Abadia Congress e SPA Hotel" e "The 4 Rooms". Análise, parecer e atribuição do REUE a 4 candidaturas da empresa SOLIS (Gel de limpeza, Limpa madeiras, WC gel e Tira Gorduras Agisol) para o grupo de produtos "lava tudo" e um para uma candidatura da CIN aos grupos de produtos "Tintas e vernizes para interior".

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DDS	17	Alterações Climáticas - Acompanhamento das medidas de Adaptação e de Mitigação			X	X		R	No âmbito desta atividade foi constituído o GT - Quadro Energia-Clima por forma a ser discutido com os principais <i>stakeholders</i> o Quadro Energia e Clima 2030; foram preparados diversos contributos do ME, no âmbito do Quadro Energia-Clima, para serem integrados na posição PT a enviar para a UE; preparação da pasta do encontro de SEXA o SEAE com a Comissão para a Ação Climática.
DDS	18	Acompanhar o processo de licenciamento e atividade das entidades gestoras dos vários fluxos de resíduos - embalagens e resíduos de embalagens, óleos usados, baterias de veículos usados, veículos em fim de vida, pneus, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE)			X	X		R	Análise dos Cadernos de Encargos das entidades gestoras e dos Relatórios de Atividades. Elaboração e análise dos projetos de despachos de atribuição de licenças, bem como dos projetos de despachos relacionados com as atribuições das licenças e, ainda, do projeto de despacho relativo à revisão de prestações financeiras do fluxo REEE.
DDS	19	Resíduos - Assegurar a participação nos Grupos de Trabalho e na comissão de acompanhamento, responsável pelo controlo integrado e a monitorização no âmbito das atividades do centro de coordenação e registo dos REEE		X				NR	Participação em grupos de trabalho no âmbito dos fluxos específicos de resíduos.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DDS	20	Responsabilidade Social das Empresas - Assegurar a participação nas Comissões Técnicas de Ética (CT-165) e Responsabilidade Social (CT-164), e na Comissão Nacional de Direitos Humanos		X				R	a) A Comissão Nacional dos Direitos Humanos realiza três reuniões por ano, sem prejuízo de outras reuniões de carácter extraordinário. A DSPSS, no decorrer de 2014, constituiu e coordenou a rede do ME e preparou os trabalhos do ME relativos a: i. Planos de Atividade e Relatórios de Atividade; ii. Atualização de informação no <i>Core Document</i>; iii. Direitos Humanos e Empresas, designadamente através da proposta de Plano Orientador para a Responsabilidade Social das Empresas; iv. Preparação de documentação/fichas de apoio para a defesa dos relatórios relativos aos Direitos da Criança; v. Preparação e participação no 2.º Exame Periódico de Portugal pelo Conselho de Direitos Humanos; vi. Preparação de documentação/fichas de apoio para a defesa do 4º Relatório Nacional sobre a Implementação do PIDESC. b) Durante o ano de 2014, não foi convocada qualquer reunião para participar nas revisões das normas das CT-164 e CT-165.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DDS	21	Assegurar as funções de Ponto de Contacto Nacional - Guidelines da OCDE para empresas multinacionais (em pareceria com a DSCI)			X	X		R	A DSPSS acompanhou, no decorrer do ano de 2014, duas reuniões internacionais dos PCN e uma reunião nacional com a AICEP com vista ao reforço da cooperação interinstitucional da DGAE e da AICEP para efeitos da reformulação dos Pontos de Contacto Nacionais para as Empresas Multinacionais e introdução de procedimentos. Para além das reuniões, a DSPSS preencheu o relatório nacional 2014 sobre as Diretrizes para as Empresas Multinacionais da OCDE, referente ao período 2013-2014 e cooperou com o Ponto Nacional de Contacto da Polónia, na sequência do levantamento de uma queixa contra a filial polaca da empresa Jerónimo Martins SGPS S.A., designadamente a Jerónimo Martins Polska S.A, notificada a esta Direção em 18 de novembro de 2014.
DDS	22	Promover a implementação do modelo de governação em rede para a Sustentabilidade (Plataforma Institucional de Stakeholders)		X				R	No âmbito desta atividade foi constituído o: a) GT - Quadro Energia-Clima por forma a ser discutido com os principais stakeholders o Quadro Energia e Clima 2030; b) GT - Rede <i>Stakeholders</i> para a Responsabilidade Social das Empresas (RSE); c) GT - Rede ME para a Responsabilidade Social das Empresas e Direitos Humanos

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DDS	23	Garantir a participação efetiva em Conselhos Consultivos, Grupos de Trabalho de Alto Nível nas áreas da Sustentabilidade, da Responsabilidade Social e da Economia Verde	X					R	A DSPSS participou numa reunião do Grupo de Alto Nível sobre Responsabilidade Social em 4 de março de 2014. Contudo, cumpre referir que o ME foi notificado pelo MSESS de que este Ministério havia designado um representante nacional para participar no GAN. Face aos trabalhos desenvolvidos pela DGAE nesta matéria, designadamente o Plano Orientador para a RSE, foi colocado à consideração da tutela a nomeação de um elemento do ME para fazer esta representação, sem prejuízo de eventual articulação com o MSESS.
DDS	24	Elaborar pareceres de análise de diplomas, assegurar resposta às solicitações e garantir assessoria técnica junto da tutela, agentes e operadores económicos			X	X		R	Elaboração de pareceres, em especial, sobre projetos de Diploma com impacto no Desenvolvimento Sustentável. Elaboração de respostas a pedidos de informação solicitados pelos operadores económicos

QUADRO XXI
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS PREÇOS E SERVIÇOS E DA SUSTENTABILIDADE (DSPSS)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRASPCM	1	Certificados profissionais						R	Emissão de 155 certificados comprovativos do exercício da atividade profissional como empresário; Resposta a diversos pedidos de esclarecimento por parte dos empresários.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DRASPCM	2	Trabalhos preparatórios da Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração						R	Colaboração na elaboração da Agenda; Elaboração de um Plano de Ação para 2015; Identificação dos serviços que a DSPSS pretende prestar no Espaço Cidadão; Recolha dos diversos tipos de Taxas municipais nas 18 capitais de distrito, para posterior tratamento.
DRASPCM	3	Qualidade						R	Elaboração do Manual de Gestão Estratégica e da Qualidade da DS de acordo com os requisitos da norma NP EN ISO 9001: 2008, e que se centra na definição do Sistema de Gestão Estratégica e da Qualidade (SGEQ) da DS; Identificação e elaboração dos Procedimentos da DS relativos às áreas de Gestão Administrativa e de Assessoria das duas Divisões, bem como de apoio à gestão em conformidade com os Processos do SGEQ, num total de 29 Procedimentos a que correspondem 75 modelos de documentos de apoio; Implementação dos Ficheiros de controlo de gestão necessários ao SGEQ; Elaboração do modelo de Perfis de competências da DS; Procedimentos; Ficheiros de controle.
DDS	4	Conselho Consultivo para as Migrações						R	Integração no Conselho Consultivo para as Migrações; participação numa reunião ocorrida a 9 de dezembro de 2014.
DDS	5	Plano Orientador para a Responsabilidade Social das Empresas						R	Em 2014, conjuntamente com diferentes <i>stakeholders</i> (Organismos ME, <i>Stakeholders</i> relevantes em matéria de RSE, <i>Stakeholders</i> representativos do tecido empresarial português, entre outras entidades públicas) desenvolveu-se a primeira iniciativa de política pública específica para a RSE, direcionada para as empresas a qual foi submetida à consideração da tutela.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DDS	6	Acompanhamento dos instrumentos de política pública na área dos direitos humanos, designadamente: a) V PNIGCND b) III PNPCTSH; c) V PNPCVDG.						R	Acompanhamento de três Planos Nacionais e execução de medidas: a) No âmbito do V PNIGCND, através da participação na equipa interdepartamental do ME, onde se elaborou o Plano de Ação para a Igualdade do ME; b) No âmbito do III PNPCTSH, através da execução de 3 medidas da (co) responsabilidade da DGAE, nomeadamente um workshop. c) No âmbito do V PNPCVDG, através da execução de 2 medidas. Tendo ainda sido promovido em parceria com a CIG um workshop dirigido às empresas no âmbito das III Jornadas Nacionais Contra a Violência Doméstica.
DDS	7	11.º Prémio Igualdade é Qualidade						R	Integração na Comissão de Avaliação com vista à apreciação das candidaturas nos termos previstos do regulamento. Discussão da elegibilidade das candidaturas ao prémio.
DDS	8	Reconhecimento Práticas Responsabilidade Social						R	Integração no júri do Reconhecimento PRÁTICAS RS, iniciativa da responsabilidade da APEE, que procura distinguir as organizações que assumem a responsabilidade sobre os impactos das suas decisões e atividades.
DDS	9	Participação na Rede RSO PT						R	Reativação da participação da DGAE na rede informal de Responsabilidade Social das Organizações, designadamente no GT ISO 26000 e subGT Direitos Humanos e Práticas Laborais com vista ao desenvolvimento, operacionalização e incorporação de conceitos e ferramentas de responsabilidade social nas organizações e sua integração com políticas públicas na matéria.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DDS	10	Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF)						R	Participação na 1ª reunião ocorrida a 3 de novembro de 2014. O secretariado da PARF é assegurado pela DDS em parceria com o ICNF.
DDS	11	Grupo de Trabalho sobre o Acesso aos Recursos Genéticos e partilha justa dos benefícios decorrentes da sua utilização (GT ABS)						R	Participação na 2ª reunião de trabalho do GT ABS ocorrida a 11 de dezembro de 2014.
DDS	12	Comissão Executiva do Plano Nacional de Eficiência Energética						R	Participação nas Reuniões da Comissão
DDS	13	Elaboração de Diplomas no domínio da Gestão de Resíduos						R	Proposta Alteração ao DL 366-A (SIGRE)
DDS	14	Acompanhamento de Propostas Legislativas da EU						R	Proposta de Diretiva Resíduos, Proposta de Decisão da Reserva de Estabilidade de Mercado (Emissões)

AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS PREÇOS E SERVIÇOS E DA SUSTENTABILIDADE (DSPSS)

Relatório de Atividades (RA) respeitante ao ano de 2014

A Direção de Serviços de Preços, Serviços e Sustentabilidade (DSPSS) é responsável por dois domínios da política pública económica amplamente distintos. Por um lado, os Serviços, incluindo a restauração, com a importância que hoje merecem nas cadeias de valor globais, e, por outro lado, o Desenvolvimento Sustentável, enquanto instrumento para a promoção e desenvolvimento de um novo paradigma económico, a economia verde, incluindo a mudança de um modelo linear para um modelo circular.

No que se refere ao Serviços e Restauração, a DSPSS apoiou o Governo na formulação da Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração, salientando-se que se trata do primeiro instrumento de política pública para estes setores. Ainda durante o ano de 2014, a DSPSS conseguiu realizar no Porto, um Workshop coorganizado com a CE, Espanha e França, sobre a “Maximização do potencial da Diretiva de Serviços: eliminação de barreiras à livre prestação de serviços”. Saliente-se o êxito e o impacto deste evento, que contou com a participação dos principais *stakeholders* dos setores do turismo, construção e serviços às empresas. De realçar, ainda, o papel desta Direção de Serviços no apoio ao Governo com a elaboração de projetos e emissão de pareceres. Durante o ano 2014, este serviço emitiu 134 pareceres sobre projetos de diplomas

(leis, decretos-lei e portarias), de resoluções do Conselho de Ministros, de despachos, de despachos de laboração contínua, de pedidos de relevante interesse público, de perguntas parlamentares, bem como apreciação de exposições apresentadas a Sua Excelência o Ministro da Economia, sobre os quais se pronunciou. Realça-se, igualmente, a preparação de 3 contributos para intervenções públicas do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Economia, nos domínios da importância dos Serviços para o perfil da economia portuguesa.

A DSPSS, em 2014, no quadro das políticas de Qualidade, elaborou um Manual de Gestão Estratégica e da Qualidade, que se centra na definição do Sistema de Gestão Estratégica e da Qualidade (SGEQ) da Direção de Serviços, bem como para a elaboração dos procedimentos da Direção de Serviços relativos às áreas de gestão administrativa e de assessoria das duas Divisões, num total de 29 Procedimentos, a que correspondem 75 modelos de documentos de apoio.

No que se refere à dimensão económico do desenvolvimento sustentável, a DSPSS, na mudança de um modelo económico assente num perfil linear para um perfil circular, acompanhou o processo de licenciamento e as atividades das entidades gestoras dos fluxos específicos de resíduos - embalagens e resíduos de embalagens, óleos usados, baterias de veículos usados, veículos em fim de vida, pneus, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) e o processo de licenciamento do centro de coordenação e registo dos REEE; assegurou a participação em Grupos de Trabalho. Realce-se o papel substantivo que a DGAE conseguiu, agora almejar, no domínio do mercado organizado de fluxos específicos de resíduos.

Em 2014, conjuntamente com diferentes *stakeholders* (Organismos do ME, *Stakeholders* relevantes em matéria de RSE, *Stakeholders* representativos do tecido empresarial português, entre outras entidades públicas) desenvolveu-se a primeira iniciativa de política pública específica para a Responsabilidade Social das Empresas, direcionada para as empresas a qual foi submetida à consideração da tutela, com a construção do Plano Orientador para a Responsabilidade Social.

Ainda, no âmbito da responsabilidade social, destaca-se ainda a coordenação da rede do ME e a preparação dos trabalhos dos ME relativos a:

- i. Planos de Atividade e Relatórios de Atividade;
- ii. Atualização de informação no *Core Document*;
- iii. Direitos Humanos e Empresas, designadamente através da proposta de Plano Orientador para a Responsabilidade Social das Empresas;
- iv. Preparação de documentação/fichas de apoio para a defesa dos relatórios relativos aos Direitos da Criança;
- v. Preparação e participação no 2.º Exame Periódico de Portugal pelo Conselho de Direitos Humanos;
- vi. Preparação de documentação/fichas de apoio para a defesa do 4.º Relatório Nacional sobre a Implementação do PIDESC.

No quadro da OCDE, enquanto Ponto de Contacto Nacional - Guidelines da OCDE para empresas multinacionais, no decorrer do ano de 2014, com vista ao reforço da cooperação interinstitucional da DGAE e da AICEP, iniciou-se um processo de agenda de trabalhos para reformulação dos Pontos de Contacto Nacionais para as empresas multinacionais e introdução de procedimentos. Referente a esta matéria, regista-se a cooperação com o Ponto Nacional de Contacto da Polónia, até para a resolução de uma queixa contra a filial polaca de uma empresa portuguesa.

No âmbito da implementação e articulação de um novo modelo de gestão pública, assente em processos de governação aberta, no quadro do desenvolvimento sustentável enquanto instrumento para a promoção e desenvolvimento de um novo paradigma económico, integrou o Conselho Consultivo para as Migrações, com a participação numa reunião ocorrida a 9 de dezembro de 2014. De igual forma, integrámos a Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF), com a participação na primeira reunião, ocorrida a 3 de novembro de 2014. O secretariado da PARF é, inclusive, assegurado por esta Direção de Serviços em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Integrámos, também, o GT ABS (Recursos Genéticos), com a participação na 2ª reunião de trabalho ocorrida a 11 de dezembro de 2014. Em todas estas plataformas de governação é unânime a importância que a dimensão económica deve ter nas diferentes áreas da governação. Agora, com relevância, suportado pela intervenção desta área da Direção de Serviços.

QUADRO XXII

ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL (DSICE)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPEAE	1	Preparação das reuniões do Comité de Acompanhamento do SBA	X	X				NR	A DGAE, como elemento que assegura o Secretariado, diligenciou junto do <i>SME Envoy</i> e do <i>SME Envoy Deputy</i> para que se pudesse dar início a este Comité. Acresce que preparou (para o <i>SME Envoy</i>) elementos de apoio/convites para todos os participantes, o que ainda não aconteceu. Realizou o máximo de reuniões preparatórias informais, pelo que o não-cumprimento assenta exclusivamente em fatores de decisão, que são totalmente externos à DGAE.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPI	2	Elaboração de uma proposta de um Plano de Ação para a Inovação	X	X	X			T	Transferido para 2015. Atendendo a que foi aprovada e publicada uma Lei-Orgânica do Ministério da Economia que estabeleceu modificações em matéria de competência no domínio da Inovação, este projeto, a ser implementado, poderia ser extemporâneo, pelo que só fará sentido no momento em que se verifique estabilidade institucional no quadro das atribuições e competências em matéria de inovação.
	3	Aumentar a qualidade na política comunicacional eletrónica (site) da DGAE			X	X	X	R	Cumpriram-se os objetivos de corresponder a todas as solicitações de atualização do site da DGAE, tendo sido ajustadas algumas questões de pormenor que aumentaram a eficácia da comunicação.
	4	Lançar inquérito de qualidade dos procedimentos internos					X	R	A análise dos resultados do questionário apontou, genericamente, um bom clima organizacional e eficiente (mais 80% de respostas positivas), tendo sido identificado necessidade de afinamento processuais, já implementados.
DPI	5	Preparar e organizar a Visita Técnica da Comissão Europeia a Portugal	X	X				R	Foi preparada a Visita em articulação com diversas entidades de diversos ministérios e Gabinetes governamentais, tendo-se realizado a missão a 31 de janeiro de 2014. O seguimento do evento foi realizado através de consultas escritas.
DPI	6	Assegurar a participação nacional nos fóruns internacionais da OCDE: Comité da Indústria Inovação e Empreendedorismo (CIIE)	X					R	Participou-se a 100% nos trabalhos do referido Grupo, tendo-se desenvolvido uma metodologia participativa crescentemente mais envolvente neste Grupo.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPI	7	Assegurar a participação nacional nos fóruns internacionais da OCDE: GT das PME e do Empreendedorismo (WPSMEE)	X					R	Participação a 100% neste grupo, tendo sido preponderante a participação da DGAE de forma a possibilitar a publicação do <i>Scoreboard</i> Financiamento das PME, bem como, deu-se início a um projeto determinante no próximo biénio: " <i>Benchmarking</i> das PME".
DPEAE/DPI	8	Assegurar o acompanhamento das medidas de simplificação administrativa		X				R	Para além da participação ativa no quadro Europeu, da intervenção do Ministério da Economia no quadro do <i>Better Regulation</i> , a DSICE/DGAE teve uma intervenção ativa e com contributos sólidos à Tutela, no âmbito da construção da ferramenta <i>SME Test</i> . Adicionalmente, dinamizou os trabalhos preparatórios da sua implementação.
DPEAE	9	Assegurar a coordenação do Ministério da Economia em matéria de auxílios de Estado			X	X		R	Cumpriu-se a 100% (totalidade dos pedidos do MNE e contributos dos organismos setoriais), a coordenação operacional. Adicionalmente, promoveu-se reuniões de coordenação tendo em vista assegurar melhorias de procedimentos e reflexões substantivas, que auxiliaram a implementação horizontal da modernização legislativa dos auxílios de Estado.
DPEAE/DPI	10	Emissão de pareceres sobre solicitações para outras Direções de Serviço, Governo e Administração Pública			X			R	Contribui-se 100% para a elaboração de pareceres por parte da DGAE.
DPEAE	11	Análise e emissão de parecer concessão benefícios fiscais em operações de fusão/incorporação/cisão de empresas			X			CA	Esta atribuição da DGAE foi suprimida pela Lei de Enquadramento Orçamental de 2014.
DPEAE	12	Preparação da participação DGAE na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor	X	X	X			T	O acompanhamento e a preparação desta atividade foi transferida para a DSCD.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPI	13	Participação na Comissão Técnica da Agenda Portugal Digital	X	X	X			R	Participação em 100% das reuniões.
DPI	14	Assegurar a participação nacional em Comitês e/ou Grupos de Trabalho no âmbito da UE: Grupo de Diretores Gerais da Política de Empresa (EPG)	X					R	A preparação dos elementos de apoio às reuniões do EPG atingiu 100%. Estas reuniões, tanto na sua preparação, como divulgação das conclusões, acarretam a necessidade de articulação interministerial, servindo como elemento de teste para toda a "fileira" competitividade do Conselho da UE.
DPI	15	Assegurar a participação nacional em Comitês e/ou Grupos de Trabalho no âmbito da UE: Subgrupo EPG Política de Inovação	X					R	No âmbito da fileira EPG, a DSICE participou em 100% das reuniões, tendo articulado estas reuniões (preparação e seguimento) com outras áreas ligadas à inovação (ERAC, Compras Públicas), gerando conhecimento para a preparação da vertente Inovação, quando solicitada.
DPI	16	Assegurar a participação nacional em Comitês e/ou Grupos de Trabalho no âmbito da UE: Grupo da Cooperação Industrial Euromed	X					R	A DSICE participou na única reunião deste Grupo realizada em 2014. Para além de uma revisão dos trabalhos setoriais neste domínio, teve como enfoque principal a preparação da Reunião Ministerial que se realizou um mês depois (PT foi representado por S. Exa. o ME) assegurando a defesa do interesse nacional neste âmbito.
DPI	17	Assegurar a participação nacional em Comitês e/ou Grupos de Trabalho no âmbito da UE: Comité do Espaço Europeu da Investigação e Inovação (ERAC)	X					R	A preparação dos elementos de apoio às reuniões do EPG atingiu 100%. Estas reuniões, tanto na sua preparação, como divulgação das conclusões, acarreta a necessidade de articulação interministerial.
DPEAE	18	Assegurar a participação nacional em Comitês e/ou Grupos de Trabalho no âmbito da UE: Comité do Programa para a Competitividade das Empresas e PME (COSME)	X	X				NR	Por decisão política, foi designado, como Delegado Português a este Comité, um representante da Agência Nacional da Inovação.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
DPEAE	19	Assegurar a participação nacional em Comitês e/ou Grupos de Trabalho no âmbito da UE: Rede Europeia dos SME Envoys	X	X				R	A DGAE, como ponto focal para a implementação do SBA em Portugal, acompanhou os trabalhos a 100% desta iniciativa, tendo realizado a preparação dos elementos de suporte e a intervenção nacional do <i>SME Envoy</i> nas referidas reuniões.
DPEAE	20	Assegurar a participação nacional em Comitês e/ou Grupos de Trabalho no âmbito da UE: Grupo SHERPAS - pontos de contacto nacionais para o SBA	X	X				R	A DGAE, como ponto focal para a implementação do SBA em Portugal, acompanhou os trabalhos a 100% desta iniciativa, tendo participado ativamente nas referidas reuniões e, e em sequência, dado seguimento dos temas para as reuniões SME Envoy e diligenciado de entidades públicas e privadas o seguimento das ações a desenvolver no quadro da Rede SME Europeia.
DPEAE/DPI	21	Participação em Conferências, Seminários, Workshops				X	X	R	Participação em diversos eventos que permitiram o reforço do conhecimento dos colaboradores da DSICE, bem como, potenciaram a melhoria do <i>networking</i> institucional e individual que permitiram em diversas áreas e momentos diferenciados.

AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL (DSICE)

Contributo da DSICE para o exercício de autoavaliação da DGAE em 2014

Genericamente, considera-se que as atividades desenvolvidas pela DSICE contribuíram para o sucesso dos objetivos da organização como um todo em sede de QUAR, bem como, simultaneamente, para o desenvolvimento da missão da DGAE enquanto entidade com responsabilidades da construção de um ambiente económico favorável para a competitividade empresarial nacional.

Assim, a intervenção da DSICE no quadro da preparação, organização, dinamização, acompanhamento e seguimento da Visita Técnica da CE considera-se decisiva, não só pela intervenção logística de convocar várias entidades, internas e externa ao Ministério da Economia, preparar guiões de intervenção e validar politicamente, resultou numa maior eficiência da Visita e reações extremamente positivas das entidades portuguesas envolvidas, como, acima de tudo, do cliente desta iniciativa: a Comissão Europeia. Acresce ainda o ganho para a produção de proposta legislativas nacionais e do posicionamento de Portugal na esfera Europeia que este evento emprestou, não só à DGAE, como às entidades coordenadoras externas, como caso do MNE e do GPEARI/MFIN.

Outro aspeto importante foi o salto qualitativo no domínio dos auxílios de Estado, com uma intervenção na coordenação mais dinâmica, interventiva, assessorando jurídica e tecnicamente os Organismos da esfera do ME nesta matéria, cujos esforços foram reconhecidos com novas competências de intervenção no quadro do novo quadro Europeu de financiamento e Investimento.

De salientar ainda que alterações legislativas em sede de Lei de Orçamento de Estado de 2014, onde se retirava a necessidade de parecer setorial em matéria de isenção/benefícios fiscal em matéria de fusões empresariais, levou a um cancelamento deste objetivo.

Por fim, identificou-se um objetivo não cumprido, designadamente as reuniões do Grupo Técnico de Acompanhamento do SBA em Portugal, dado que fatores exógenos à DGAE, de cariz político e de calendarização de atores externos a esta organização, não se propiciou a possibilidade de cumprir este objetivo. Todavia, foram realizadas e reiteradas várias diligências para o efeito, tendo mesmo assim, sido efetuadas ações preparatórias como reuniões oficiosas.

QUADRO XXIII
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA ASESSORIA À DIREÇÃO (ASSDIR)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
	1	Assegurar a atualização da informação referente às movimentações dos Recursos Humanos, como instrumento de gestão diária (Quadro RH).						R	Atividade realizada regularmente
	2	Acompanhar o processo de implementação do novo sistema de Gestão de Assiduidade "cRHonus", em articulação com o serviço de Informática da DGAE e com a Secretaria-Geral do ME.						R	Atividade realizada e concluída.
	3	Melhorar a política de formação e desenvolvimento profissional dos Trabalhadores da DGAE, promovendo o Plano de Formação para a DGAE:						R	Preparada proposta de Plano de Formação - Informação n.º 93/2014, de 13-02-2014 - superiormente aprovada.
	4	Promoção da formação em inglês aos trabalhadores e dirigentes da DGAE, assente no critério de atividade profissional que envolva reuniões internacionais.						R	Foram organizadas duas edições de formação em inglês que se realizaram nas instalações da DGAE (1ª - 7-4 a 3-7-2014) e (2ª - 22-09 a 15-12-2014) - Entidade Formadora - IEFP Lisboa.
	5	Promover e assegurar a formação para Dirigentes Superiores.						R	- CAGEP - Curso Avançado em Gestão Pública (10-3 a 14-4-2014) - Entidade Formadora - INA - SIADAP - Objetivos, Indicadores e Métricas - 8 a 10 de outubro 2014
	6	Manter atualizado o cadastro, mediante a salvaguarda digital de toda a informação por trabalhador - mobilidades (saídas, entradas e consolidações), aposentações, comissões de serviço, licenças, férias, ausências, parentalidade.						R	Atividade realizada regularmente.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
	7	Assegurar a implementação do Sistema Integrado de gestão e Avaliação do Desempenho na administração Pública (SIADAP), regularizando o processo de contratualização dos parâmetros objetivos e competências (reformulação de objetivos, aquando das mudanças de unidades orgânicas e respetivas alterações de competências).						R	Mudanças de U.O.de trabalhadores (avaliados) e mudança de dirigentes (avaliadores) - Evidências - Despachos DG e respetivas fichas de contratualização/reformulação.
	8	Assegurar, em tempo, o envio à Secretaria-Geral, no âmbito da filosofia de serviços partilhados, todos os documentos referentes à gestão administrativa de Recursos Humanos.						R	Enviada regularmente à SGME documentação comprovativa de justificação de ausências, declarações, despachos, contratos de trabalho em funções públicas, etc.
	9	Garantir a justificação de ausências/faltas se encontrem justificadas e validadas.						R	Atividade realizada mensalmente - até ao 5º dia útil do mês seguinte a que se reportam as ausências faltas.
	10	Desenvolver o procedimento necessário à integração dos diplomados no Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA - 14.ª Edição.						R	Organizadas as entrevistas aos 41 candidatos e organizados os dossiês com toda a documentação solicitada aos 10 elementos que foram selecionados, os quais foram remetidos à SGME, para instrução dos respetivos contratos.
	11	Elaborar a proposta de mapa de Pessoal para 2015, com base nas orientações da Direção-Geral do Orçamento (DGO) - Circular Série-A, nº 1376, de 18 de julho de 2014 - para efeitos de elaboração do Orçamento de Estado de 2015.						R	Elaborada proposta de mapa de pessoal, enviado à SGME no dia 8 de agosto de 2014.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
	12	Assegurar o recrutamento de recursos humanos necessários ao desenvolvimento das competências da DGAE, reforçando o seu quadro técnico, através das figuras previstas na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente, mobilidade na categoria, assegurando a respetiva consolidação e integração no mapa de pessoal.						R	Processo dinâmico - Elaborados despachos, contratos (CTRFP) e outros procedimentos necessários à efetivação dos respetivos procedimentos.
	13	Analisar e adequar a norma legal aos procedimentos de Recursos Humanos e, sempre que necessário, articular e solicitar pareceres aos serviços jurídicos da Secretaria-Geral.						R	Procedimento dinâmico.
	14	Colaborar ativamente no Balanço Social da DGAE referente ao ano 2013.						R	Evidências - emails trocados com a SGME.
	15	Responder a todas as solicitações internas e externas sobre questões referentes às áreas de Recursos Humanos.						R	Atividade realizada regularmente
	16	Organizar Workshops internos						R	Foi feita a divulgação da realização de 3 Workshops e organizada a sua realização.
	17	Preparar e monitorizar o QUAR da DGAE						R	Realizada a monitorização do QUAR da DGAE respeitante a 2014 e preparado o QUAR de 2015.
	18	Elaborar o Relatório de Atividades da DGAE						R	Elaborado o Relatório de Atividades da DGAE, respeitante ao ano de 2013
	19	Preparar proposta de Manual de Procedimentos da DGAE e elaborar procedimentos.						R	Foi preparado o despacho e o índice do Manual de Procedimentos, assim como os primeiros procedimentos do Manual.
	20	Implementar o inquérito de satisfação dos utentes da DGAE						R	Preparado o questionário e o processo de implementação do inquérito e feita a análise preliminar dos resultados.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
	21	Implementar o inquérito de satisfação dos trabalhadores da DGAE						R	Foi preparado o questionário, organizada a sua implementação e analisados os resultados a incluir no Relatório de Atividades de 2013.
	22	Implementar um sistema centralizado de emissão de guias de receita						R	Preparado o despacho interno, estabelecendo as regras de guias de receita e implementado o sistema.
	23	Acompanhar a implementação do novo sistema de gestão documental						T	Realizadas diversas reuniões com a SGME e com a empresa fornecedora do sistema FABASOFT, tendo sido delineado todo o processo de implementação desse sistema de gestão documental. Essa implementação não chegou a concretizar-se porque a SGME ficou de avaliar se esse sistema era o mais adequado para a gestão documental dos vários serviços do ME.
	24	Acompanhar os assuntos da área financeira						R	Atividade realizada regularmente
	25	Responder a todas as solicitações internas e externas sobre questões referentes à área financeira.						R	Atividade realizada regularmente
	26	Acompanhar a auditoria á receita efetuada pela SGME						R	Foi feito o acompanhamento e a análise do relatório
	27	Acompanhamento da auditoria da IGF						R	Foi feito o acompanhamento e disponibilizada a documentação solicitada pela IGF.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
	28	Elaboração de projetos de diploma de natureza legal ou regulamentar						R	Foram elaborados pela assessoria jurídica os seguinte diplomas legais : 1) novo projeto de revisão do Sistema da Indústria Responsável(SIR) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, na sequência das novas orientações definidas pelo Gabinete SEECI 2) Projeto de Lei Orgânica da DGAE (Decreto Regulamentar) e correspondente projeto de alteração à Lei Orgânica do ME. A assessoria jurídica interveio ainda na preparação de peças procedimentais em processos de reclamação graciosa.
	29	Formulação de pareceres sobre projetos de diploma elaborados na DGAE ou sobre quais esta é chamada a pronunciar-se sob solicitação externa						R	Foi dado apoio jurídico à elaboração do regime jurídico das atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), nas vertentes da sua articulação com o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (RJAIA) e com o SIR. Foram formulados, sob solicitação externa, pareceres sobre vários projetos de diploma, dos quais se destacam: diploma que aprova a Orgânica da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG); diploma que procedeu à alteração da Lei Orgânica do IAPMEI; diploma que aprova o regime de regularização das atividades económicas e respetiva portaria de regulamentação; diploma que aprova o regime do licenciamento único ambiental (LUA).

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
	30	Formulação de pareceres sobre questões jurídicas relacionadas com a interpretação de diplomas legais cuja aplicação ou acompanhamento é da responsabilidade da DGAE						R	Foi dada resposta a questões jurídicas relacionadas com a interpretação de vários diplomas cuja aplicação ou acompanhamento é da responsabilidade da DGAE, designadamente: Decreto-Lei n.º 21/2009 (autorizações comerciais); Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012 e Licenciamento Zero (aprovado pelo Decreto-lei n.º 48/2011.) Foi ainda dado apoio jurídico ao acompanhamento pela DGAE dos contratos de contrapartidas em matéria de defesa.
	31	Apoio jurídico ao grupos de trabalho interministérios onde a DGAE se ache representada nos aspetos relacionados com a execução de instrumentos de política pública direcionados para a desmaterialização e simplificação de procedimentos em matéria de licenciamento das atividades económicas.						R	No quadro da revisão do SIR, foram preparados pela assessoria jurídica um conjunto de documentos de suporte à desmaterialização e simplificação de procedimentos em matéria de licenciamento industrial, designadamente: memorando sobre intervenção dos municípios no licenciamento industrial; memorando-quadro, numa perspetiva de direito comparado, sobre licenciamento industrial na área da segurança e saúde no trabalho; memorando-quadro com ponto de situação de implementação no "Balcão do Empreendedor" das respetivas funcionalidades previstas no SIR.

QUADRO XXIV
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELO NÚCLEO DE APOIO TRANSVERSAL (NAT)

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
	1	Realizar intervenções ao nível do Edifício						R	Principais intervenções realizadas: foram solicitados orçamentos para a instalação de câmaras de vigilância; foram substituídas as mangueiras de incêndio da 1.ª e 2.ª caves; foram substituídos os extintores; foi celebrado contrato com uma empresa para a manutenção dos extintores; foi celebrado contrato para a desbaratização do edifício; foi colocada sinalética no edifício e foi solicitada a reparação dos secadores de mãos.
	2	Realizar intervenções ao nível da informática e das telecomunicações						R	Principais intervenções realizadas: Atividades realizadas: levantamento da infraestrutura da DGAE, de modo a ser possível planear a sua integração na da SGME; consolidação do site da DGAE e alteração de imagem (layout) então existente; implementação de rede wireless; descontinuação da central telefónica e implementação de tecnologia VOip, tendo sido instalados equipamentos dessa natureza em todos os postos de trabalho; substituição do sistema de assiduidade e instalação de um relógio de ponto com registo biométrico; migração de postos de trabalho, de caixas de email e de contas de utilizadores para o domínio da SGME; reorganização do Data Center da DGAE, descontinuação /migração de servidores; reconfiguração e instalação de novos servidores.

Div.	Atividade/Projeto		Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	1	2	3	4	5		
	3	Definir procedimentos internos na área do expediente						R	Foram estabelecidos procedimentos para a distribuição de documentação entre os serviços, assim como dos diferentes tratamentos a ter com os formatos de entrada de documentação, email, fax e papel.
	4	Aumentar as condições de segurança						R	Para além das medidas de segurança que foram implementadas, foi realizada uma auditoria de segurança, onde foi possível identificar os pontos fracos passíveis de serem suprimidos com a adoção de medidas de segurança.
	5	Organização do arquivo						R	Mediante colaboração de uma empresa especialidade, foi colocado em prática todo o processo arquivístico da DGAE, preparando desde a sala de arquivo à sensibilização do envio de documentação para arquivo.

Quadro XXV - Nível de realização das atividades previstas

Serviço	Nível de realização				
	R	NR	T	CA	TOTAL
DSCI	28	2			30
DSCAEI	38				38
DSCD	54		5	4	63
DSI	102	14	7	1	124
DSPSS	23	1			24
DSICE	16	2	2	1	21
TOTAL	261	19	14	6	300

2.3 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados

Como se conclui do quadro XXV, apenas 6% das atividades não foram realizadas, mas a sua não realização não teve impactos nos objetivos que haviam sido previstos no QUAR.

Um dos motivos para o incumprimento de um número significativo dessas atividades teve a ver com a falta de solicitações dirigidas aos serviços. Ou seja, eram atividades que dependiam de fatores exógenos aos serviços.

Outro dos motivos deveu-se à transição de algumas atividades para Direções de Serviço sem que os técnicos que as acompanhavam anteriormente tivessem passado informação suficiente para as mesmas poderem ser retomadas devidamente e em tempo oportuno.

Finalmente, houve um número mais restrito de atividades não realizadas por falta de recursos humanos.

2.4 Avaliação do sistema de controlo interno

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

Na avaliação do sistema de controlo interno será seguida a metodologia prevista no documento do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, segundo a qual essa avaliação poderá ser efetuada através da resposta ao questionário contante do quadro XXV.

QUADRO XXVI – Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de Controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		x		Em curso
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	x			Em permanência
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			x	Não existe
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	x			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	x			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	x			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	x			
2 – Estrutura Organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	x			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	92 %			SIADAP 3
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	54 %			
3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	x			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	x			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	x			

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		x		
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	x			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?			x	Serviços Partilhados - SGME
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	x			
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	x			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	x			
4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	x			Só G. Documental
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?			x	
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?		x		
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?		x		O Sistema G.Doc é obsoleto
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	x			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	x			
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?		x		

A DGAE, no âmbito da gestão partilhada dos serviços com a Secretaria Geral do Ministério da Economia, não tem serviços próprios para os assuntos de recursos humanos, financeiros e orçamentais, aquisição de bens e serviços e património.

Relativamente ao ponto 1.7, é importante referir que a DGAE recebeu em 20-01-2015 as conclusões de uma auditoria ao sistema de controlo interno efetuada pela Inspeção-Geral de Finanças incidindo sobre as operações realizadas em 2012 e 2013.

No que respeita à DGAE, a auditoria efetuou a seguinte recomendação: documentar a efetiva receção e aceitação dos bens e serviços adquiridos.

No que respeita à DGAE e à SG/ME, as recomendações da auditoria foram as seguintes:

- a) DGAE e SGME – Envidem esforços no sentido de prosseguirem os trabalhos conducentes à elaboração dum manual de procedimentos de controlo interno conforme intenção manifestada no decurso desta auditoria;
- b) DGAE – Implemente a prática de remessa do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetivos relatórios de implementação para os órgãos de controlo (SGME e IGF), sempre que procedam à sua utilização.
- c) SGME – Diligencie no sentido da correção da situação de deficiente contabilização dos descontos para a CGA, por forma a que a execução orçamental traduza com rigor os movimentos e valores efetivamente pagos.
- d) DGAE e SGME – Desencadeiem, de imediato, os procedimentos necessários à abertura urgente dos concursos relativos aos dirigentes intermédios.
- e) DGAE e SGME – Desenvolvam esforços no sentido de colmatar as insuficiências detetadas, nomeadamente, aos seguintes níveis:
 - i. Adoção de uma metodologia de processamentos dos vencimentos que salguarde o princípio da segregação de funções e correspondente supervisão do trabalho efetuado;
 - ii. Integração do sistema de controlo da assiduidade com o sistema de processamento de vencimentos;
 - iii. Atualização do Regulamento de Horário e Assiduidade;
 - iv. Reforço do controlo do processo de atribuição do subsídio familiar, designadamente no que respeita à solicitação dos documentos justificativos de rendimentos e de inscrição dos jovens nos estabelecimentos de ensino.
- f) DGAE e SGME – Implementem medidas visando a adequada conferência das faturas e, no caso das despesas de representação envolvendo almoços, instituem a obrigatoriedade de justificar a despesa bem como de identificar os participantes por parte da DGAE para efeitos não só da dedução do subsídio de refeição, mas também por uma questão de transparência.
- g) SGME – Assegure o integral preenchimento e atualização da informação constante do SCEP.

- h) DGAE e SGME – Garantam o cumprimento das normas legais e normativos internos de gestão dos fundos de maneoio.
- i) SGME – Procure disponibilizar meios para que se proceda à realização de reconciliações bancárias.
- j) DGAE e SGME – A DGAE e a SGME deverão articular por forma a determinar e controlar toda a receita arrecada sendo que, por exemplo, o mapa resumo elaborado pela Tesouraria da SGME poderia ser remetido à DGAE para efeitos de conferência com os recibos emitidos.
- k) DGAE – Promova a automatização e centralização dos processos de emissão das faturas/recibo.
- l) SGME – Determine a elaboração de um Regulamento de Inventário e Cadastro de Bens Móveis.
- m) SGME – Providencie, logo que oportuno, a constituição de equipas de inventariação para proceder ao levantamento de todos os bens móveis existentes na DGAE.
- n) SGME – Promova a colocação da etiqueta com os dados identificativos nos bens adquiridos recentemente, nomeadamente, nos equipamentos informáticos.
- o) SGME – O tratamento dado aos abates na SGME carece de melhor controlo, nomeadamente, através de um melhor domínio da própria aplicação (GeRFiP).
- p) SGME – Assegure a adequada relevação dos compromissos com remunerações, por forma a determinar corretamente os fundos disponíveis, e em caso de ocorrência de aumento dos pagamentos em atraso atente ao cumprimento da alínea a) do nº 3 do art.º 8.º conjugado com o art.º 7.º da Lei n.º 8 /2012, de 21 de fevereiro.

No que à DGAE diz respeito, em 2015, proceder-se-á à implementação destas recomendações da IGF.

Considera-se que cabe ainda, neste ponto, fazer uma avaliação no domínio do sistema de gestão documental, tão importante nas organizações e na definição dos fluxos de documentação e atribuições de responsabilidades.

Durante o ano de 2014 detetaram-se as seguintes fragilidades, que classificamos de alarmantes. Até à data, ainda não foi possível garantir uma solução que permita a continuidade e segurança da mesma, uma vez que foram já identificados os seguintes pontos críticos sobre a presente solução de Gestão Documental - GESCOR:

- a) O servidor já se encontra descontinuado pelo fabricante desde janeiro de 2007;
- b) O suporte da empresa DELL já não se encontra em vigor desde 2003/2005;
- c) Inexistência de equipamentos de substituição em caso de avaria;
- d) Backups a decorrer, no entanto, em caso de falha ou perda de servidor, sem possibilidade de garantir a sua reposição;
- e) Desde 2008 que não existe qualquer manutenção a nível de plataforma GESCOR e CADASTRO, bem como das Bases de dados afetas;
- f) O sistema operativo instalado no servidor já está descontinuado - SO. Windows Server 2000;
- g) Inexistência de knowhow para proceder à necessária intervenção de manutenção, uma vez que a empresa que procedeu à instalação deste sistema, já encerrou a sua atividade. Não se conhece qualquer documentação que possa suportar qualquer abordagem de estudo para ter a iniciativa de qualquer intervenção corretiva sobre esta plataforma caso seja necessário.

Com o conhecimento da necessidade de medidas de prevenção no que concerne à atual plataforma de gestão documental, concluiu-se que se torna fundamental ao bom funcionamento deste organismo, a apresentação de uma solução que garanta a continuidade de acesso e segurança dos documentos que existem na atual plataforma e, considerando uma solução de substituição, que satisfaça os requisitos necessários ao bom funcionamento da DGAE no âmbito de registo e de gestão e segurança documental.

Acresce que a Assembleia da República, através da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares, recomendou: “ 2. Que se garantam todos os meios necessários à entidade com competência na matéria de



acompanhamento, creditação, avaliação e monitorização das contrapartidas para o cumprimento cabal do seu mandato. 3. Que os arquivos documentais relativos às aquisições militares e suas contrapartidas sejam alvo de um tratamento sistematizado, que permita colmatar lacunas passadas identificadas por esta Comissão”.



III. BALANÇO SOCIAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Balanço Social deve integrar o Relatório de Atividades de cada serviço da Administração Pública, articulando-se com o respetivo ciclo de gestão.

Como a DGAE não tem uma unidade específica no âmbito dos Recursos Humanos, sendo essa área assegurada pela SGME, no quadro da prestação centralizada de serviços, o Balanço Social da DGAE foi elaborado pela SGME, que efetuou também uma análise dos dados, que se apresentam em anexo⁸.

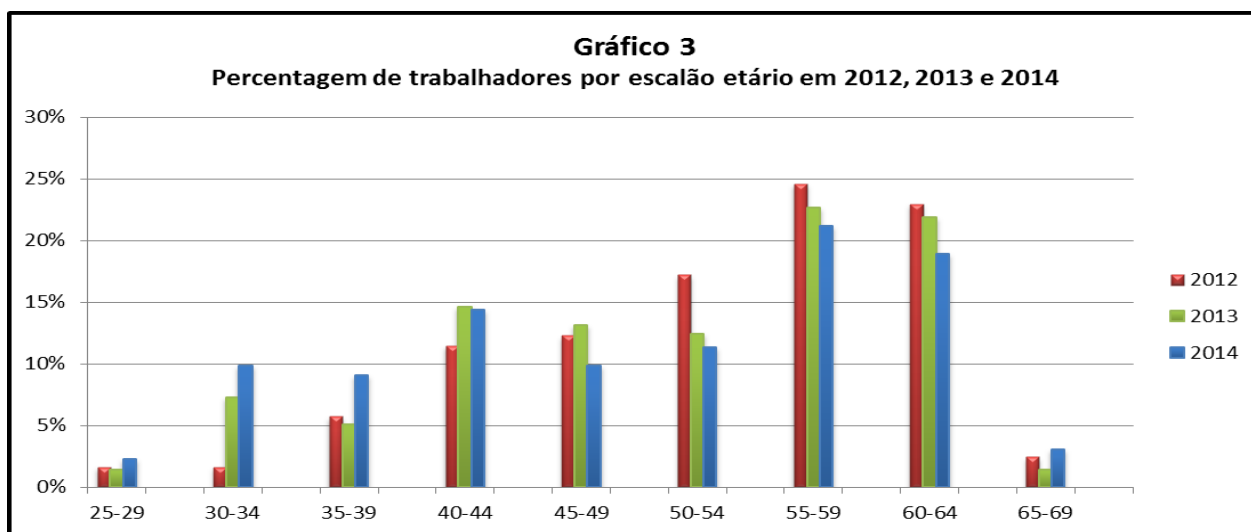
Desde modo, e sem prejuízo de uma leitura mais pormenorizada dos elementos que constam do Balanço Social e da análise efetuada pela SG, apresentar-se-ão aqui apenas os dados que se consideram mais importantes, comparando-os, sempre que possível, com os dos anos de 2012 e 2013, para se ter uma ideia mais precisa da evolução que tem verificado na DGAE na área dos Recursos Humanos.

Da análise dos dados do balanço social conclui-se que, no total dos trabalhadores da DGAE, existe uma preponderância do sexo feminino que tem vindo a aumentar de ano para ano, 68% em 2012, 69,3% em 2013 e 71,2% em 2014. No caso específico dos cargos dirigentes, verifica-se que, em 2014, 34,8% eram do sexo masculino e 65,2% do sexo feminino.

⁸ Anexo 5.

Por outro lado, quanto à modalidade de vinculação, não tem havido oscilações anuais significativas nas percentagens de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas que, em 2014, representavam 82,6% do total, enquanto 17,4% se encontrava em comissão de serviço, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), sendo todos eles dirigentes.

Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores, a análise comparativa dos últimos três anos revela que, apesar das condicionantes ao recrutamento de trabalhadores para o exercício de funções públicas, tem sido possível baixar a média etária dos trabalhadores da DGAE, através de uma política ativa de “substituição” de trabalhadores que se aposentaram por trabalhadores oriundos do Curso de Estudos Avançados em Administração Pública (CEAGP), com nível etário mais baixo e através do recurso à mobilidade interna. Esta tendência pode ser observada no gráfico 3, no qual é possível verificar que, nos últimos dois anos, aumentou a percentagem de trabalhadores dos escalões etários dos 25 aos 44 anos e, por outro lado, tem vindo a diminuir a percentagem de trabalhadores entre os 50 e os 69 anos. Em todo o caso, como a DGAE tinha uma estrutura etária muito elevada, a percentagem de trabalhadores nos escalões etários dos 55 aos 59 anos e dos 60 aos 64 anos são, em 2014, as mais elevadas, representando, respetivamente, 21% e 19% de todo o universo.





IV. AVALIAÇÃO FINAL

4.1 *Apreciação qualitativa dos resultados alcançados*

O ano de 2014 foi marcado pela aprovação da nova lei orgânica do Ministério da Economia, que foi publicada no Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 82/2014, de 20 de maio, e 130/2014, de 29 de agosto.

Nos termos previstos nessa legislação, a DGAE é objeto de reestruturação, perdendo algumas competências que passam para outros organismos, nomeadamente, as relativas ao setor da indústria, que passam para o IAPMEI, sem prejuízo das atribuições de acompanhamento que se manterão nesta Direção-Geral.

Como a nova lei orgânica não foi publicada durante o ano de 2014, a DGAE continuou a exercer as competências que estão previstas no Decreto-Regulamentar n.º 42/2012, de 22 de maio.

Apesar dessa condicionante, a que se pode também associar uma redução de recursos humanos e financeiros, o Plano de Atividades previsto para 2014 foi cumprido e, nalguns aspetos, foi até além do inicialmente previsto, como terá sido demonstrado nos capítulos anteriores.

Com efeito, os Objetivos previstos no QUAR foram alcançados (objetivos 2 e 5) ou superados (objetivos 1, 3 e 4), incluindo dois dos objetivos mais relevantes (objetivos 1 e 3).

Face a esta situação e atendendo ao previsto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, propõe-se a atribuição a estes serviços da menção de Desempenho Bom.

4.2 *Conclusões prospetivas*

A esperada publicação da Lei Orgânica da DGAE, no ano de 2015, constituirá desde logo um desafio de reorganização interna dos serviços e até uma oportunidade para melhorar a capacidade de resposta e a eficiência e a eficácia dos serviços desta Direção-Geral.

A DGAE, enquanto serviço central da Administração Direta do Estado, deve continuar a garantir a prossecução das políticas públicas da responsabilidade do Ministério da Economia, no âmbito das suas competências próprias, prestando serviços no âmbito das suas atribuições ou exercendo funções de apoio técnico aos membros do Governo, nos domínios da concretização das políticas públicas definidas pelo Governo e das orientações emanadas pelo Ministério da Economia.

Igualmente, as relações com a União Europeia e as relações internacionais do Ministério serão certamente asseguradas por esta nossa organização. Também na área das contrapartidas militares, enquanto os contratos se encontrarem em execução, será a DGAE a prosseguir com o trabalho de acompanhamento da execução dos mesmos.

Globalmente, o maior desafio para os próximos anos é o apuramento da gestão e da organização de modo a que esta possa responder às solicitações do Governo de forma mais rápida e capaz.

A DGAE gasta 80% do seu orçamento em recursos humanos. Com as melhorias tecnológicas que têm vindo a ser introduzidas é possível que este valor tenha tendência para aumentar, uma vez que os recursos humanos constituem o principal recurso e devem por isso ser valorizados e merecer a máxima atenção.



Deste modo, afigura-se primordial garantir a continuidade de trabalho dos nossos melhores técnicos e continuar a ter a capacidade de atrair novos quadros qualificados que substituam aqueles que se aposentam e os que entenderem abraçar novos desafios noutras organizações. Para a persecução deste objetivo, torna-se necessário melhorar os processos e o conhecimento da Liderança por parte dos nossos dirigentes.

Importante será, igualmente, desenvolver o Manual de Procedimentos para aumentar a produtividade e o rigor no trabalho da Direção-Geral.

A DGAE organiza, com regularidade, seminários internos sobre as mais variadas temáticas relacionadas com as atividades e competências da Direção-Geral. Prosseguiremos com a realização desses seminários, pois contribuem para a melhoria da comunicação interna entre as diferentes unidades orgânicas, para a integração do conhecimento e para a melhor integração de todos os que chegam de novo à organização.

Ainda na área da organização e da gestão procuraremos esclarecer, tanto quanto possível, as atribuições da SGME e da DGAE. Não são claras as atribuições da SGME enquanto fornecedora de serviços a esta Direção-Geral. A DGAE não possui serviços ou competências na área administrativa mas é frequente que estes sejam solicitados a esta Direção-Geral pela própria SGME.

Outro grande desafio que se coloca para 2015 é a modernização do sistema de gestão documental. Hoje, é inacreditável como o sistema atual ainda funciona.



Nas áreas operacionais, a aplicação do RJACSR em toda a sua extensão é um grande desafio, nomeadamente, no que toca a sistemas informáticos internos ao Ministério da Economia e à sua ligação ao Balcão do Empreendedor, trabalho articulado com a AMA.

Nas restantes matérias tratadas e descritas neste Relatório, há que continuar a aperfeiçoar as nossas capacidades de análise, capacidades de interligação com os restantes organismos do Ministério e capacidades de coordenação. Neste aspeto, também com o MNE. Talvez se possa dizer que 50% do trabalho da DGAE está diretamente relacionado com as áreas internacionais. Daí que os Assuntos Europeus e internacionais, bilaterais e multilaterais, dada a sua importância na ordem interna do País em geral e na economia em particular, devem ser alvo, todos os dias, de um esforço acrescido na construção, definição e defesa das posições de Portugal nos fora internacionais.



